

Seca em Angola 2012 - 2016



PDNA
Avaliação das Necessidades Pós-Desastre



SECA EM ANGOLA

Reconhecimentos

Coordenação geral: Teresa Rocha, Comissão Nacional de Protecção Civil - Governo de Angola

Fotografias: Juan Aja, Jeannette Fernandez, Lisa Angeli, Federica Pilia

Layout e desenho: Imprenta Activa, Mauricio Guerrón, 0998742013
Quito - Ecuador

ÍNDICE

Abreviaturas	
Lista de Figuras	
Lista de Tabelas	
Lista de Mapas	
AGRADECIMENTOS	7
RESUMO EXECUTIVO	9
Principais Conclusões	10
Total de Perdas e Danos	13
Estratégia de Recuperação	14
O Quadro de Recuperação de Desastres	16
A Metodologia do PDNA	17
INTRODUÇÃO E CONTEXTO	19
Contexto Socioeconómico em Angola	19
Contexto no Cunene, no Namibe e na Huíla	21
CONDIÇÕES DA SECA EM ANGOLA	26
Cronologia da Seca: 2011/12 - 2015/16	26
Défices Pluviais de 2011 a 2015	31
A Seca em 2015/16	32
População Afectada	33
ANÁLISE SECTORIAL	36
Agricultura, Pecuária e Pesca	36
Segurança Alimentar e Nutrição	46
Água e Saneamento Básico	51
Educação	56
Ambiente	60
Impacto Social	66
Redução do Risco de Desastres e Resiliência	75
Indústria e Comércio	81
Impacto Macro-económico	82
RESPOSTA À SECA E COORDENAÇÃO	87
Resumo dos Danos e Perdas	88
ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO	93
Necessidades de Recuperação	93
Visão e Resultados Sectoriais Pretendidos	95
Medidas de Implementação	98
QUADRO DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES	99
A METODOLOGIA DO PDNA	99
LIMITAÇÕES	100

Abreviaturas

BBB	Reconstruir Melhor
BNA	Banco Nacional de Angola
CERF	Fundo Central de Resposta de Emergência
CLTS	Saneamento Total Liderado pela Comunidade
CNPC	Comissão Nacional de Protecção Civil
EM-DAT	Base de Dados Internacional de Desastres do OFDA/CRED, Université Catholique de Louvain, Bélgica.
EWCM	Monitorização de Culturas para efeitos de Alerta Precoce
FA	Febre Aftosa
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEWS NET	Rede de Sistemas de Alerta Precoce de Fome
FLDAS	Sistema de Assimilação de Dados Terrestres da FEWS NET
GdA	Governo de Angola
HHWTSS	Tratamento e Armazenamento Seguro de Águas Domésticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
MINAGRI	Ministério da Agricultura
NASA	Agência Espacial dos EUA
NDVI	Estimativas de Pluviosidade e Vegetação
NTFP	Produtos Florestais Não Lenhosos
OCHA	Agência para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PDNA	Avaliação das Necessidades Pós-Desastre
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	País Menos Avançado
PME	Programa de Merenda Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTPA	Programa Terapêutico Para Pacientes em Ambulatório
RRD	Redução do Risco de Desastres
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAG	Subnutrição Aguda Global
SAM	Subnutrição Aguda Moderada
SAS	Subnutrição Aguda Severa
UEN	Unidade Especial de Nutrição
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNRCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
WASH	Água, Saneamento Básico e Higiene
WRSI	Índice de Satisfação das Necessidades Hídricas
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

Lista de Figuras

Fig. 1	Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2012 - (a meio da campanha 2011/12)	27
Fig. 2	Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2013 - (a meio da campanha 2012/13)	27
Fig. 3	Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2014 - (a meio da campanha 2013/14)	27
Fig. 4	Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2015 - (a meio da campanha 2014/15)	27
Fig. 5	Precipitação acumulada - Novembro de 2014 a Janeiro de 2015	28
Fig. 6	Precipitação acumulada - Fevereiro a Abril de 2015	28
Fig. 7	Anomalia de precipitação - Novembro de 2014 a Janeiro de 2015	28
Fig. 8	Anomalia de precipitação - Fevereiro a Abril de 2015	28
Fig. 9	Índice de Vegetação Máximo - Novembro de 2014 a Janeiro de 2015	29
Fig. 10	Índice de Vegetação Máximo - Fevereiro a Abril de 2015	29
Fig. 11	Índice de satisfação das necessidades hídricas (WRSI) para o milho	30
Fig. 12	Défices pluviais entre 2011/12 e 2015/16 face à média a longo-prazo	31
Fig. 13	Anomalia das chuvas, classificação do nível de seca e condições das culturas em Março de 2016	32
Fig. 14	População afectada pela seca por ano e província	33
Fig. 15	Calendário agrícola de Angola	37
Fig. 16	Produção nacional de milho, massango, massambala, leguminosas e outras culturas principais	38
Fig. 17	Crescimento anual do sector agrícola (%); e valor acrescentado agrícola (em % do PIB)	39
Fig. 18	Produção: valor real vs. valor projectado para o milho, massango e massambala; e PIB agrícola: valor projectado vs. valor real	40
Fig. 19	Produção de cereais, leguminosas e outras culturas no Cunene, na Huíla e no Namibe	42
Fig. 20	Diferença na produção de cereais, leguminosas e tubérculos: produção projectada vs produção real nas três províncias	43
Fig. 21	Total de danos e perdas na agricultura e pecuária no Cunene, na Huíla e no Namibe	44
Fig. 22	Total de danos e perdas na pecuária nas três províncias	44
Fig. 23	Subnutrição: casos de internamento e mortalidade nas províncias do Cunene e da Huíla	49
Fig. 24	Número de centros de nutrição em funcionamento nas 3 províncias; e casos de SAS, SAG e SAM em 2015	50
Fig. 25	Produção de carvão	63
Fig. 26	Bacia do rio Curoca, Namibe	64
Fig. 27	Relatórios sobre violência doméstica e abandono familiar na Huíla	71
Fig. 28	Candidatos a emprego vs. Oferta no sector do comércio; e candidatos a emprego por género	81
Fig. 29	Evolução comparativa do PIB petrolífero e não-petrolífero	82
Fig. 30	Distribuição dos danos e perdas	89
Fig. 31	Plano do Governo para o Desenvolvimento do Cunene, da Huíla e do Namibe	97

Lista de Tabelas

Tabela 1	Demografia no Cunene, no Namibe e na Huíla	22
Tabela 2	Características socioeconómicas no Cunene, no Namibe e na Huíla	22
Tabela 3	Mortalidade animal por província	41
Tabela 4	Total de danos e perdas, por província e subsector	45
Tabela 5	Subidas de preços para bens alimentares essenciais e produtos básicos	48
Tabela 6	Danos na água e saneamento básico (milhões de USD)	53
Tabela 7	Bens alimentares e não alimentares fornecidos às populações afectadas	54
Tabela 8	Resumo dos danos, perdas e necessidades de recuperação no sector água, saneamento básico e higiene	55
Tabela 9	Educação no Cunene, na Huíla e no Namibe	57
Tabela 10	Indicadores de bem-estar das três províncias	66
Tabela 11	Tipologia de estratégias de sobrevivência e impactos em cascata	67
Tabela 12	Episódios de desastres (1981-2016)	75
Tabela 13	Impacto no PIB	83
Tabela 14	Evolução das dotações orçamentais para as províncias afectadas pela seca	84
Tabela 15	Balança comercial externa	85
Tabela 16	Danos e perdas totais no Cunene, na Huíla e no Namibe	88
Tabela 17	Necessidades de recuperação no Cunene, na Huíla e no Namibe, por sector	94

Lista de Caixas

Caixa 1	Quantidade de alimentos e número de refeições diminuiu em 2015	68
Caixa 2	Crianças jovens lutam para obter água para consumo	69
Caixa 3	O abandono e migração de crianças aumentaram como resultado do estresse econômico familiar	70
Caixa 4	Mulheres e seus dependentes entram em situação de extrema vulnerabilidade às secas	72

Lista de Mapas

Mapas 1	Zonas de subsistência em Angola	23
Mapas 2	Províncias afectas pela seca em 2011/12 e 2013/14	34
Mapas 3	Sistemas agrícola em Angola	47
Mapas 4	Disponibilidade das águas superficiais per capita (anomalias)	52
Mapas 5	Rotas de transumância de gado na região sul	62
Mapas 6	Reservas nacionais em 2010 e em 2015, após a ampliação das áreas de conservação	64

AGRADECIMENTOS

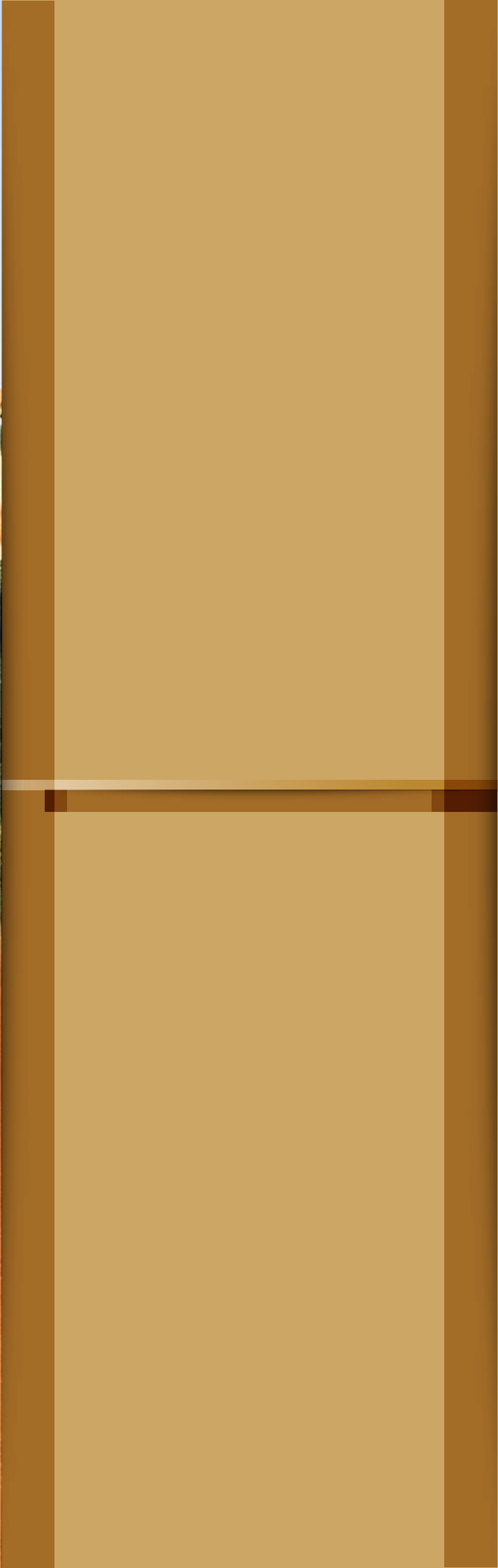
A presente Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA) foi preparada pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) com o apoio do PNUD, União Europeia e Banco Mundial.

O exercício de PDNA foi realizado por equipas sectoriais compostas por representantes do Governo de Angola, das Nações Unidas, da União Europeia e do Banco Mundial. Participaram no PDNA a Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) (o Ministério da Agricultura (MINAGRI), o Ministério da Saúde (MINSa), o Ministério da Educação (MINED), o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), o Ministério da Energia e Águas (MINEA)), o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PNUD, a FAO, a OMS, o PAM, a UNFPA, a UNICEF, a OCHA, a União Europeia e o Banco Mundial.

Os seguintes elementos das equipas sectoriais prestaram apoio técnico durante o PDNA:

Análise da Seca:	Raul Cumba (Redactor do Relatório do Sector, PAM);
Agricultura:	Ermelinda Caliengue (Líder Sectorial, GdA), Juan Aja (Redactor do Relatório do Sector, UE), Ricardo Zapata (Colaborador, UE), Monica Trujillo (Revisor, PNUD), Matthias Mollet (Revisor Paritário, FAO), Daniele Barelli (Revisor Paritário, FAO), Nelson Bernabe (Colaborador, FAO), Matteo Tonini (Colaborador, FAO);
Nutrição:	Joana Maria Manuel Admiro e Madalena Vandunem da Silva Rodrigues (Redactores do Relatório do Sector, GdA), Julia Nhacule (Redactora do Relatório do Sector, UNICEF), Samson Agbo (Revisor Paritário, UNICEF);
Água, Saneamento Básico e Higiene (WASH):	Jeannette Fernandez (Redactora do Relatório do Sector, PNUD), Tomas Lopez de Bufala (Colaborador, UNICEF);
Segurança Alimentar:	Raul Cumba (Redactor do Relatório do Sector, PAM), Monica Trujillo (Revisora e Co-autora, PNUD);
Impacto Social:	Francisco Marques (Líder Sectorial, GdA), Don Nelson (Redactor do Relatório do Sector, PNUD)
Saúde:	Lutumba Agostinho (Líder Sectorial, GdA), Javier Aramburu (Redactor do Relatório do Sector, OMS), Ma. José Costa (Redactor do Relatório do Sector, OMS);
Educação:	Pasi Kondambuta (Líder Sectorial, GdA), Federica Pilia (Redactora do Relatório do Sector, PNUD);
Ambiente:	Lisa Angeli (Redactora do Relatório do Sector, PNUD, OCHA), Goetz Schroth (Revisor Paritário, PNUD); Marie-Claire Angwa (Colaboradora, PNUD)
Indústria e Comércio:	Ricardo Zapata (Redactor do Relatório do Sector, UE);
Género e Questões Sociais:	Luis Samacumbi (Colaborador, UNFPA);
Redução do Risco de Desastres:	Jeannette Fernandez (Redactora do Relatório do Sector, PNUD), Federica Pilia (Redactora do Relatório do Sector, PNUD), Keita Sugimoto (Colaborador, PNUD), Monica Trujillo (Revisora, PNUD), Rolando Duran (Revisor Paritário, GdA), Edson Fernando (Revisor Paritário, GdA), Bravo Mendes (Revisor Paritário, GdA);
Impacto Macroeconómico:	Ricardo Zapata (Redactor do Relatório do Sector, UE);
Estatísticas/População:	André Luvenga (Colaborador, GdA).

O relatório final do PDNA foi elaborado por Monica Trujillo (Redactora do Relatório, PNUD) e revisto por Krishna Vatsa (PNUD), Jeannette Fernandez (PNUD), Ricardo Zapata (UE), Tahir Akbar e Charlotte Lea Yaiche (BM) e Keita Sugimoto (PNUD). A coordenação geral foi feita por Teresa Rocha em nome da CNPC.



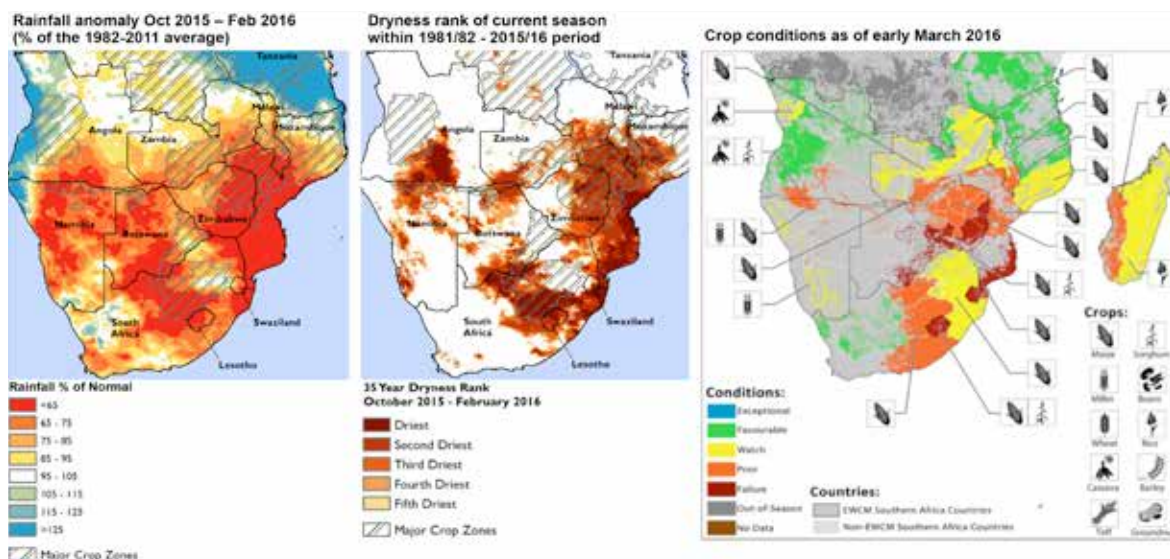
RESUMO EXECUTIVO

Após a seca de 2015/16 associada ao El Niño, que se seguiu a quatro anos consecutivos de seca no sul de Angola, o Governo de Angola (GdA) solicitou assistência técnica às Nações Unidas, em Maio de 2016, para realizar uma avaliação das necessidades pós-desastre (PDNA como abreviatura em Inglês) nas províncias prioritárias do Cunene, da Huíla e do Namibe, no sul do país.

O PDNA foi realizado entre 11 de Julho e 19 de Agosto de 2016 por uma equipa de especialistas composta dos Departamentos Ministeriais integrantes da CNPC, com o apoio das agências das Nações Unidas em Angola, Banco Mundial e União Europeia.

Desde a campanha agrícola de 2011/12 que a região sul tem vivido uma situação de seca, que afecta, sobretudo, três províncias: Cunene, Namibe e Huíla. As chuvas esporádicas durante este período trouxeram um certo alívio, mas não foram suficientes para encetar a recuperação. A seca voltou a marcar presença no calendário agrícola de 2015/16. Na realidade, algumas áreas no sul de Angola, bem como outras partes da África Austral, registaram a estação mais seca em 35 anos, tal como ilustrado na Fig. 1 abaixo.

Fig. 1: Anomalia das chuvas, classificação do nível de seca e condições das culturas em Angola



Fonte: FewNet - Relatório Especial da África Austral, Março de 2016

As três províncias situam-se na zona agro-ecológica árida e semiárida que se caracteriza por desertos, savanas e florestas. Esta zona tem um padrão pluvial unimodal, com uma precipitação média aproximada de 200-400 mm por ano. A estação das chuvas começa em meados de Outubro e termina em Março.

A região é sobretudo agro-pastoril e a pecuária é um importante activo para efeitos de sustento, sobretudo o gado bovino, mas também cabras, ovelhas, porcos e aves. O sustento depende da criação de gado, produção de leite, produção de cereais, compra de alimentos nos mercados, pesca sazonal (nas zonas costeiras e ribeirinhas), horticultura, assim como dos mercados de trabalho impulsionados pelo comércio e pela indústria. As principais culturas agrícolas são o massango e a massambala, juntamente com o milho e o

feijão, especialmente na Huíla, cuja região norte é uma das principais áreas de produção de cereais em Angola e, nos últimos anos, de crescimento dos tubérculos, como a mandioca e a batata doce. Ao longo da costa do Namibe, os rendimentos baseiam-se sobretudo na pesca comercial, semi-industrial e de grande escala, bem como em actividades pesqueiras de pequeno porte.

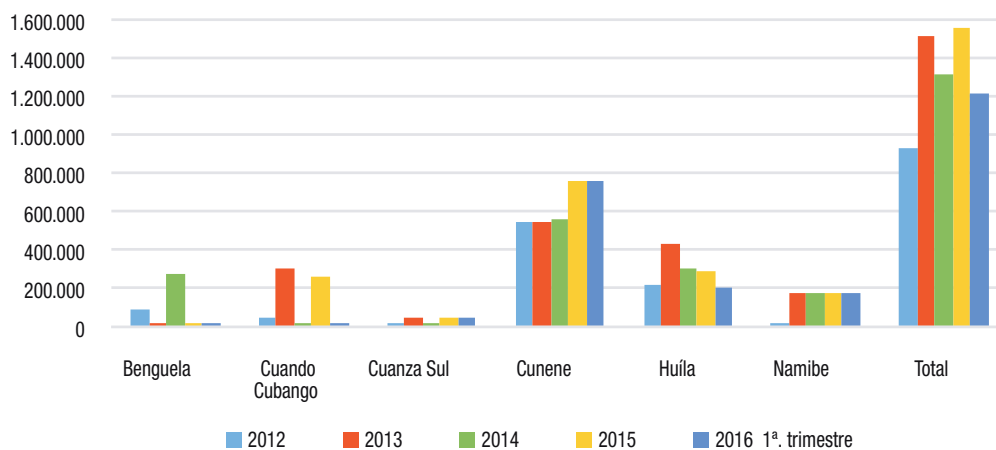
A seca em Angola ocorre num momento em que o país vive uma crise petrolífera, movida pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, que reduziu consideravelmente as receitas do Estado, o que, por sua vez, conduziu a cortes significativos na despesa pública e a desvalorização substancial da moeda nacional (Kwanza).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- As províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe no sul de Angola, entre outras, têm vivido condições de seca desde a campanha agrícola de 2011/12. Desde então, todos os anos, o Governo tem identificado o número de pessoas afectadas pela seca em cada província, como ilustrado na Fig. 2 abaixo.

Fig. ii: População afectada pela seca por província e ano

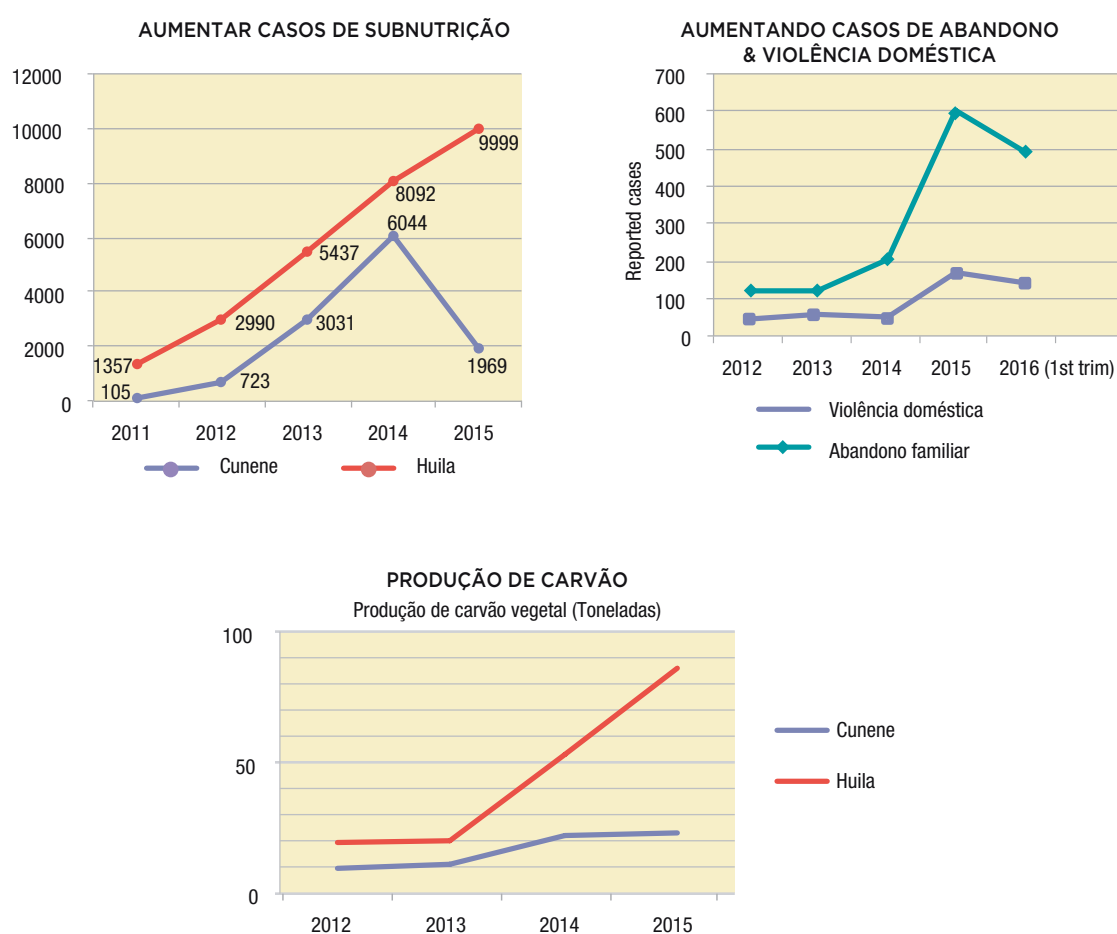
Províncias	2012	2013	2014	2015	2016 1 st trimestre
Benguela	97.135	15.000	273.161	16.342	7.805
Cuando Cubango	45.000	306.606	2.976	267.832	22.444
Cuanza Sul	10.000	44.238	1.928	44.238	44.238
Cunene	550.000	550.000	555.000	755.930	755.930
Huíla	215.792	427.465	306.480	291.925	205.507
Namibe	15.000	177.627	177.627	177.627	177.627
Total	932.927	1.520.936	1.317.172	1.553.894	1.213.551
	780.792	1.155.092	1.039.107	1.225.482	1.139.064
% Nas três províncias afectadas	83,7	75,9	78,9	78,9	93,9



Fonte: Comissão Nacional de Protecção Civil

- Segundo os últimos números fornecidos pelo Governo de Angola para o PDNA, actualmente existem 1.139.064 pessoas afectadas pela seca nas três províncias: 755.930 no Cunene, 205.507 na Huila e 177.627 no Namibe¹.
- A situação geral nas áreas afectadas pela seca tem vindo a deteriorar-se. Tal é demonstrado pelo aumento do número de casos de subnutrição, abandono familiar, violência doméstica, produção de carvão (como ilustrado na Fig. 3), mas também pelo agravamento da desflorestação e a degradação contínua dos recursos hídricos na região².

Fig. iii: **Tendências crescentes no número de casos de subnutrição, abandono familiar, violência doméstica e produção de carvão**



Fonte: Equipa do PDNA com base nos dados do Governo de Angola

- O declínio progressivo da água disponível constitui um problema importante, uma vez que os rios estão a secar e a água que corre para as bacias hidrográficas na região está a diminuir. Desde 2013, dois oásis férteis – ricos em recursos biológicos e ecossistemas – têm vindo a secar gradualmente. O lençol freático também apresenta uma tendência decrescente e cerca de 80% dos poços existentes estão inoperacionais devido à falta

¹ Os dados sobre a população afectada em 2012 neste relatório divergem das informações disponibilizadas por outras fontes, incluindo a base de dados internacional EM-DAT sobre desastres. Em 2012, segundo as informações disponíveis, 1,8 milhões de pessoas foram afectadas pela seca em 10 províncias.

² A queda nos números relativos à subnutrição em 2015 deve-se à falta de relatórios e não a uma descida efectiva do número de casos, como explicado ao pormenor no capítulo sobre nutrição e segurança alimentar.

de água e à degradação (aproximadamente 2400 dos poços estão danificados). Calcula-se que menos de 20% das comunidades tenham acesso a água potável.

- O crescente défice de água e o agudizar da insegurança alimentar e das condições de nutrição deverão ser tratados de forma urgente, a fim de satisfazer as necessidades mínimas das populações afectadas e atacar as principais causas do abandono escolar, violência doméstica, migração, desflorestação, etc.
- Não obstante a seca afecta as três províncias, as condições parecem especialmente graves na província do Cunene, tendo em conta a já precária situação sócio-económica anterior à seca e a sua situação pós-desastre. Por estas razões, o Cunene deve receber assistência com carácter prioritário e as condições devem ser monitoradas de perto ao longo dos próximos meses.
- O acesso a alimentos, bens e serviços básicos é limitado pela elevada inflação e pela redução da despesa pública, o que agrava o impacto da seca. A elevada taxa de inflação resulta dos cortes nos subsídios aos combustíveis, da menor disponibilidade de alimentos nos mercados locais e da desvalorização da moeda (Kwanza), enquanto as baixas receitas devido à crise petrolífera obrigaram o Governo a reduzir drasticamente a despesa pública. Consequentemente, as autoridades locais não dispõem dos recursos necessários para responder plenamente à seca. Os projectos hídricos a nível local (reabilitação e construção de poços) iniciados pelas autoridades locais estão parados devido à falta de recursos para pagar aos empreiteiros e comprar o equipamento necessário. Além disso, as interrupções no fornecimento de suplementos nutritivos conduziram ao encerramento de alguns centros de tratamento hospitalar e ambulatorial (UEN e PTPA) nas áreas afectadas.
- A menor produção alimentar e o acesso limitado aos alimentos estão a influenciar negativamente a segurança alimentar e a agravar a situação alimentar das famílias afectadas. O consumo alimentar registou uma descida em termos qualitativos e quantitativos (uma ou duas refeições diárias sobretudo à base de papas de massango). As famílias viraram-se para fontes alternativas de alimentos e rendimento, como a produção/venda de carvão e a colecta de alimentos silvestres para consumo próprio e venda. Como referido anteriormente, os casos de subnutrição têm vindo a aumentar desde 2012.
- Muitos relatos confirmaram o aumento dos casos de abandono escolar e o maior absentismo dos alunos devido ao impacto da seca, relacionado directamente com a fome e a falta de água, a maior necessidade de mão-de-obra infantil, a emigração, a transumância mais prolongada, as maiores dificuldades em ir buscar água para consumo familiar e ao encerramento de algumas escolas.
- As condições ambientais estão a piorar, sobretudo devido à produção de carvão que tem registado uma trajectória ascendente desde 2012 e que conduziu a uma maior taxa de desflorestação e degradação dos solos.
- A seca tem um importante impacto social e humano: a transumância do gado começa mais cedo e dura mais tempo do que habitualmente; os abandonos escolares aumentaram; o volume de trabalho feminino e infantil subiu; e os casos de abandono familiar e violência doméstica apresentam uma tendência crescente. Estas tendências podem ter consequências negativas a médio e longo-prazo, incluindo resultados negativos em termos de desenvolvimento, como por exemplo, menor sucesso escolar, deterioração da saúde, maior exclusão social, enfraquecimento da coesão familiar e social, aumento do risco social e, em última análise, mais empobrecimento.
- Em geral, embora a seca tenha tido um impacto substancial como indicado anteriormente, não afectou o comércio nem a indústria, nem teve um impacto a nível macroeconómico. Contudo, a seca teve consequências na produção agrícola a nível nacional e a crise económica angolana é grave e pode piorar e agravar ainda mais as condições de vida das populações afectadas.

- Deverá ser dada prioridade ao programa de recuperação da seca que será elaborado com base nos resultados do PDNA, especialmente devido às secas recorrentes e ao agravamento das condições, mas também devido à fraca capacidade das autoridades locais (resultado da pouca despesa pública) e ao pouco financiamento humanitário recebido até ao momento.
- Tendo em conta a reduzida capacidade das autoridades locais – em termos de recursos humanos e financeiros – importa assegurar que o programa de recuperação apoie a governação, contemplando o reforço de pessoal e conhecimentos técnicos bem como fortes mecanismos de implementação e coordenação.
- O programa de recuperação deve implementar as medidas recomendadas a curto e médio-prazo, assim como as estratégias a longo-prazo necessárias para aumentar a resiliência e reduzir os riscos e a vulnerabilidade das populações às secas, às cheias e ao crescente impacto das alterações climáticas no futuro.

TOTAL DE PERDAS E DANOS

A tabela 1 apresenta um resumo da estimativa de perdas e danos para as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe para cada sector. Segundo as estimativas, o total de danos para todos os sectores ultrapassam os 297 milhões de USD (48,5 mil milhões de AKZ), enquanto o total de perdas atinge os 452 mil milhões de USD (74 mil milhões de AKZ). O total de perdas é muito superior ao total de danos porque normalmente a seca não provoca a destruição física associada a outros tipos de desastres.

Tabela 1: Total de danos e perdas no Cunene, no Namibe e na Huíla

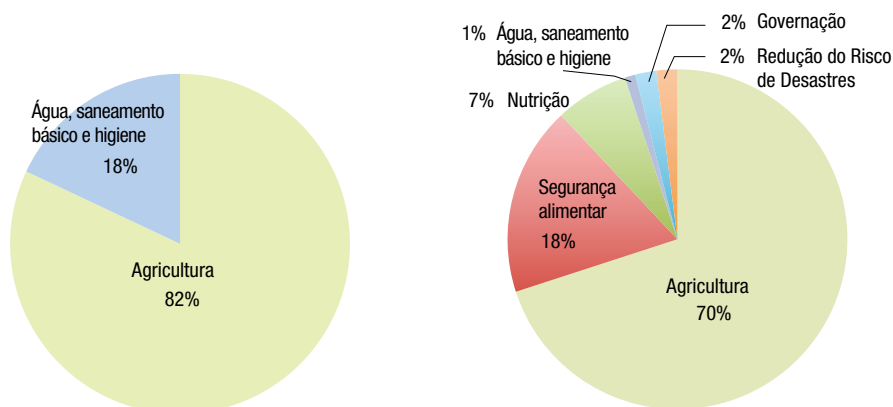
Sector	Danos USD milhões	Perdas USD milhões	Danos AKZ mil milhões	Perdas AKZ mil milhões
Agricultura	244,7	316,9	40,0	52,0
Segurança alimentar		82,0		13,3
Nutrição		32,8		5,4
Água, saneamento básico e higiene	52,5	5,3	8,5	0,9
Educação				
Ambiente				
Redução do Risco de Desastres		8,1		1,3
Governação		7,3		1,2
Total	297,2	452,4	48,5	74,1

Tal como indicado na Fig. 5 abaixo, o sector da agricultura, pecuária e pesca é de longe o mais afectado. Calcula-se que o total de danos no sector atinja os 244,7 milhões de USD (40 mil milhões de AKZ), ou seja, 82% de todos os danos. Relativamente às perdas do sector, as estimativas apontam para 317 milhões de USD (52 mil milhões de AKZ), o que equivale a 70% de todas as perdas. Os danos foram calculados com base nas mortes reportadas de animais no Namibe (110.000), na Huíla (150.000), no Cunene (240.000), num total de 500.000 animais mortos. As perdas nas três províncias foram calculadas com base na quebra da produção de cereais e outras culturas, de leite e de carne, como descrito ao pormenor no capítulo específico.

Para o sector da água, saneamento básico e higiene (WASH como abreviatura em Inglês), calcula-se que o total de danos se situe nos 52,5 milhões de USD (8,5 mil milhões de AKZ), que tem em consideração os 80% de poços que estão inoperacionais e precisam de ser parcial ou totalmente reparados. Os danos no sector água, saneamento básico e higiene representam 18% do total de danos. Calcula-se que as perdas no sector se situem nos 5,3 milhões de USD (0,9 mil milhões de AKZ), reflectindo os custos adicionais suportados pelo Governo e pela comunidade internacional para prestar assistência às populações afectadas nas três províncias.

Logo a seguir o sector da agricultura, pecuária e pesca, as maiores perdas registaram-se ao nível da segurança alimentar:³ 82 milhões de USD (13,3 mil milhões de AKZ), representando 18% do total das perdas. O sector da nutrição⁴ também registou perdas significativas avaliadas em 32,8 milhões de USD (5,4 mil milhões de AKZ). Estas perdas reflectem os custos adicionais nos quais o Governo e a comunidade internacional incorreram de modo a reduzirem a insegurança alimentar e a subnutrição nas populações afectadas nas três províncias.

Fig. iv: Distribuição de danos e perdas



ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO

Necessidades de Recuperação

As necessidades de recuperação foram calculadas com base nos resultados do PDNA para os efeitos e impactos do desastre e foram determinadas para as quatro categorias seguintes: 1) reconstrução de activos físicos; 2) retoma da produção, funcionamento dos serviços e acesso a bens e serviços; 3) restabelecimento da governação e dos processos de tomada de decisão; 4) redução das vulnerabilidades e riscos.

As necessidades de recuperação a curto e médio-prazo referem-se às medidas necessárias para responder à actual crise provocada pela seca, ao mesmo tempo que reabilitam a produção agrícola e pecuária e as fontes de água para aumentar a disponibilidade de

³ A segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e económico a produtos alimentares seguros, nutritivos e suficientes que satisfazem as suas necessidades e preferências alimentares para um estilo de vida activo e saudável. Cimeira Mundial de Alimentação, 1996

⁴ De acordo com a OMS, por "subnutrição aguda severa" entende-se um índice peso/estatura de -3 SD ou um perímetro do braço inferior a 115 mm, e um cut-off point de <-2 SD para classificar como moderado o baixo peso para a idade, a baixa altura para a idade e o baixo peso para a altura.

água para consumo humano e animal, apoiam os centros de nutrição para o tratamento da subnutrição (incluindo disponibilização e provisões e pessoal qualificado), fomentam o restabelecimento dos programas de alimentação escolar para incentivar o regresso à escola e parar o abandono escolar, promovem actividades alternativas de geração de receitas, assim como visam reduzir a produção de carvão, a desflorestação e a degradação dos solos, entre outras medidas de recuperação.

As necessidades de recuperação a longo-prazo incluem medidas para reduzir o risco associado às secas e o seu potencial impacto no sul de Angola. Por exemplo, através de uma melhor gestão dos recursos naturais, tal como reflorestação, introdução de técnicas de recolha de água, sistemas de irrigação comunitários para apoiar a produção agrícola, a introdução de tecnologias agrícolas e práticas mais sustentáveis (tais como, variedades de culturas resistentes à seca), estratégias de subsistência alternativas e actividades geradoras de receitas, entre outras medidas para reduzir o risco e a vulnerabilidade e promover a adaptação, particularmente, tendo em conta o provável aumento da frequência e gravidade das secas na região devido às alterações climáticas.

As necessidades propostas também têm em consideração as questões relativas a governação, em particular, as medidas necessárias para consolidar a capacidade das autoridades locais em todos os sectores, de forma a executarem e gerirem o programa de recuperação. Nesse contexto, devem estar dotadas de mais conhecimentos e recursos humanos, equipamentos e sistemas de gestão da informação para facilitar a monitorização e a coordenação interinstitucional.

Entre as necessidades identificadas as medidas de redução de risco de desastres (RRD), com vista a aumentar a resiliência e a reduzir o impacto de secas futuras na região sul. As intervenções de RRD propostas estão integradas em cada um dos sectores no âmbito das medidas sectoriais a longo-prazo e estão assim reflectidas na matriz abaixo que apresenta as necessidades de recuperação e o orçamento.

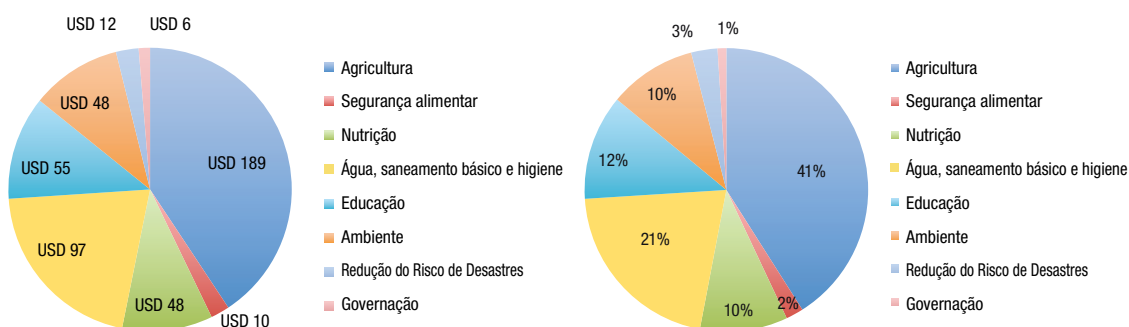
A tabela 2 apresenta o orçamento proposto para a recuperação - 464,5 milhões de USD (75,6 mil milhões de AKZ). Os sectores agrícola e hídrico são os mais necessitados, ou seja, 189 e 97 milhões de USD respectivamente. As necessidades de recuperação incluem medidas a curto-prazo (6 meses a 1 ano), médio-prazo (1 a 2 anos) e longo-prazo (2 a 4 anos).

Tabela ii: Necessidades de recuperação no Cunene, no Namibe e na Huíla, por sector (USD e AKZ)

Sector	curto prazo milhõesUSD	médio prazo milhões USD	longo prazo mil milhões USD	Total milhões USD	Total mil milhões AKZ
Agricultura	34	152	3	189	30,75
Segurança alimentar	10			10	1,63
Nutrição	35	8	5	48	7,81
Água, saneamento básico e higiene	52,5	30	14	97	15,7
Educação	35	20		55	9
Ambiente	15	23	10	48	7,81
Redução do Risco de Desastres	12			12	1,95
Governação	2	2	2	6	0,98
Total	195,5	235	34	464,5	75,63

Nota: curto-prazo (6 meses a 1 ano), médio-prazo (1 a 2 anos) e longo-prazo (2 a 4 anos).

Fig. v: Necessidades de recuperação por sector, em milhões de USD e como percentagem do total



Visão e resultados pretendidos por sector

A estratégia de recuperação centra-se na assistência a 1.139.064 pessoas afectadas pela seca nas províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe. Para tal, serão levadas a cabo as iniciativas identificadas e orçamentadas na avaliação das necessidades de recuperação, que totalizam 464,5 milhões de USD (75,6 mil milhões de AKZ), como resumido na tabela 16.

A estratégia de recuperação contempla quatro áreas principais de intervenção:

- Satisfazer as necessidades mais imediatas das populações mais afectadas.
- Alinhar a estratégia de recuperação da seca com os Planos de Desenvolvimento Provinciais e Nacional 2013-2017.
- Articular as agendas de redução do risco de desastres e de alterações climáticas e respectiva adaptação.
- Reforçar a governação e melhorar a gestão das informações

Mecanismos de Implementação

Embora se reconheça que a recuperação deve ser executada sob a liderança forte do Governo, outros parceiros podem contribuir com os seus conhecimentos e competências técnicas com vista a melhorar a qualidade da recuperação. O Governo de Angola deveria considerar a hipótese de aprimorar mecanismos de coordenação existentes para reunir os conhecimentos técnicos necessários à recuperação, com vista a prestar assistência técnica de forma contínua às famílias durante o longo processo de recuperação.

O QUADRO DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

O PDNA e a estratégia de recuperação proposta devem servir de referência à formulação do Quadro de Recuperação de Desastres (QRD) para as três províncias mais afectadas: Cunene, Huíla e Namibe.

Concebido sob a liderança do Governo de Angola, em consulta com as principais partes interessadas, o QRD constituirá um quadro sistemático e estruturado para levar a cabo a recuperação e reconstrução. O QRD deverá ser um quadro comum ao serviço de todo o Governo, bem como dos parceiros nacionais e internacionais e outras partes interessadas na recuperação, incluindo a população afectada. O QRD deverá auxiliar o Governo de Angola a ter uma abordagem integrada às decisões políticas, aos mecanismos institucionais, às estratégias de gestão de financiamentos e finanças, bem como aos sistemas de implementação e monitorização para planear e gerir a recuperação da seca.

Para proceder ao acompanhamento do PDNA, deverá ser realizado um exercício detalhado de planeamento da recuperação. Um processo que deverá ser inclusivo, contando com a participação de autoridades públicas nacionais e locais (incluindo titulares dos Departamentos Ministeriais), a sociedade civil e organizações de nível comunitário. Os parceiros do PDNA, UE, ONU e Banco Mundial continuam empenhados em apoiar o Governo de Angola na realização deste exercício de planeamento que pode incluir outros parceiros relevantes/interessados.

A METODOLOGIA DO PDNA

O PDNA segue uma metodologia desenvolvida em conjunto pela União Europeia, o Banco Mundial e o Grupo de Desenvolvimento da ONU, que integra um conjunto de métodos, ferramentas e técnicas analíticas concebidas para avaliações pós-desastre e planeamento da recuperação, assegurando uma comparabilidade sectorial na definição dos seguintes elementos:

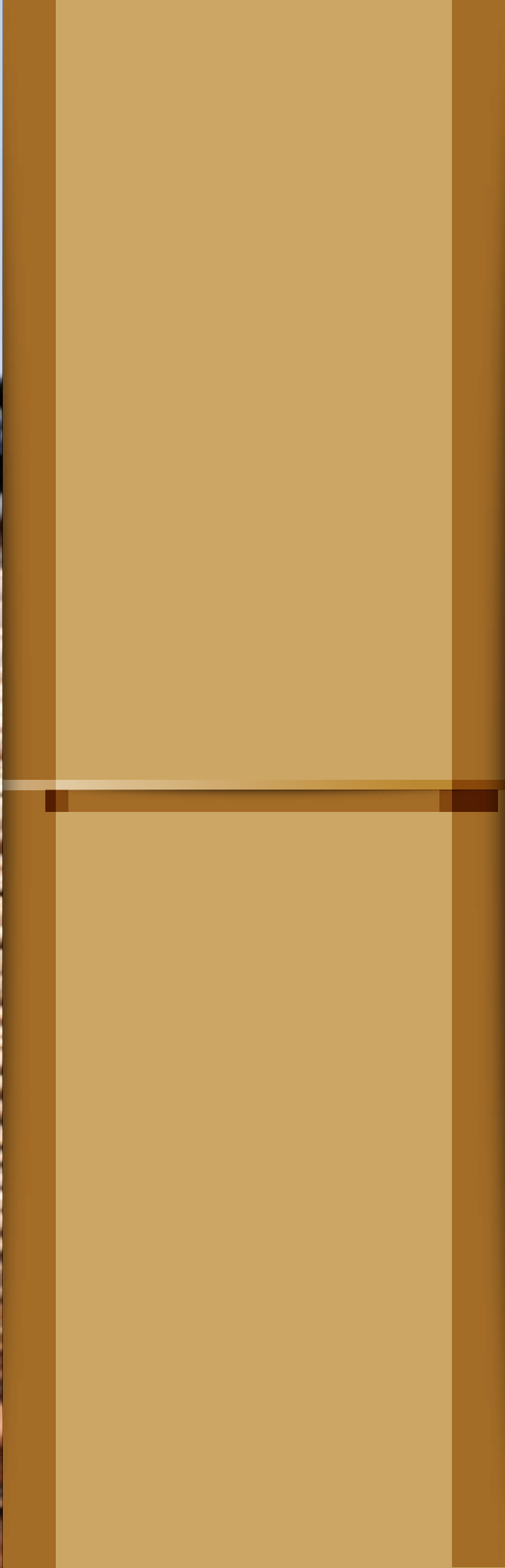
- Contexto anterior ao desastre e identificação de um cenário de referência
- Avaliação dos efeitos do desastre
- Estimativa do valor económico dos efeitos do desastre
- Avaliação do impacto do desastre
- Estratégia de Recuperação, determinando as necessidades de recuperação dos sectores.

O PDNA abrangeu os seguintes sectores e temas transversais: agricultura, segurança alimentar, nutrição, água, saneamento básico e higiene, educação, ambiente, impacto social, indústria e comércio, redução do risco de desastres e impacto macroeconómico.

A equipa teve de envidar um esforço adicional dado que não havia dados de referência suficientes nem estatísticas actualizadas para calcular os danos e as perdas em todos os sectores conforme a metodologia do PDNA.

As equipas sectoriais realizaram a avaliação através: 1) da recolha de dados de referência pré-desastre para efeitos de comparação com as condições pós-desastre; 2) da avaliação dos efeitos e impactos do desastre em cada sector para determinar as necessidades de recuperação gerais; e 3) do estabelecimento das prioridades dentro dessas necessidades de recuperação.

A maioria das equipas sectoriais realizou visitas de campo às províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe para avaliar as condições nas áreas afectadas pela seca, recorrendo a técnicas de observação participativas, grupos de discussão e entrevistas realizadas a informadores-chave, incluindo famílias afectadas e autoridades locais.



INTRODUÇÃO E CONTEXTO

Após a seca de 2015/16 associada ao El Niño, que se seguiu a quatro anos consecutivos de seca, o Governo de Angola (GdA) solicitou assistência técnica às Nações Unidas (ONU), em Maio de 2016, para realizar uma avaliação das necessidades pós-desastre (PDNA) nas províncias prioritárias do Cunene, da Huíla e do Namibe e, subsequentemente, desenvolver um programa de recuperação para reforçar a resiliência. Espera-se que esta abordagem possa contribuir para a implementação da estratégia governamental de “graduação” dos Países Menos Avançados (PMA) e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como para o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (RRD) 2015-2030.

O PDNA foi realizado entre 11 de Julho e 19 de Agosto de 2016 por uma equipa de especialistas composta por representantes dos Departamentos Ministeriais da CNPC e CPPC com o apoio das agências das Nações Unidas, Banco Mundial e União Europeia. O PDNA centrou-se nas três províncias do sul do país (Namibe, Cunene e Huíla) que o Governo considerou terem sido as mais afectadas pelo défice de chuva em 2015/16.

O capítulo final do presente relatório explica a metodologia utilizada para realizar o PDNA, bem como as limitações à obtenção das estatísticas necessárias para calcular os custos dos efeitos (danos e perdas) e as necessidades de recuperação.

O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO EM ANGOLA

A longa guerra civil em Angola que durou 27 anos e terminou em 2002 provocou a destruição da maior parte das infra-estruturas e serviços sociais, a deslocação das populações rurais e a multiplicação das minas terrestres pelo interior do país. Os efeitos têm sido profundos e resultaram num enorme decréscimo da capacidade produtiva e das condições socioeconómicas do país. Angola já foi um importante exportador agrícola em África, mas a guerra devastou completamente a agricultura: as redes comerciais e financeiras rurais entraram em colapso, a capacidade institucional agrícola foi severamente afectada a todos os níveis, incluindo a capacidade de investigação, expansão, armazenamento e comercialização, que são elementos essenciais para a produção agrícola e o comércio⁵. O conflito também destruiu substancialmente as infra-estruturas e serviços de ensino, água e saneamento básico. A guerra deixou um terço do território nacional infestado de minas antipessoais e apenas metade dos campos de minas identificados foram desativados.

Desde o final da guerra em 2002, Angola realizou significativos progressos em termos económicos e políticos, assentes no crescimento económico impulsionado pelo aumento da produção e preço do petróleo. Entre 2003 e 2008, Angola registou um crescimento médio anual na ordem dos 17%, o que lhe garantia constantemente um lugar entre as três economias de crescimento mais rápido no mundo. A abundância de receitas sustentou um colossal plano de recuperação e reconstrução de infra-estruturas. A produção agrícola aumentou gradualmente desde 2002. Em 2009, o valor acrescentado agrícola foi 7.702 milhões de USD, um aumento face aos 4.018 milhões de USD de 2006⁶. O sector contribuiu com cerca de 10% do PIB em 2011, uma subida face aos 5,7% em 2000⁷. Actualmente, a agricultura é o terceiro sector com maior peso no PIB de Angola e as exportações agrícolas atingiram os 4.940 milhões de AKZ em 2014⁸.

⁵ FAO, 2011. Perfil de Investimento Agrícola Estrangeiro: Angola.

⁶ Fewsnet, 2012, Angola Desk Review.

⁷ Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário 2013-2017

⁸ Instituto Nacional de Estatística, 2015, Angola 40 anos de estatística 1975-2015.

No entanto, o país ainda tem pela frente enormes desafios em termos de desenvolvimento, designadamente: reconstruir as infra-estruturas necessárias, desenvolver o pleno potencial do sector agrícola, melhorar a capacidade institucional, governação, sistemas de gestão de finanças públicas, indicadores de desenvolvimento humano e as condições de vida da população.

Actualmente, menos de 30% das terras aráveis estão cultivadas e a produtividade agrícola e os rendimentos das culturas continuam muito baixos em comparação com os outros países na África Subsaariana. De acordo com a FAO, o rendimento médio do feijão em Angola é 0,34 toneladas por hectare, face aos 0,60 da África Austral, enquanto o rendimento médio do massango é 0,24 toneladas por hectare face à média regional. Actualmente, 80% dos agricultores angolanos são pequenos agricultores que produzem mais de 90% de todos os produtos agrícolas no país. Angola é um país importador líquido de produtos alimentares. O total de importações agrícolas entre 2008 e 2010 variou entre 2,1 mil milhões e 2,6 mil milhões de USD, enquanto o valor das exportações agrícolas cifrou-se entre os 9 e 12 milhões de USD no mesmo período⁹.

Grande parte da população ainda vive na pobreza e sem acesso adequado a serviços básicos. Apenas 32% dos agregados familiares tem acesso a electricidade. De acordo com o recenseamento de 2014, apenas 44% das famílias¹⁰ tinham acesso a fontes adequadas de água potável¹¹. Na área rural, esta percentagem é significativamente menor (22,4%). Relativamente ao acesso à água potável, Angola ocupa o último lugar entre todos os Estados-Membros da SADC¹². No país, existem mais de 3.000 poços que são a principal forma de abastecimento de água nas zonas rurais¹³, mas muitos destes poços não funcionam devido a problemas de manutenção e não só. Relativamente ao saneamento básico, 60% das famílias a nível nacional usam instalações sanitárias adequadas. Contudo, este número desce para 26% nas zonas rurais face a 82% nas zonas urbanas.

Angola continua a ser confrontada com um grande desafio ao nível da educação e da saúde, não obstante tenha vindo a investir no ensino primário e na reconstrução das infra-estruturas de saúde. Actualmente, apenas cerca de 30% dos agregados familiares tem acesso a infra-estruturas de saúde pública. A malária representa 35% da mortalidade das crianças com menos de 5 anos, 25% da mortalidade materna e é a principal causa de morte, doença e absentismo profissional e escolar. A taxa de mortalidade devido a doenças diarreicas é 152 mortes por cada 10.000 pessoas, um número que coloca Angola no terceiro lugar a nível mundial. A taxa de mortalidade infantil é de 44 mortes por cada 1.000 nascimentos vivo¹⁴. Quanto a Subnutrição, 38% das crianças com menos de cinco anos sofrem de malnutrição crónica moderada e 15% sofrem de mal nutrição grave¹⁵.

Apesar do país ter registado progressos consideráveis com vista à prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, não atingiu os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2015. Angola apresenta um fraco desempenho em termos de desenvolvimento humano. Em 2014, o seu IDH foi 0,532 - o que colocou o país na categoria de baixo desenvolvimento humano e no 149.º lugar entre 188 países e territórios. Contudo, a taxa de pobreza global desceu de 62% em 2001 para cerca de 37% em 2009. Não obstante este progresso notável, ainda persistem disparidades regionais significativas entre as várias

⁹ Fewson, 2012, Angola Desk Review.

¹⁰ Um agregado familiar típico em Angola inclui 4,6 pessoas.

¹¹ As fontes adequadas de água potável são as torneiras ligadas à rede pública, as fontes públicas, os poços com bombas de água, as cacimbas ou as nascentes protegidas.

¹² Recurso Humanitário Regional da SADC de Junho de 2016 citando a UNICEF, OMS, SADC no JMP.

¹³ Documento World Bank Water Sector Institutional Development Project Information, Redvers Louise on Relief Web, Março de 2011

¹⁴ IBEP 2008/2009

¹⁵ INE-IIMS (Relatório de indicadores básicos 2015-2016)

províncias bem como entre as zonas rurais e urbanas. A taxa de pobreza nas zonas rurais é quase 58%, enquanto nas zonas urbanas é inferior a 30%¹⁶.

A seca em Angola evoluiu no contexto da pior crise petrolífera da história do país. A economia foi negativamente afectada pelo acentuado declínio dos preços do petróleo desde meados de 2014. Na realidade, os preços do petróleo caíram mais de 72% entre Março de 2014 e Março de 2016. Tal teve um efeito cascata na economia: conta corrente deficitária, escassez de moeda estrangeira, desvalorização da moeda local (Kwanza) e pressões inflacionistas, com a inflação anual a situar-se actualmente em torno dos 26%. Ao nível fiscal, a descida dos preços do petróleo resultou numa diminuição drástica das receitas do Estado, o que levou o Governo a realizar cortes avultados na despesa pública, incluindo a eliminação dos subsídios de combustível, o cancelamento das despesas de investimento e a redução da aquisição de bens e serviços.

O PIB de Angola cresceu 2,8% em 2015, abaixo dos 4,8% de 2014, devido, sobretudo, à queda dos preços do petróleo. No entanto, o sector petrolífero continua a ser o motor de crescimento da economia angolana. Nos últimos cinco anos, o petróleo representou 40% do PIB, 95% das receitas da exportação e quase 75% das receitas fiscais¹⁷.

A continuada dependência do petróleo e os elevados riscos económicos inerentes levaram o Governo a acelerar os seus planos de diversificação da economia, como previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND). Para este efeito, o PND contém uma Política Nacional para a “Promoção e Diversificação da Estrutura Económica Nacional”, centrando-se nos pólos prioritários: Indústria Agro-alimentar, Energia e Água, Habitação e Transportes e Logística. O principal objectivo é criar uma base económica sólida e diversa para reduzir a dependência das importações dos bens de consumo e a elevada dependência das exportações do sector petrolífero. Neste âmbito, o Governo reconhece que a agricultura apresenta um potencial significativo e é um dos sectores prioritários para promover o crescimento económico e a diversificação ao abrigo do PND. Contudo, a seca que se tem verificado desde 2012 pode estar a impedir o progresso no sector da agricultura, pecuária e pesca, bem como a concretização dos objectivos de segurança alimentar e de desenvolvimento global.

CONTEXTO NO CUNENE, NA HUÍLA E NO NAMIBE

Condições socioeconómicas

As províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe situam-se na zona agro-ecológica árida e semiárida no sul de Angola, que se caracteriza por desertos, savanas e florestas. Em geral, a região está sujeita a secas e cheias frequentes. É escassamente povoada e muitas comunidades rurais são marginais e têm um baixo nível de desenvolvimento socioeconómico. Tal como ilustrado na tabela 1, as três províncias têm, em conjunto, quase 4 milhões de habitantes, a maioria dos quais estão localizados na Huíla. Destes, mais de 2,6 milhões vivem em zonas rurais, representando assim, 66% da população total.

Em relação à educação, quase 29% das crianças e jovens dos 6 aos 17 anos de idade no Cunene nunca frequentaram a escola, enquanto na Huíla e no Namibe as percentagens são aproximadamente de 20% a 21%. No Cunene, cerca de 25% da população na faixa etária dos 15 aos 24 anos não sabe ler e escrever, enquanto na Huíla e no Namibe a percentagem sobe para 35% e 36% respectivamente.

¹⁶ Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, 2015

¹⁷ Banco Africano de Desenvolvimento, OCDE, PNUD, 2016, African Economic Outlook: Angola

Tabela 1: Demografia no Cunene, na Huíla e no Namibe

Província	População Total	População urbana	População rural	Idade média da população	Número de pessoas por agregado familiar - média	Proporção da população dos 6 aos 17 anos que nunca frequentou a escola	Proporção da população dos 15 aos 24 anos que sabe ler e escrever
Cunene	990,087	207,156	782,931	21	5,3	28,7	75,2
Huíla	2,497,422	817,039	1,680,383	20	4,8	20,3	64,8
Namibe	495,326	315,656	179,670	20	5,1	21,2	63,6

Fonte: INE 2016 - dados preparados para o PDNA

Tal como na maioria das zonas rurais em Angola, os poços são os principais meios de abastecimento de água, mas os rios são igualmente uma importante fonte de água, especialmente ou em particular para os animais. Em muitas áreas, não há infra-estruturas de saneamento básico adequadas e defecar ao céu aberto é uma prática comum. Na Huíla, 35,5% dos agregados familiares tem acesso a água potável, enquanto no Namibe esta percentagem sobe para 48%. Já no Cunene apenas 23% dos agregados familiares tem acesso a água e menos de 12% das famílias têm acesso a infra-estruturas de saneamento básico, como indicado na tabela 2.

As zonas rurais em Angola dependem inteiramente do consumo de lenha e carvão. Um total de 32% dos agregados familiares do país tem acesso a electricidade e calcula-se que o consumo de carvão represente 57% do consumo energético total do país. No Cunene, apenas 11,7% dos agregados familiares tem electricidade, enquanto na Huíla destaca-se uma média de 16%, isto é, bem abaixo da média nacional.

A maioria da dos agregados familiares dedica-se à agricultura (aproximadamente 68% no Cunene e na Huíla). A secção seguinte descreve mais ao pormenor os meios de subsistência dos agregados familiares das províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe.

Tabela 2: Características socioeconómicas no Cunene, na Namibe e no Huíla

Province	Taxa de desemprego na população com 15 anos de idade ou mais	Proporção de agregados familiares que praticam agricultura familiar	Proporção de agregados familiares com acesso a água potável	Proporção de agregados familiares com tratamento adequado da água	Proporção de agregados familiares com acesso a infra-estruturas de saneamento básico adequadas	Proporção de agregados familiares com acesso a electricidade
Cunene	20,7	67,7	23,3	18,0	11,8	11,7
Huíla	17,9	67,9	35,5	17,0	26,4	16,0
Namibe	18,0	30,1	48,1	30,5	41,0	48,6

Fonte: INE 2016 - dados preparados para o PDNA

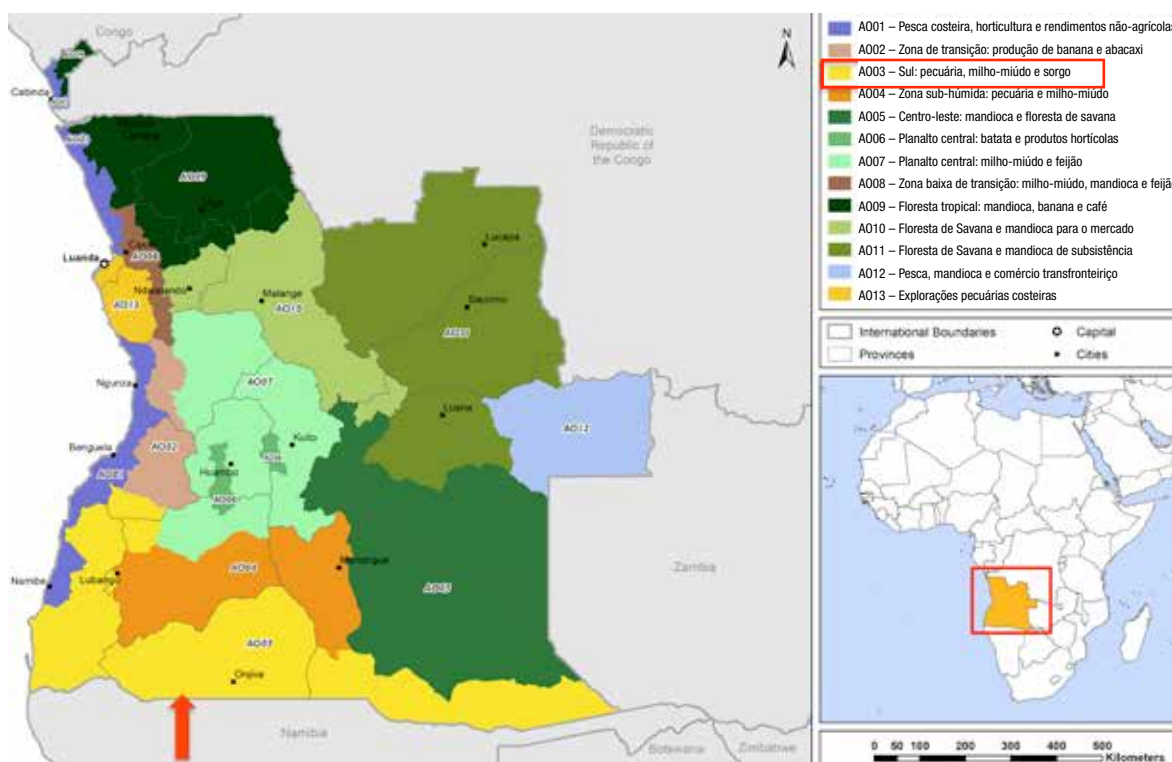
Descrição da zona de sustento

A região sul faz parte da zona de subsistência de criação de gado, massango e massambala no sul de Angola (AO03 no Mapa 1), que é sobretudo agro-pastoril. Esta zona tem um padrão pluvial unimodal, com uma precipitação média aproximada de 200-400 mm por ano. Há duas estações: a estação das chuvas que vai de meados de Outubro até Março; e a estação seca desde Abril a inícios de Outubro.

A pecuária é um importante meio de sustento, sobretudo o gado bovino, mas também cabras, ovelhas, porcos e aves. Tendo em conta a variabilidade das chuvas na região, a transumância ou a migração sazonal do gado entre as planícies e as montanhas adjacentes são práticas comuns.

A produção de leite comercial e tradicional é crucial para as comunidades locais. O leite é consumido ao longo do ano – e em maior quantidade durante a estação das chuvas – e vendido nos mercados locais pelas populações mais abastadas. A população mais pobre trabalha na pastagem de gado para as pessoas mais abastadas e é paga sob a forma de produtos da pecuária. A venda de gado, quando necessária, é a mais importante fonte de rendimento, apesar de haver outras, como a venda de cabras e porcos, carvão e lenha. As pessoas mais abastadas obtêm rendimentos da venda de leite e produtos lácteos. O gado raramente é vendido, a menos que as famílias se encontrem sob pressão ou que os animais estejam em péssimas condições.¹⁸

Mapa 1: Zonas de subsistência em Angola



Fonte: Fewes-Net, 2013, Descrições e zonas de subsistência em Angola: O trabalho de zoneamento foi feito em conjunto. Ministério da Agricultura com apoio do Fewes-Net

As principais culturas alimentares são os pequenos cereais (massango e massambala) sobretudo no Cunene, no Namibe e no sul da Huíla, embora os rendimentos sejam baixos. Também são cultivados hortícolas e milho para consumo próprio, especialmente ao longo dos principais rios e vales. Normalmente, a produção local de massango e a massambala fornece os alimentos básicos até metade do ano, enquanto na segunda metade do ano as necessidades alimentares são supridas através da compra de produtos alimentares nos mercados.

¹⁸ O trabalho de zoneamento foi feito em conjunto. Ministério da Agricultura com apoio do Fewes-Net.

Dado que muitas áreas no Namibe e no Cunene apresentam um défice de milho e feijão, os seus mercados são abastecidos pela província vizinha da Huíla (milho e feijões) e pela Namíbia (milho). A parte norte da província da Huíla está sujeita a uma boa precipitação (1000-1200 mm anualmente) o que possibilita a agricultura de sequeiro em larga escala.¹⁹ Esta parte da província é uma das principais áreas de produção de cereais em Angola, representando 50% da produção nacional em conjunto com as províncias do Bié e do Huambo.

Segundo o recenseamento de 2014, existem 351.678 famílias rurais na Huíla, 144.085 no Cunene e 36.304 no Namibe. O sustento depende da criação de gado, produção de leite, produção de cereais, compra de alimentos nos mercados, pesca sazonal (nas zonas costeiras e ribeirinhas), horticultura e jardinagem, assim como de mercados de trabalho alimentados pelo comércio e pela indústria. Todas as famílias dependem da compra de produtos alimentares essenciais durante os meses de Dezembro a Maio, produtos esses complementados com leite e carne, sobretudo durante a estação das chuvas.²⁰

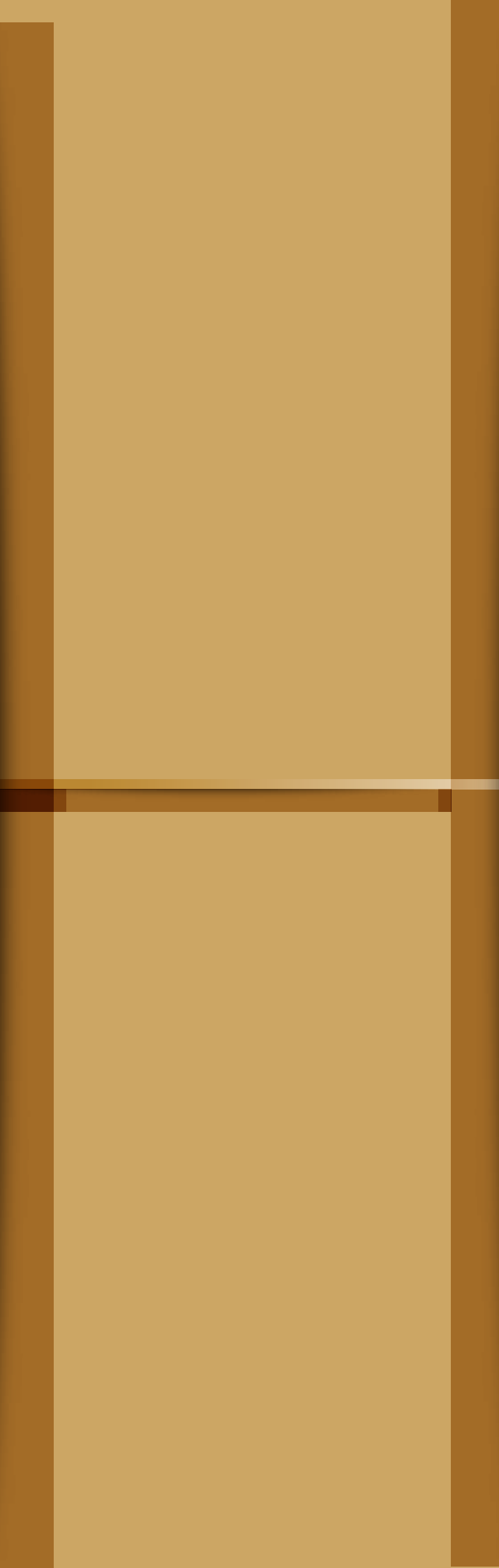
A região sul conta com três importantes bacias hidrográficas (Cunene e Cuvelai) e a bacia dos rios Curoca, Giraul e Lucira, além de muitos outros pequenos rios, assim como rios intermitentes no Namibe que sustentam alguma horticultura. A pesca realiza-se aqui de forma sazonal e constitui uma fonte adicional de alimentos, nutrição e rendimentos.

A costa do Namibe é muito árida e semiárida. Como tal, apresenta um potencial agrícola muito reduzido. Partes desta linha costeira enquadram-se noutra zona de subsistência: a zona pesca costeira, horticultura e fontes de rendimento não agrícola (AO01 no Mapa 1). A maioria dos rendimentos nesta zona assentam-se sobretudo em actividades de pesca marítima de larga escala, comercial e semi-industrial, bem como em actividades pesqueiras de pequeno porte. A província representa quase 60% da produção piscatória do país. Nesta zona, o mercado é a principal fonte dos alimentos consumidos pelas famílias, muito embora as famílias também cultivem produtos hortícolas (tomates, cebolas, couves e espinafres). A produção de tomate é igualmente importante, uma vez que abastece grande parte do mercado nacional e constitui uma fonte geradora de emprego e rendimento para os agricultores locais. As famílias dependem da venda de peixe para obterem rendimentos, apesar de as famílias mais pobres dependerem também do pequeno comércio tais como da venda de hortícolas, madeira, carvão vegetal e lenha, trabalho ocasional nas fábricas de processamento de peixe e noutros sectores de serviços para obterem rendimentos.²¹

¹⁹ FewNet, 2013, Descrições e zonas de subsistência em Angola; FewNet, 2012, *Angola Desk Review*

²⁰ FewNet, 2013, Descrições e zonas de subsistência em Angola.

²¹ Manuel Nzinga, Moraima Suris, 2016, Caracterización de fincas productoras de tomate (*Solanum lycopersicum* L.) en la provincia Namibe como base para el manejo de plagas.



CONDIÇÕES DA SECA EM ANGOLA

As estimativas de precipitação e os índices de vegetação (NDVI - Índice de Vegetação por Diferença Normalizada) fornecidos pelas imagens de satélite e o índice de satisfação das necessidades hídricas (WRSI) indicam que Angola foi afectada pela falta de precipitação desde a campanha agrícola de 2011/12, conforme explicado nas secções seguintes.

CRONOLOGIA DA SECA: 2011/12 - 2015/16

À semelhança de grande parte da África Austral, Angola tem vivido uma seca desde a campanha agrícola de 2011/12, marcada por uma combinação de falta de precipitação, distribuição irregular da precipitação e períodos de seca. A distribuição espacial da seca tem variado de uma estação para a outra, afectando de forma diferente as províncias e as zonas de sustento.

A campanha agrícola de 2011/12 foi marcada por um défice pluvial superior a 60% face a anos normais, segundo uma avaliação exaustiva realizada pelo Ministério da Agricultura (MINAGRI) em Abril/Maio de 2012. A seca sazonal afectou a maior parte do país, mas sobretudo as províncias do Bengo, Cuanza-Sul, Benguela, Huíla, Namibe, Cunene, Moxico, Bié, Huambo e Zaire.²²

Em 2012/13, algumas províncias do centro e norte de Angola continuaram a viver uma situação de seca, tal como ilustrado na Fig. 2 que apresenta o NDVI.

Em 2013/14, o país registou novamente a falta de precipitação, com grandes áreas do sudoeste ao longo da fronteira com a Namíbia a terem entre 80% a 100% menos de precipitação. As áreas mais afectadas foram as províncias do sul do país (Cunene, Huíla e Namibe), mas com um nível de gravidade inferior ao do ano anterior. Também existem claras anomalias negativas (abaixo da pluviosidade normal) ao longo da costa e, sobretudo, nas províncias do Bengo, do Cuanza Norte e de Benguela (Fig. 3 - NDVI). Durante esta estação, ocorreram algumas cheias na bacia do Cuvelai, na província do Cunene.

Em 2014/15, a falta de precipitação foi severa e generalizada sobretudo na primeira fase da estação e prolongou-se até ao final de Abril de 2015. Várias fontes consideraram esta estação a mais seca dos últimos 25 anos nas províncias do Cunene e do Namibe e a segunda mais seca da Huíla. Tal resultou no início tardio da campanha agrícola e em condições extremamente desfavoráveis para o desenvolvimento das culturas (Fig. 9 e 10).

Em 2015/16, as províncias do sul viveram mais uma seca, muito embora com uma ligeira melhoria face às duas campanhas anteriores (Fig. 11 - Índice de Vegetação por Diferença Normalizada - NDVI). Contudo, as condições de seca nas províncias do sul do país provocaram uma quebra na produção de massango e massambala, que são as culturas predominantes na região. Mais a norte, as condições meteorológicas têm sido, de uma forma geral, favoráveis à produção de milho nas províncias centrais do Cuanza Sul, do Huambo e do Bié que, em conjunto, representam cerca de dois terços da produção nacional de milho

²² Relatório do Coordenador Residente/Humanitário sobre o uso dos fundos do CERF em Angola, 2012

Fig. 1: Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2012 – (a meio da campanha 2011/12)

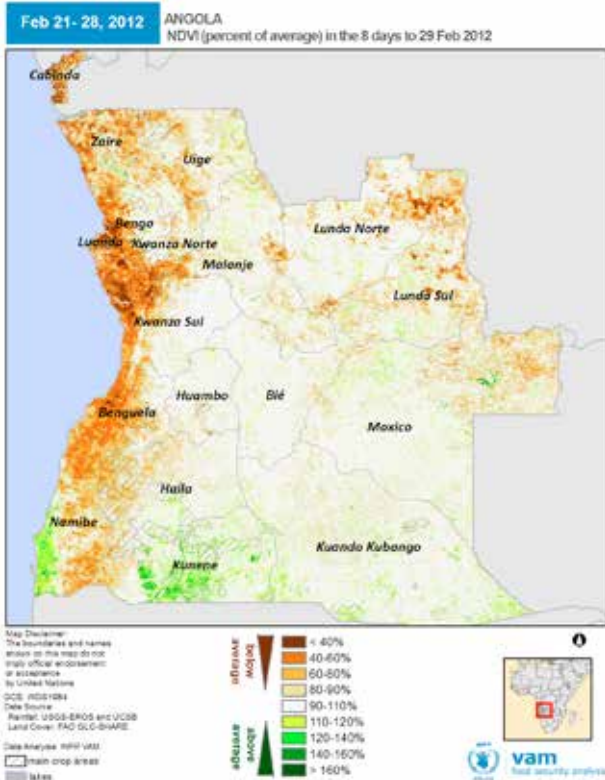


Fig. 2: Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2013 – (a meio da campanha 2012/13)

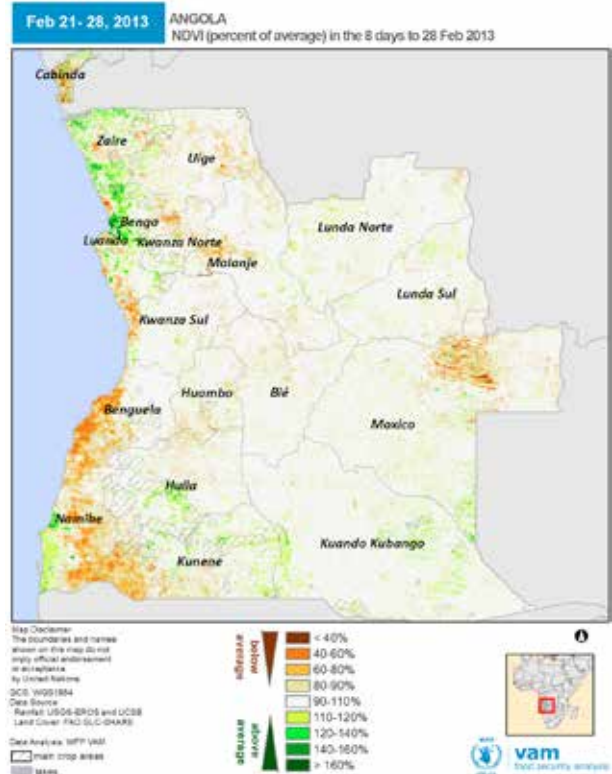


Fig. 3: Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2014 – (a meio da campanha 2013/14)

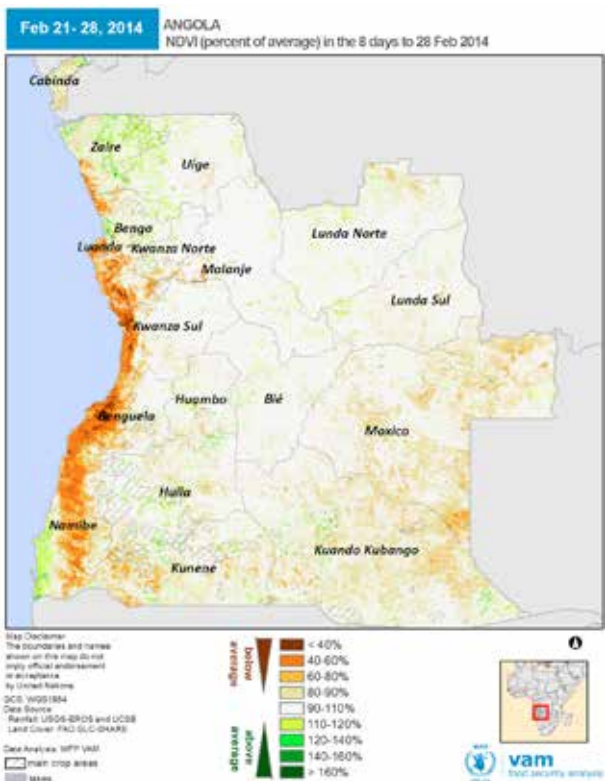


Fig. 4: Índice de Vegetação no final de Fevereiro de 2015 – (a meio da campanha 2014/15)

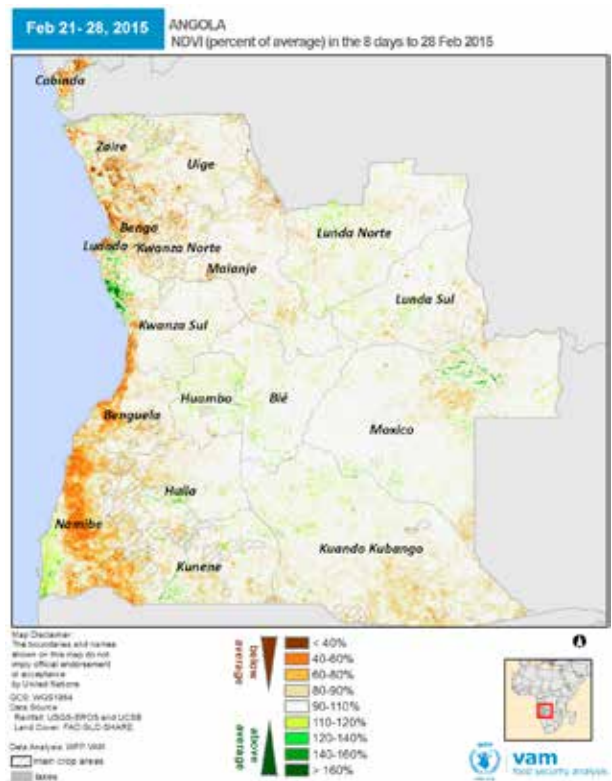


Fig. 5- Precipitação acumulada – Novembro de 2014 a Janeiro de 2015

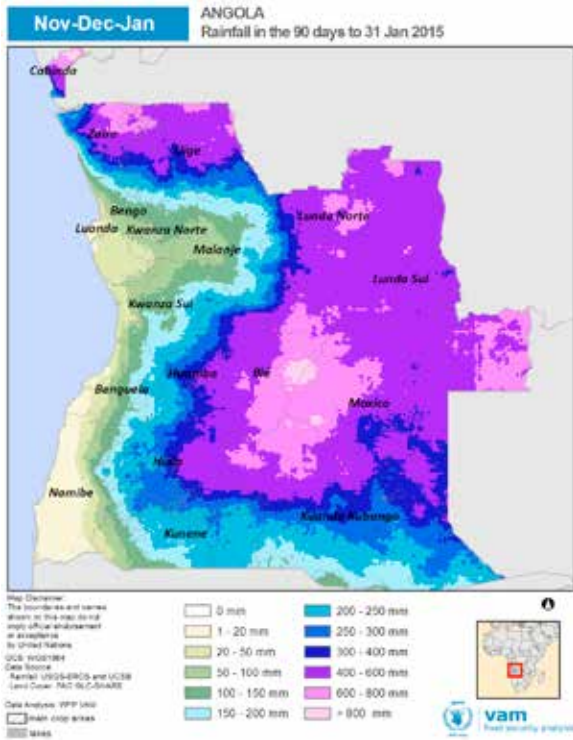


Fig. 6- Precipitação acumulada – Fevereiro a Abril 2015

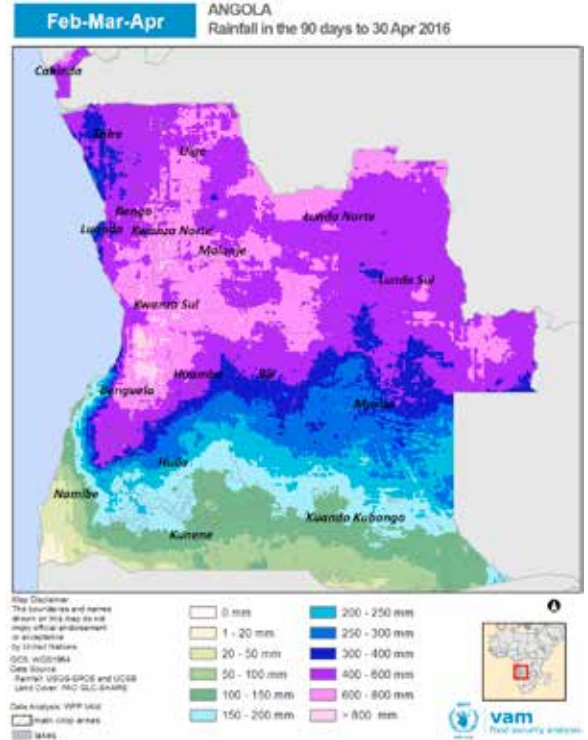


Fig. 7- Anomalia de precipitação – Novembro de 2014 a Janeiro de 2015

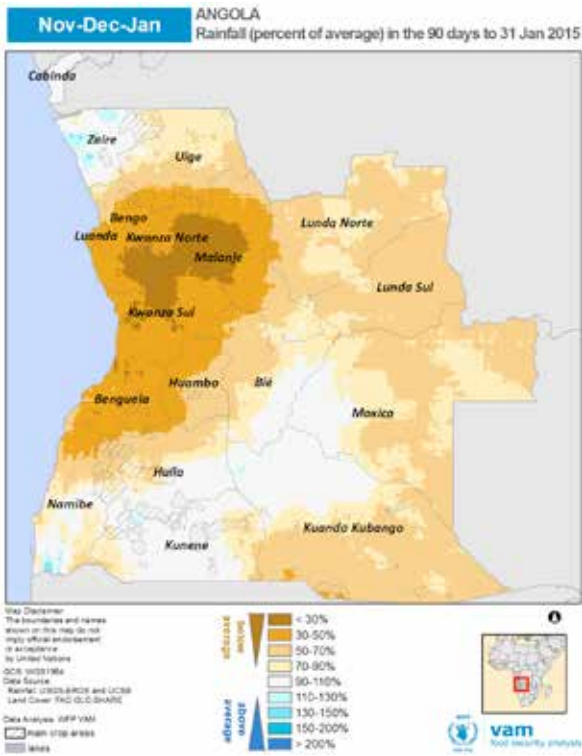


Fig. 8- Anomalia de precipitação – Fevereiro a Abril de 2015

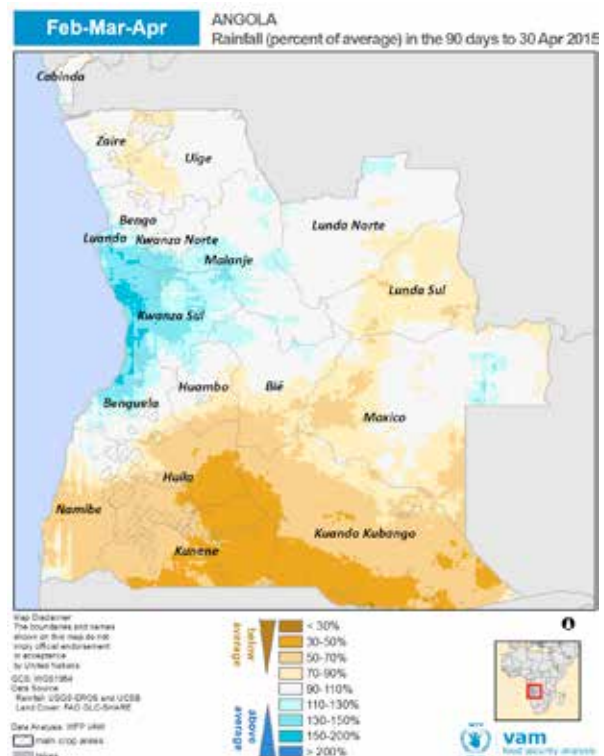
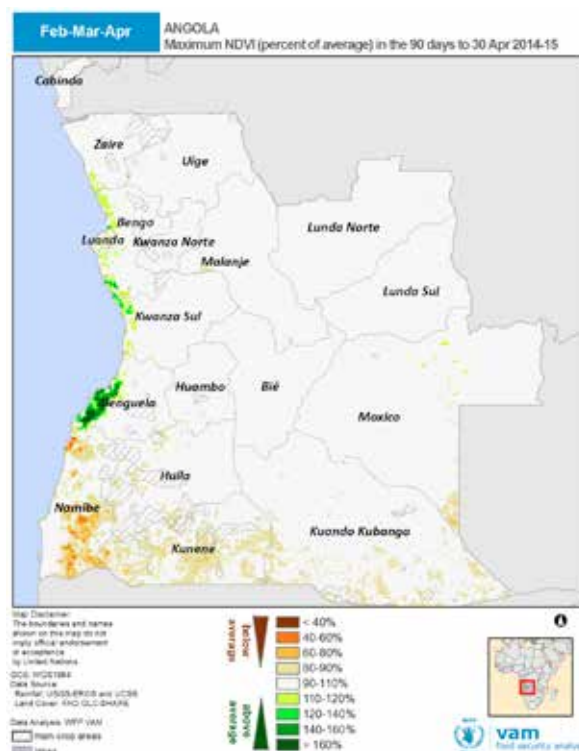


Fig. 9- Índice de Vegetação Máximo – Novembro de 2014 a Janeiro de 2015



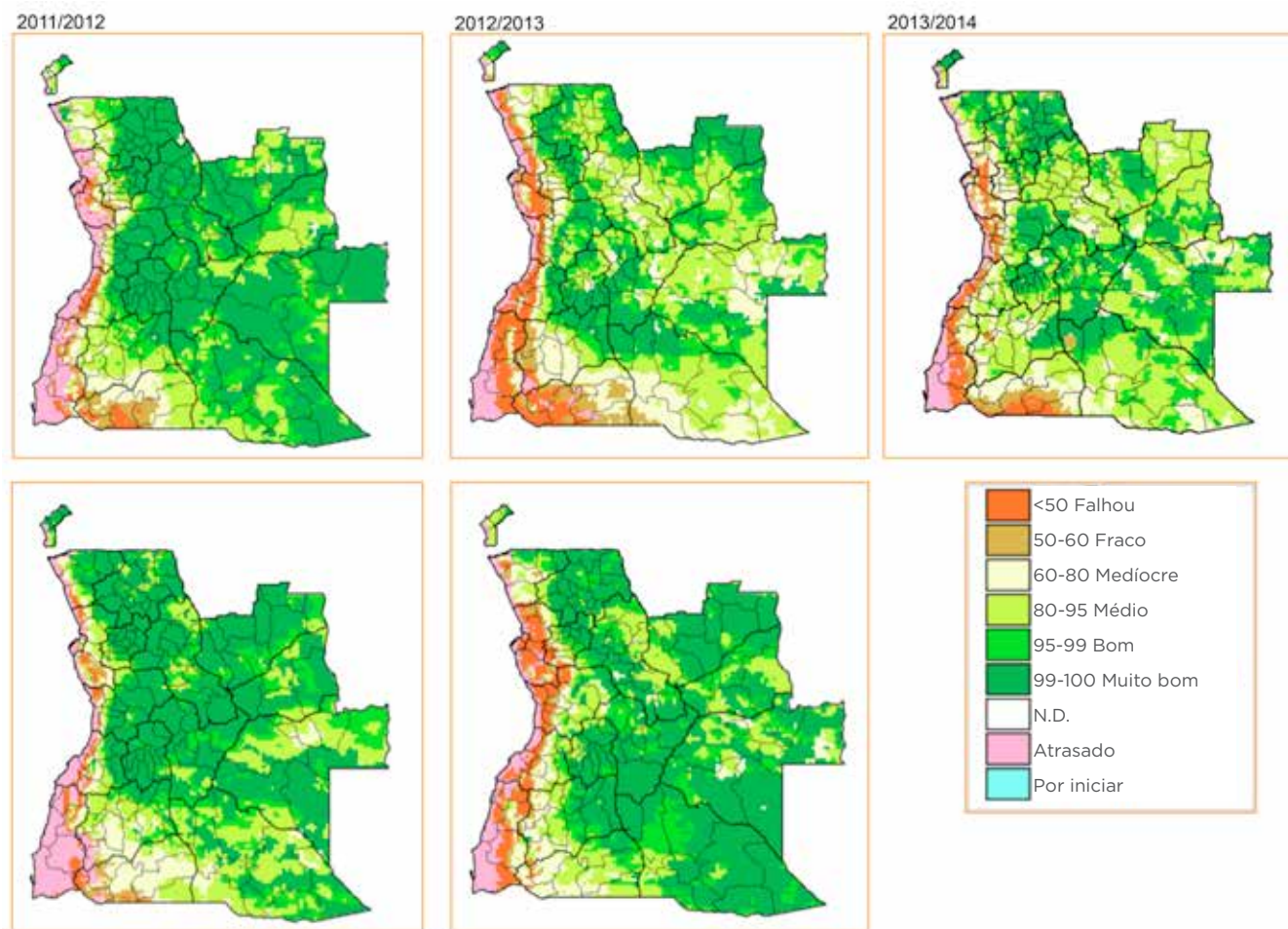
Fig. 10- Índice de Vegetação Máximo – Fevereiro a Abril de 2015



As tendências acima referidas também se reflectem no índice de satisfação das necessidades hídricas (WRSI), que é um indicador do desempenho das culturas com base na disponibilidade de água para a cultura durante o período de crescimento (Fig. 11).

A escassez de água é claramente visível no final da campanha no Cunene, no Namibe e na Huíla e ambas as campanhas foram caracterizadas por enormes atrasos no seu início. Nas províncias, há uma significativa área cultivada em más condições, ou seja, com um WRSI inferior a 50. A campanha de 2014/15 foi a mais afectada pela falta de precipitação, o que conduziu a prolongados períodos de seca e à quebra da produção agrícola na zona sudoeste do país.

Fig. 11: Índice de satisfação das necessidades hídricas (WRSI) para o milho

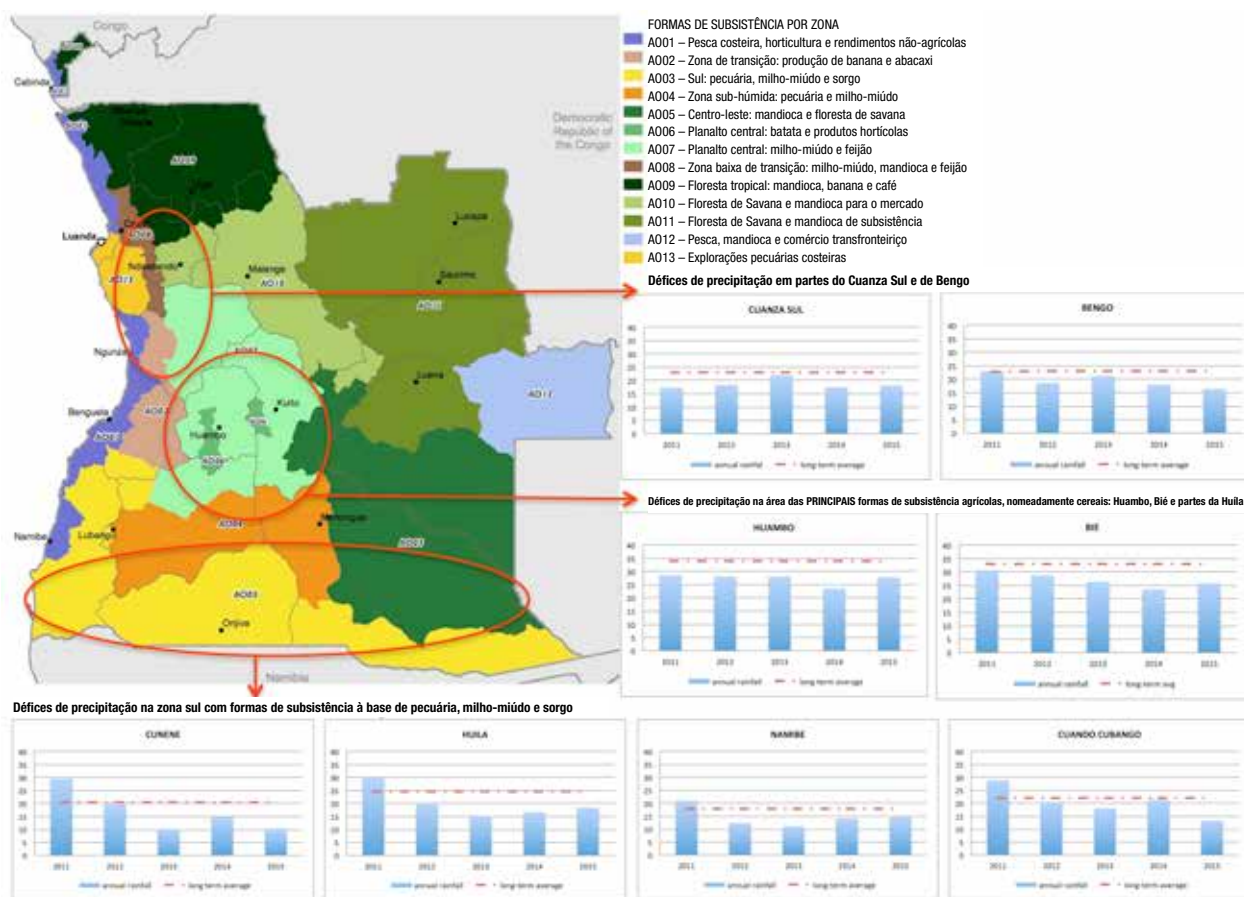


Source: GEOWRSI

DÉFICES PLUVIAIS DE 2011 A 2015

Nas três províncias objecto de análise (Cunene, Huíla e Namibe) a precipitação ficou significativamente aquém da média entre 2012 e 2015, excepto em 2012 no Cunene que registou níveis normais de precipitação. Em 2016, a maioria das áreas tinha vivido quatro anos consecutivos de seca, com pequenos aguaceiros ocasionais, que, em certa medida, aliviaram a pressão, mas não foram suficientes para a recuperação. Consequentemente, tem havido um impacto acumulado com o passar do tempo sobre as populações afectadas, com a diminuição progressiva dos seus meios de sustento, o aumento da insegurança alimentar e a degradação das condições ambientais nesta região.

Fig. 12: Défices pluviais entre 2011/12 e 2015/16 face à média a longo-prazo



Fonte: FAO GIEWS Earth Observation, com base nas estimativas de precipitação do NOAA / FEWSNet

Também se observam défices pluviais no planalto central que é uma importante região de produção de cereais no país. As províncias do Huambo e do Bié registaram uma precipitação inferior à média desde 2011 e até 2015. Nas províncias do Cuanza Sul e do Bengo no norte do país também se observou uma precipitação abaixo do que é normal durante o mesmo período, muito embora em menor grau.

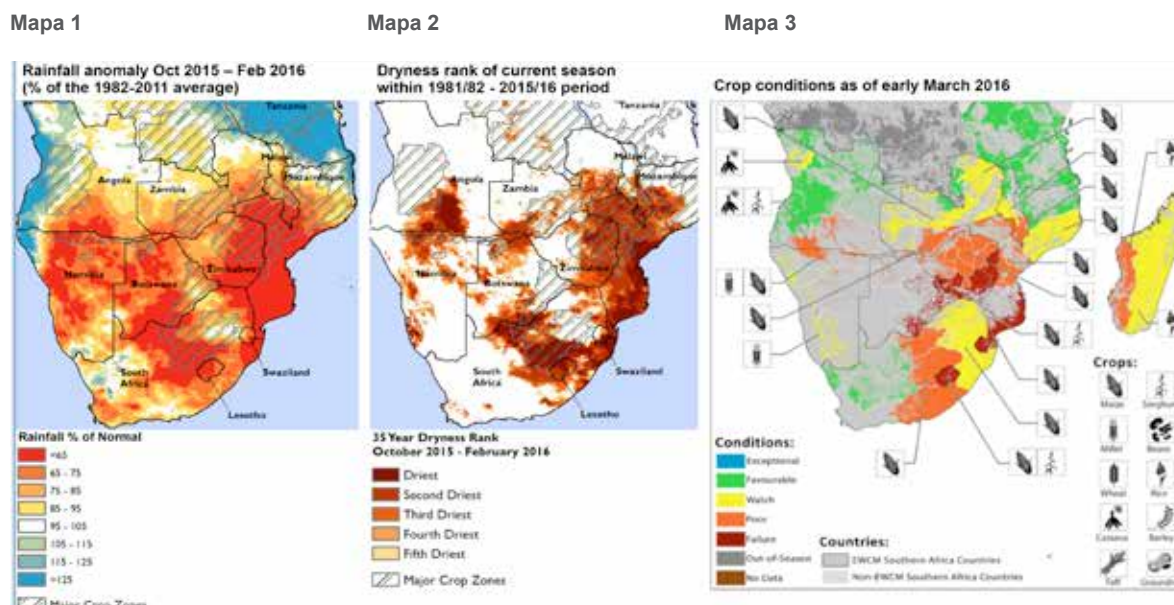
A SECA EM 2015-16

Uma vez mais, o calendário agrícola de 2015/16 mostra períodos de seca e défice de chuva associados ao El Niño, em particular no sul do país e em algumas zonas da região central. O mapa abaixo (1) na Fig. 13 ilustra o desvio da pluviosidade entre Outubro de 2015 e Fevereiro de 2016 face à média de 1982 a 2011 em Angola e na região da África Austral. Durante este período, a pluviosidade registada ficou 75% aquém da média em grandes partes do sul de Angola, sobretudo no Cunene e no Cuando Cubango. Algumas zonas da região central também foram afectadas, incluindo importantes áreas de cultivo.

O segundo mapa (2) destaca as áreas onde a última campanha registou uma das cinco maiores secas dos últimos 35 anos. Uma grande parte do sul de Angola viveu o ano mais seco ou o segundo ano mais seco de sempre, sobretudo as províncias de Cunene e Cuando Cubango.

O Mapa 3 apresenta as condições das culturas em Angola e na região da África Austral de uma forma mais geral, conforme a classificação da Monitorização de Culturas para efeitos de Alerta Precoce (EWCM) da GEOGLAM. A 28 de Fevereiro de 2016, o EWCM classificou as condições da cultura de milho como “más” em algumas partes do sul de Angola e, sobretudo, no Cunene.

Fig. 13: Anomalia das chuvas, classificação do nível de seca e condições das culturas em Março de 2016



Fonte: FewNet – Relatório Especial da África Austral, Março de 2016

Nota: a principal estação agrícola em Angola (e na África Austral) decorre de Outubro/Novembro até Abril.

Nota mapa 2: As áreas de cultivo mais importantes são definidas como as principais áreas de produção da principal cultura do país. As áreas identificadas não são necessariamente áreas com excedente de produção e estão espacialmente generalizadas para efeitos de apresentação e cálculo.

Nota mapa 3: O EWCM é um esforço de diversas agências no âmbito do qual especialistas da FEWS NET, do Centro Comum de Investigação da UE, do Programa Alimentar Mundial e do Conselho de Investigação Agrícola da África do Sul, em colaboração com a Universidade de Maryland, avaliam uma série de informações (imagens de teledetecção e relatórios de campo), para classificar as actuais condições das culturas.

Relativamente à próxima campanha agrícola, há neste momento uma grande incerteza acerca dos eventuais impactos do fenómeno La Niña na precipitação na África Austral. Caso proporcione condições de cultivo mais favoráveis, poderá, em teoria, dar origem a colheitas verdes sazonais em alguns países. Contudo, La Niña também poderá provocar cheias em Angola e nos países vizinhos, pelo que deve ser monitorada de perto.

POPULAÇÃO AFECTADA

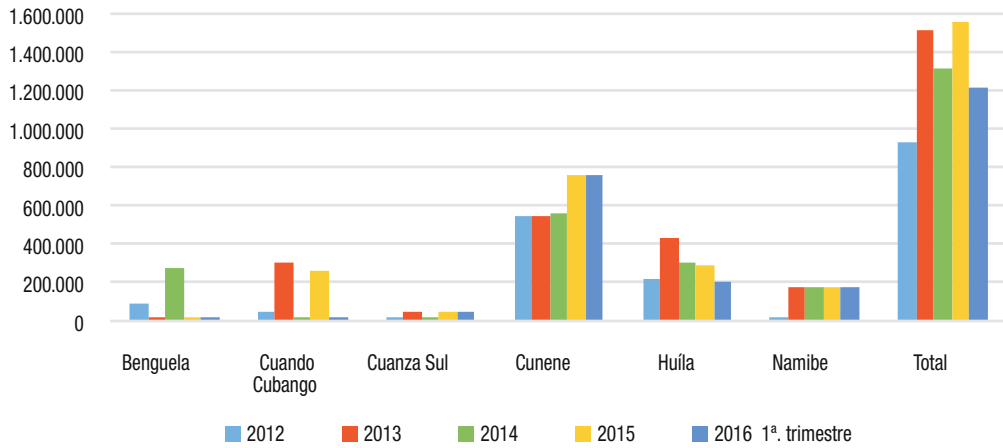
Segundo os últimos números fornecidos pelo Governo de Angola para o PDNA, actualmente existem 1.213.551 pessoas afectadas pela seca nas seis províncias no país, cuja grande maioria está localizada em três províncias: 755.930 no Cunene, 205.507 na Huíla e 177.627 no Namibe.

A Fig. 14 apresenta as populações afectadas pela seca em cada província entre 2012 e 2016, segundo os dados oficiais do Governo para efeitos de realização do PDNA. Os valores indicam um crescente número de pessoas afectadas. Contudo, deve referir-se que, os dados sobre a população afectada em 2012 são diferentes das informações reportadas pelas Nações Unidas e outras fontes em vários relatórios e bases de dados, incluindo o CERF, a OCHA, o Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas e a base de dados internacionais sobre desastres EM-DAT. Por exemplo, em relação ao ano de 2012, estas organizações indicam que a seca afectou 1,8 milhões de pessoas em 10 províncias²³.

Fig. 14: População afectada pela seca por ano e província

Províncias	2012	2013	2014	2015	2016 1 st trimestre
Benguela	97.135	15.000	273.161	16.342	7.805
Quando Cubango	45.000	306.606	2.976	267.832	22.444
Cuanza Sul	10.000	44.238	1.928	44.238	44.238
Cunene	550.000	550.000	555.000	755.930	755.930
Huíla	215.792	427.465	306.480	291.925	205.507
Namibe	15.000	177.627	177.627	177.627	177.627
Total	932.927	1.520.936	1.317.172	1.553.894	1.213.551
	780.792	1.155.092	1.039.107	1.225.482	1.139.064
% Nas três províncias afectadas	83,7	75,9	78,9	78,9	93,9

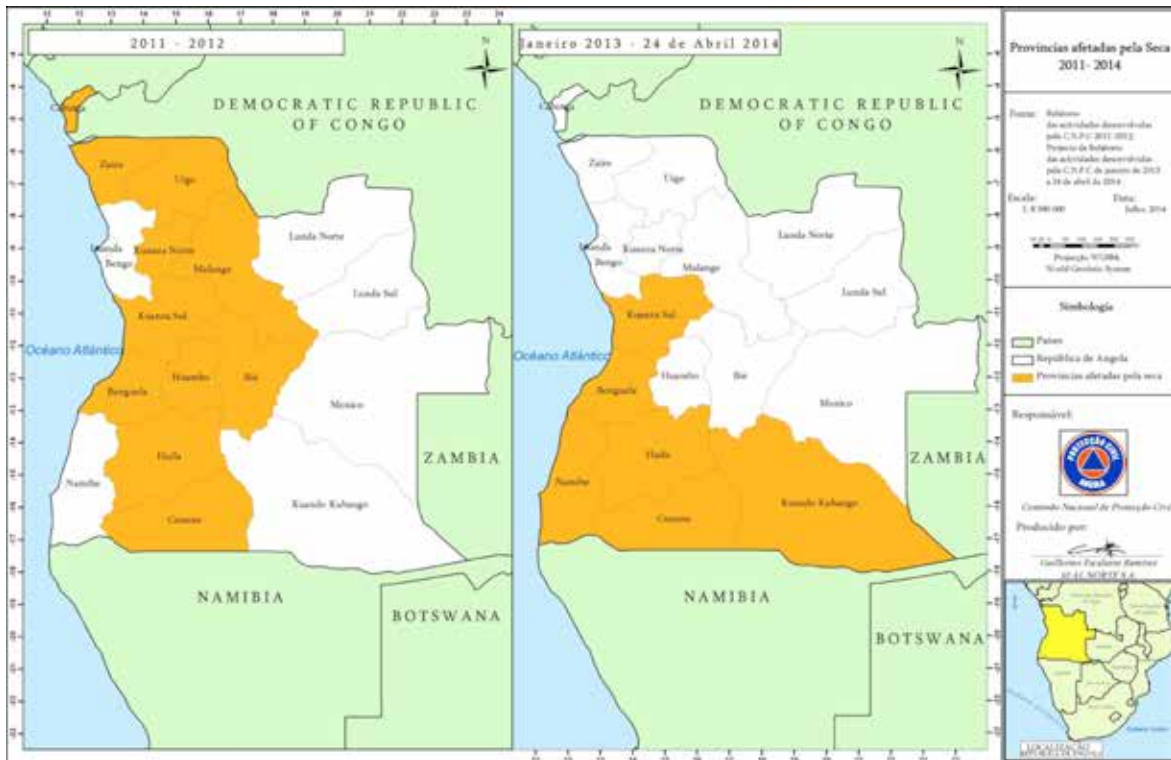
²³ Por exemplo: Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF), 2013, Relatório do Coordenador Residente/ Humanitário sobre o uso dos fundos do CERF em Angola, 2012; UNRCO, Resposta à Seca em Angola, 19 de Outubro de 2012; FAO GIEWS, Country Brief Angola, 9 de Julho de 2012; OCHA, Relatório sobre o ponto da situação em Angola N.º 1, 24 de Maio de 2012.



Fonte: Comissão Nacional de Protecção Civil

O mapa 2 apresenta a deslocação progressiva da seca em Angola das províncias ocidentais em 2011/12 para as províncias mais a sul em 2013/14.

Mapa 2: **Províncias afectadas pela seca em 2011/12 e 2013/14**



Fonte: Protecção Civil de Angola



ANÁLISE SECTORIAL

AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Contexto

Como descrito anteriormente na secção relativa ao contexto socioeconómico e aos meios de sustento das famílias, 80% dos agricultores angolanos são pequenos agricultores (com explorações agrícolas com uma média de 1,4 ha por família) e produzem mais de 90% de todos os produtos agrícolas do país. Na maior parte das vezes, a agricultura não é mecanizada, não usa tracção animal e recorre pouco a factores de produção melhorados. A produção baseia-se apenas numa única estação das chuvas, desde Novembro até Junho. Os níveis de produtividade e produção do sector estão além daqueles que se registam noutros países da SADC. Contudo, a produção agrícola tem vindo a crescer gradualmente desde 2002 e representou 9,3% do PIB em 2011 (o ano anterior ao início das secas frequentes no país). A agricultura é um dos sectores prioritários ao abrigo do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, especialmente com vista à diversificação da economia. Espera-se que o sector desempenhe um papel fundamental substituindo o petróleo como a principal fonte de receitas em moeda estrangeira.

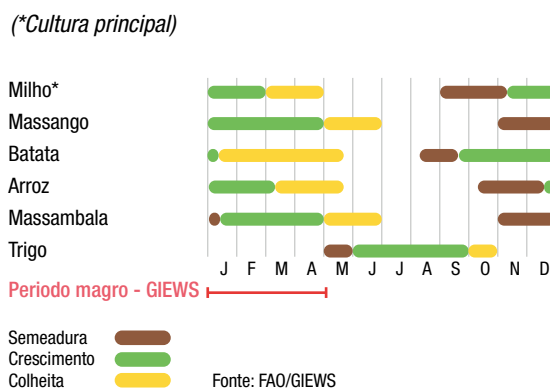
As principais culturas do país, em termos de quantidade de produção e valor, são a mandioca, banana, batata, batata-doce, cana-de-açúcar, milho, leguminosas, ananás e os citrinos. Relativamente à pecuária, os principais produtos são o leite e a carne. Os cinco produtos agrícolas mais exportados são o óleo de palma, o café, o milho, o chá e o algodão, não obstante, as exportações agrícolas sejam muito reduzidas.²⁴ A relevância dos diversos produtos alimentares varia consoante a região. A população da região sul do país baseia a sua dieta alimentar no milho, no massango, na massambala e, em menor medida, no feijão, na batata, nas hortícolas e nas frutas. Nos últimos anos com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Agrário do MINAGRI, apresentam-se crescimento de produção e consumo de mandioca e da batata doce como culturas resistentes a seca e contribuintes para a diversificação da dieta alimentar. No norte, os alimentos mais consumidos são a mandioca e os seus derivados, assim como feijão, café, arroz, inhame, batata-doce, hortícolas e le-



²⁴ FAO Perfil Nacional de Angola.

gumes. No planalto central, predomina a produção de milho, intercalada com a produção de feijão. Outras culturas significativas são a batata rena, a batata-doce e as variedades de hortícolas²⁵.

Fig. 15: Calendário agrícola de Angola



O sector da pecuária pode ser dividido em dois subsectores: a) um jovem sector comercial de média e larga escala pouco significativo em termos de contribuição à produção nacional; e b) a pecuária de subsistência entre as famílias agro-pastoris que predomina no sul (Cunene, Huíla, Cuando Cubango e Namibe), numa parte de Benguela e no Cuanza Sul. A produção de leite comercial concentra-se na região da Huíla, Cunene, Cuanza Sul e Namibe, enquanto os produtores tradicionais de leite situam-se sobretudo no sul da Huíla, Namibe e Cunene, e no sudoeste de Angola. Não existem registos actualizados sobre o efectivo animal, mas as estimativas baseadas no número de animais vacinados sugerem a existência de 4 milhões de cabeças de gado, 2,5 milhões de porcos, 300.000 ovelhas e 4 milhões de cabras²⁶.

O impacto da seca na produção nacional

Os dados de produção relativos às principais culturas do país apresentam algum grau de variabilidade anual, o que talvez reflecta os diversos padrões dos défices de chuvas e a distribuição espacial desigual das chuvas no país desde 2011/12. As perdas de produção agrícola foram particularmente elevadas em 2012, conforme a Fig. 16, derivado à seca generalizada na campanha agrícola 2011/12 que afectou 10 das 18 províncias de Angola, sobretudo nas regiões costeiras e terras altas centrais, que são importantes áreas de produção agrícola no país. A seca afectou as províncias de Huambo, Huíla e Bié, que em conjunto representam mais de 50% da produção nacional de cereais. Uma avaliação realizada pelo Ministério da Agricultura, em Maio de 2012 calculou que 1,8 milhões de pessoas nas províncias afectadas estiveram expostas à insegurança alimentar resultante da seca²⁷.

A produção de cereais registou uma quebra de 900.000 toneladas entre 2011 e 2012, passando de 1.412.826 toneladas em 2011 para 509.705 em 2012, ou seja, uma queda de quase 64%, tal como ilustrado na Fig. 16. A produção recuperou em 2013/14, manteve-se estável em 2015/16 e prevê-se que desça ligeiramente em 2016/17.

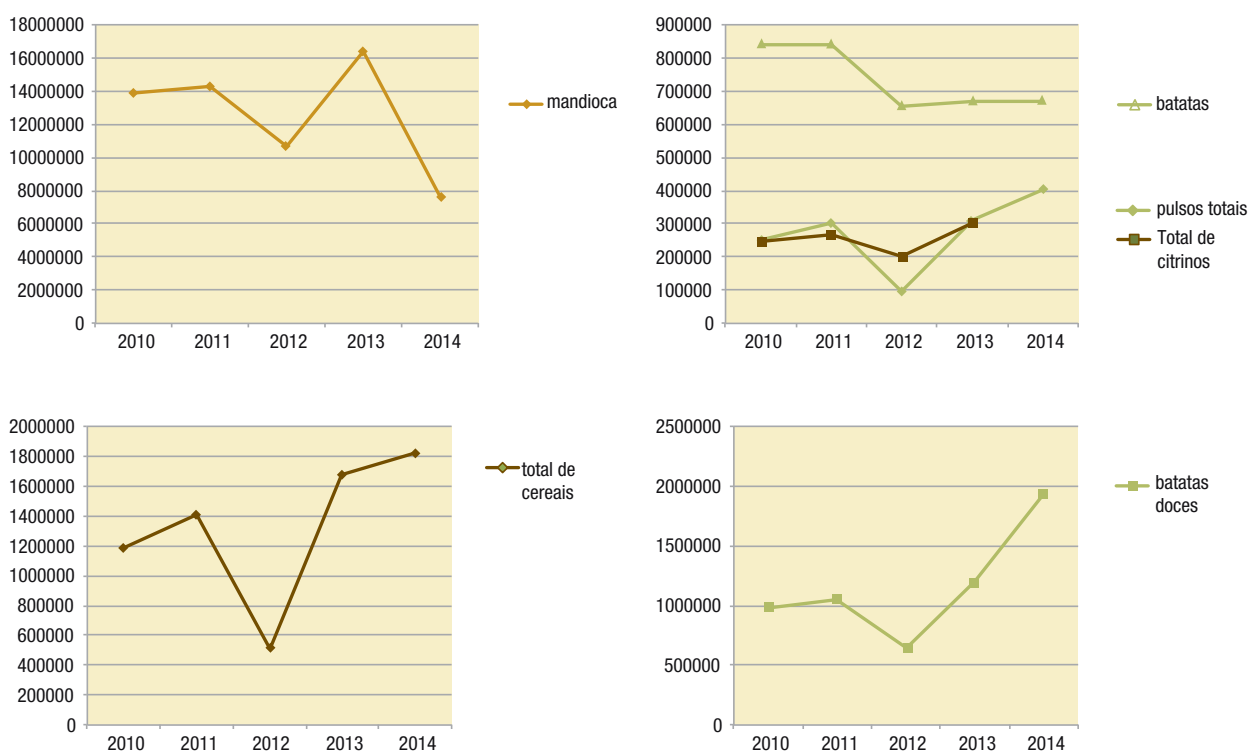
²⁵ FAO Perfil Nacional de Angola; FewNet, 2012, Angola Desk Review.

²⁶ FewNet, 2012, Angola Desk Review; FewNet, 2012, Descrições e zonas de subsistência em Angola

²⁷ Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF), 2013, Relatório do Coordenador Residente/Humanitário sobre o uso dos fundos do CERF em Angola, 2012; UNRCO, Resposta à Seca em Angola, 19 de Outubro de 2012; FAO GIEWS, Country Brief Angola, 9 de Julho de 2012; OCHA, Relatório sobre o ponto da situação em Angola N.º 1, 24 de Maio de 2012.

O último ano em relação ao qual foi possível obter números relativos à produção de outras culturas importantes foi 2014. À semelhança dos cereais, registaram-se perdas significativas em 2012, tal como ilustrado na Fig. 16. A produção de leguminosas desceu de 304.000 toneladas para 96.000 toneladas entre 2011 e 2012, ou seja, uma queda de 68,4%. Relativamente à mandioca, a principal cultura do país em termos de quantidade e valor, a produção registou uma descida de 3,7 milhões de toneladas, passando de 14,3 milhões em 2011 para 10,6 milhões em 2012, o que equivale a uma redução de 25,8%. Contudo, todas as culturas registaram melhorias em termos de produção em 2013, excepto a batata rena que se manteve em níveis baixos até 2014. A produção de mandioca caiu novamente em 2014, após a recuperação de 2013.

Fig. 16: Produção nacional de milho, massango, massambala, leguminosas e outras culturas principais



Fonte: equipa de avaliação, com base nos FAO GIEWS e FAOSTAT; GdA, 2012, Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2013-2017. Nota: os números relativos a 2016/17 são estimativas do Governo

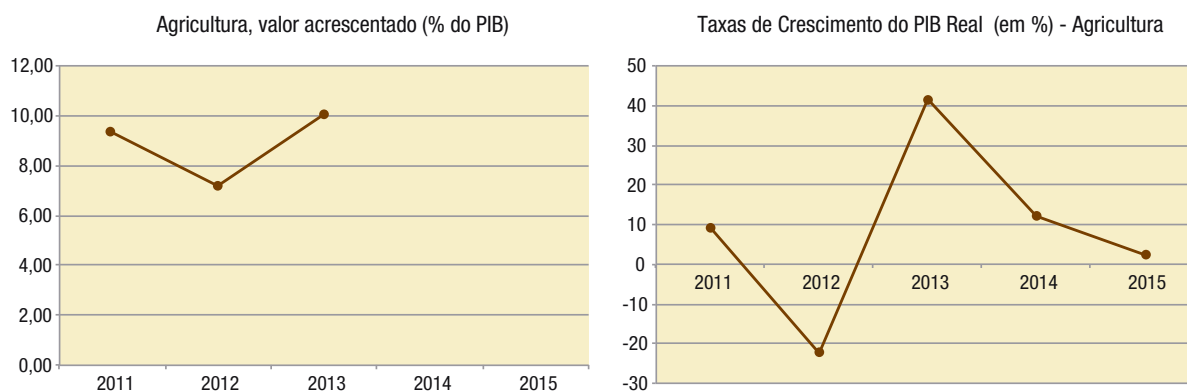
A importação de cereais registou uma subida acentuada (+40,6%), passando de 850.195 toneladas em 2011 para 1.195.983 em 2013, muito provavelmente para compensar o défice de cereais a nível nacional. Em geral, Angola continua bastante dependente das importações de alimentos.

As elevadas perdas nas colheitas em 2012 provocaram um declínio acentuado no crescimento geral do sector, que passou de +9,3% em 2011 para -21% em 2012 (Fig. 17). O crescimento recuperou em 2013 mas voltou a cair drasticamente em 2014. Em 2015, registou uma nova descida, atingindo quase o crescimento nulo, bem abaixo da estimativa de crescimento de 11,9% contemplada no PND 2013-17. O crescimento do sector agrícola tem sido limitado, não só pela menor produção resultante da seca, mas também pelos cortes na despesa pública devido à diminuição das receitas do petróleo e pela queda nos preços dos produtos de base²⁸.

²⁸ Banco Africano de Desenvolvimento, OCDE, PNUD, 2016, African Economic Outlook: Angola

O peso do sector no PIB do país também caiu de 9,3% em 2011 para 7,2% em 2012 (Fig. 17). A seca tem um impacto global significativo no sector, num país já a braços com uma grave crise económica e que aposta no crescimento agrícola para compensar os riscos crescentes.

Fig. 17: **Crescimento anual do sector agrícola (%); e valor acrescentado agrícola (em % do PIB)**



Fontes: Banco de Angola, Relatório de inflação III trimestre de 2015; Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

Nota: os dados de 2015 relativos ao crescimento do sector são uma estimativa do Governo.

De referir que a recuperação parcial da produção pode ter sido influenciada pelos crescentes esforços do Governo para impulsionar a produção agrícola no país, o que potencialmente compensou perdas maiores. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2008-2012 estabelecia como um dos objectivos para o sector um aumento de 4 milhões de hectares de área agrícola, com vista à produção de mais de 15 milhões de toneladas de cereais.²⁹ Há sinais de que foram alcançados alguns resultados positivos. Por exemplo, a campanha agrícola anterior à seca (2010/11) registou um aumento de 19% na produção de cereais e de 27% na produção de leguminosas/sementes oleaginosas, face ao ano anterior. Os resultados positivos devem-se, em parte, ao aumento de 6% na superfície cultivada.³⁰

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-17 é igualmente ambicioso no domínio agrícola, com o Governo a apostar na diversificação da economia, no crescimento e nas exportações do sector agrícola, na melhoria da segurança alimentar e no desenvolvimento rural. Em 2012, por exemplo, o Governo tinha obtido mais de 197 milhões de USD de financiamento para grandes investimentos agrícolas, recorrendo a linhas de crédito internacionais (sobretudo China, Brasil, Israel, Coreia do Sul, Espanha e Alemanha)³¹.

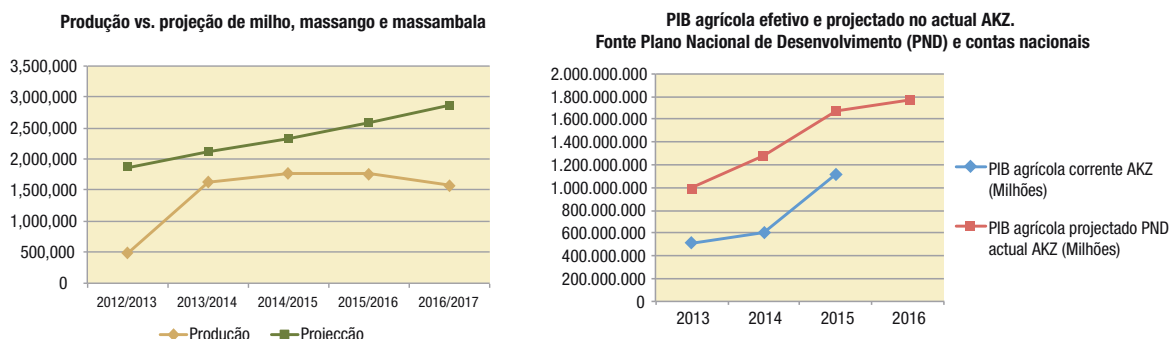
A Fig. 18 apresenta claramente a diferença entre os planos do Governo para o sector e a execução real. A produção real fica significativamente aquém das metas de produção previstas para o milho, o massango e a massambala, em particular em 2012/13 e 2016/17. As estimativas para a campanha 2016/17 revelam uma diferença igual à da campanha 2012/13. Da mesma forma, há uma grande disparidade entre as projecções e o valor real do PIB agrícola entre 2013 e 2015 (Fig. 18).

²⁹ GdA, 2012, Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2013-2017; FAO, 2012, Quadro de Programação de Angola 2013-2017

³⁰ GdA, 2012, Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2013-2017

³¹ FewNet, 2012, Angola Desk Review

Fig. 18: Produção: valor real vs. valor projectado para o milho, massango e massambala; e PIB agrícola: valor projectado vs. valor real (milhões de AKZ)



Source: GdA, 2012, Plano de Desenvolvimento de Medio Prazo do Sector Agrario 2013-2017.

Danos e perdas no Cunene, no Namibe e na Huíla

Análise do contexto

Como referido anteriormente, as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe situam-se na zona agro-ecológica árida e semiárida, no sul de Angola, que se caracteriza por desertos, savanas e florestas. A região é sobretudo agro-pastoril e a pecuária é um importante meio de subsistência, sobretudo gado bovino, mas também animais de pequeno porte. A produção de leite comercial e tradicional é fundamental para as comunidades locais. A transumância é prática comum, sob a forma de migração sazonal do gado.

Os principais produtos alimentares cultivados são os pequenos grãos (milho, massango e massambala), não obstante os rendimentos sejam baixos. O aumento de produção e consumo de culturas como a mandioca e a batata doce, resistentes à seca e contribuintes à diversificação alimentar, apresentam-se significativos na região sul, graças, em parte ao apoio do Instituto de Desenvolvimento Agrário. Normalmente, a produção local de milho, massango e massambala fornece os alimentos básicos até metade do ano, enquanto na segunda metade do ano as necessidades alimentares são supridas através da compra de produtos alimentares nos mercados em troca ou venda de animais de pequeno porte, ovos, galinhas, etc. É significativo mencionar o aumento do consumo de frutos e folhas silvestre como recurso de subsistência nos períodos de maior intensidade dos efeitos da seca. Considerando que muitas áreas no Namibe e no Cunene apresentam um défice de milho e feijão, os seus mercados são abastecidos pela província vizinha da Huíla (milho e feijões) e pela Namíbia (milho). A parte norte da província da Huíla está sujeita a uma boa precipitação o que possibilita a agricultura de sequeiro em grande escala.³² Esta parte da província é uma das principais áreas de produção de cereais em Angola, representando 50% da produção nacional em conjunto com as províncias do Bié e do Huambo.

A subsistência depende da criação de gado, produção de leite, produção de cereais, compra e troca de alimentos nos mercados, pesca sazonal (nas zonas costeiras e ribeirinhas), horticultura e jardinagem, assim como mercados de trabalho alimentados pelo comércio e pela indústria e as redes de solidariedade comunitária. A maioria das famílias dependem da compra de produtos alimentares essenciais durante os meses de Dezembro a Maio.

A região sul tem três principais bacias hidrográficas, o Cunene e o Cuvelai, e a bacia dos rios Curoca, Giraul e Lucira, além de variadíssimos rios e ribeiras. A pesca realiza-se aqui de forma sazonal e constitui uma fonte adicional de alimentos, nutrição e rendimentos. Ao

³² FewNet, 2013, Descrições e zonas de subsistência em Angola; FewNet, 2012, Angola Desk Review

longo da costa do Namibe, os rendimentos baseiam-se sobretudo na pesca semi-industrial e comercial de grande escala, bem como em atividades pesqueiras de pequeno porte.

O subsector da pecuária

O subsector da pecuária foi o mais afectado pela seca. A falta de pastagens adequadas e a reduzida disponibilidade de água como resultado da seca prolongada afectaram as condições de saúde dos animais e tornaram-nos mais vulneráveis às doenças. A transumância tem começado cada vez mais cedo e durado mais tempo para permitir que os animais ingiram água e alimentos suficientes. Estes padrões migratórios não permitiram aos criadores incluir os seus animais nas campanhas nacionais de vacinação em 2012 e 2013, o que acentuou o risco de exposição a doenças. As condições de saúde dos animais pioraram com o surto da febre aftosa (FA) em 2015. A situação levou ao encerramento de alguns mercados locais durante um ano. Na grande maioria das áreas, os mercados só reabriram em Junho de 2016, muito embora alguns ainda permanecem encerrados em determinados municípios.

Os registos sobre as doenças animais e mortalidade animal são parciais e incompletos nas três províncias afectadas pela seca. Contudo, vários testemunhos de representantes do Governo e da população afectada confirmam a incidência de animais mortos e doentes (uma incidência que varia consoante as províncias). Entre 2015 e 2016, foram registadas 110.000 mortes de animais (sobretudo gado) no Namibe, 150.000 na Huíla e 246.384 no Cunene, como ilustrado na tabela 3. Os dados relativos às doenças de animais (gado bovino) no Cunene revelam que foram registados 8071 casos na província em 2013, um número que caiu para 1275 em 2014, mas que voltou a subir para 7435 em 2015.

Tabela 3: **Mortalidade de Gado por Província**

MORTE DE GADO	Namibe	Huíla	Cunene	Total
Cabeças de gado 2016 (número) (Fonte: UNICEF/OCHA)	110.000	150.000	240.000	500.000
Cabeças de gado bovino 2015 (Fonte: Relatório Anual PDA)			353	
Cabeças de gado bovino 2014 (Fonte: Relatório Anual PDA)			172	
Cabeças de gado caprino 2013 (Fonte: Relatório Anual PDA)			5.722	
Cabeças de gado caprino 2014 (Fonte: Relatório Anual PDA)			129	
Cabeças de gado caprino 2013 (Fonte: Relatório Anual PDA)			8	
Custo Cabeças de gado USD (milhões)	53	73	116,7	242,7
Custo Cabeças de gado AKZ (milhões)	8.803.000	12.004.000	19.646.100	40.453.000

Além disso, a combinação de pastagens inapropriadas, a reduzida disponibilidade de água, as doenças animais e a transumância mais prolongada tiveram efeito na diminuição de produção de leite e carne. As principais perdas registaram-se ao nível da produção de leite, com as estimativas a apontarem para 109 milhões de USD (18.000.000 de AKZ). A província do Cutene foi a que sofreu as maiores perdas (8.640.000 de AKZ) seguida da Huíla (5.400.000 de AKZ).

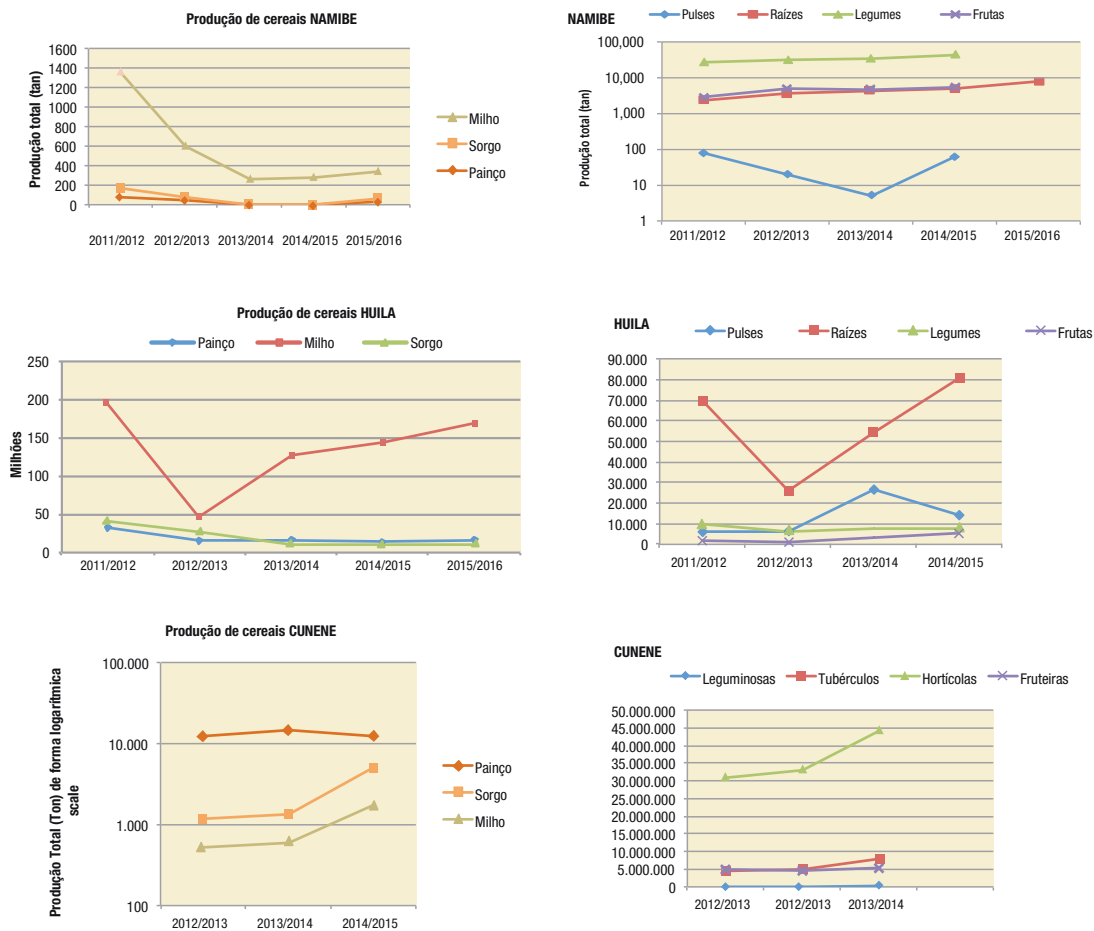
O subsector da agricultura

A Fig. 19 apresenta a produção dos principais cereais, leguminosas e outras culturas. Tal como ilustrado, a produção agrícola apresentou uma variação ao nível das províncias, mas também ao nível de cada cultura, sendo que em alguns casos até se verificou um aumento da produção. Contudo, durante a avaliação foi muito difícil obter dados consistentes sobre a produção agrícola nas três províncias, com os vários departamentos provinciais e nacionais

a fornecerem estatísticas divergentes. As autoridades locais queixaram-se da falta de recursos e capacidade para monitorarem a produção. É provável que os dados apresentados em base as estimativas de produção não reflitam a produção real, sobretudo no caso dos cereais que são irrigados pela chuva e foram negativamente afectados pela seca prolongada.

Os números relativos à produção de leguminosas, tubérculos e hortícolas – que mostram uma estabilização ou subida da produção – podem ser mais rigorosos, dada a implementação de projectos hortícolas (pólos de desenvolvimento agrícolas) para melhor gestão dos riscos às crises.

Fig. 19: Produção de cereais, leguminosas e outras culturas no Cunene, no Namibe e na Huíla



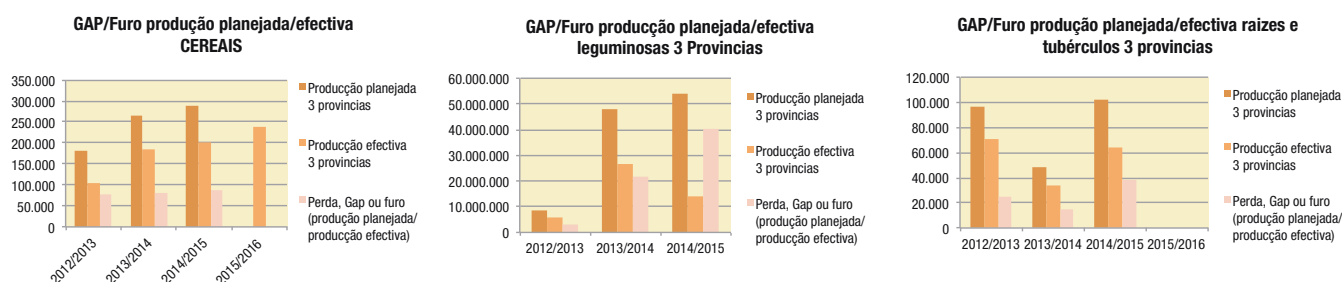
Fonte: Relatórios Anuais dos Departamentos Provinciais de Agricultura de Namibe, Cunene e Huíla

No entanto, com base nos contactos com a população afectada, nos relatos informais das autoridades e nas observações no terreno, é evidente que a produção foi substancialmente afectada pela seca prolongada nas três províncias. Tal é coerente com os resultados em outros sectores, incluindo ao nível da insegurança alimentar e do aumento dos casos de subnutrição, como apresentado na secção seguinte.

O déficit nacional de cereais foi estimado em 38% para a campanha 2015/2016. A produção nacional, calculada em 2.374.208 TM foi capaz de cobrir 62 % das necessidades internas: Gabinete de Segurança Alimentar e Gabinete de Estudos e Planeamento do MINAGRI.

Os dados sobre a diferença de produção de cereais, leguminosas e tubérculos entre as projecções do Governo e a produção real também apontam para perdas de produção ao longo dos últimos quatro anos, nas três províncias. Como referido anteriormente, nos últimos anos, o Governo tem vindo a intensificar esforços para aumentar a produção agrícola no país e espera obter uma maior produção nacional. Nas três províncias observou-se uma diferença entre o valor projectado e o valor real entre 2012 e 2015, como ilustrado na Fig. 20, o que é mais um sinal de que a seca provocou perdas nas colheitas.

Fig. 20: Diferença na produção de cereais, leguminosas e tubérculos: produção projectada vs produção real nas três províncias



Contudo, devido à inconsistência dos dados relativos à produção agrícola, não foi possível calcular as perdas resultantes de uma menor produção ou de um menor rendimento. Ao invés, as perdas indicadas abaixo foram calculadas tendo em conta a menor produção agrícola (conforme os dados), combinada com o custo equivalente da ajuda alimentar recebida pelas populações afectadas pela seca com dados fornecidos pela protecção.

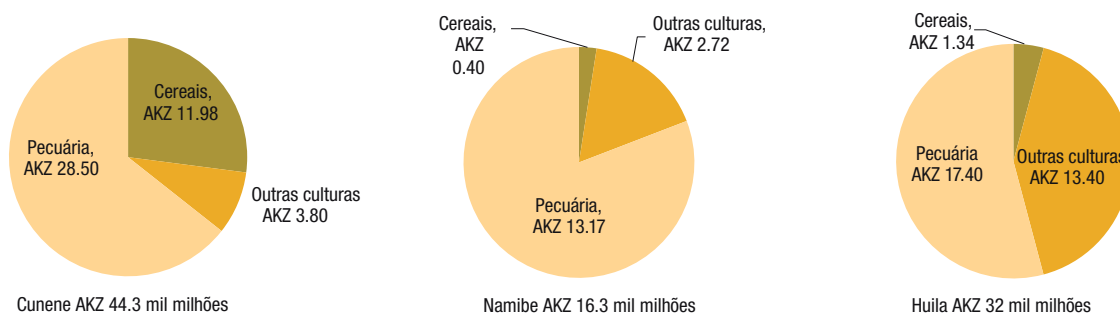
Danos e perdas por província

Na província do Namibe, os danos e perdas atingiram um total de 98,5 milhões de USD (16,3 mil milhões de AKZ), como ilustrado na Fig. 21. Aproximadamente 80% destes danos e perdas foram registados no subsector da pecuária, devido aos 110.000 animais mortos em 2015/16 e às perdas na produção de carne (bovina). Calcula-se que ao nível dos cereais e das outras culturas as perdas tenham sido na ordem dos 18,9 milhões de USD (3,12 mil milhões de AKZ).

O Namibe beneficiou de projectos de horticultura do Governo – os designados pólos de desenvolvimento agrícolas – implementados em cinco municípios (três por município). Os projectos usaram pequenos planos de irrigação e forneceram alguns factores de produção agrícola para o cultivo de hortícolas e frutas. Aparentemente, os projectos proporcionaram algum alívio às populações afectadas e algum grau de segurança alimentar.

Não estavam disponíveis para análise dados sobre a produção de peixe e, como tal, não foi possível avaliar o impacto da seca nas pescas. No entanto, como indicado nos capítulos relativos à água e à segurança alimentar, os rios secaram e a disponibilidade de águas subterrâneas e superficiais tem vindo a diminuir. Tal teria, provavelmente, reduzido a produção piscícola com consequências negativas para a segurança alimentar das populações que dependem da pesca em águas interiores como meio de subsistência, em especial as comunidades ribeirinhas.

Fig. 21: Total de danos e perdas no Cunene, no Namibe e na Huíla



Na Huíla, os danos e perdas atingiram um total de 195 milhões de USD (32 mil milhões de AKZ). Aproximadamente 54% dos danos e perdas registaram-se no subsector da pecuária, sobretudo devido à morte de 150.000 animais em 2015 e 2016 e às perdas verificadas na produção de leite. No total, as perdas de cereais e outras culturas na Huíla cifraram-se em quase 15 mil milhões de AKZ, o número mais elevado nas três províncias. Como mencionado anteriormente, a parte norte da província é uma das principais áreas de produção de cereais de Angola.

Na província do Cunene, os números obtidos relativos à produção agrícola indicam que a produção não diminuiu, muito embora seja claro que a seca prolongada afectou de forma substancial a província. Tal é coerente com o número de mortes de animais reportada no Cunene (240.000) e com a análise da insegurança alimentar e dos casos de subnutrição apresentados na secção seguinte.

Como referido, o cálculo das perdas tem como base, sobretudo, a ajuda alimentar recebida pelas populações afectadas. No total, a província do Cunene registou 268 milhões de USD (44,3 mil milhões de AKZ) de danos e perdas, o valor mais elevado entre as três províncias. Aproximadamente 64% dos danos e perdas ocorreram no subsector da pecuária, devido à morte de 246.384 animais (sobretudo cabeças de gado), mas também às perdas registadas na produção de leite e carne.

Total de danos e perdas na agricultura e pecuária

Nas três províncias do Namibe, da Huila e do Cunene do Namibe, da Huila e do Cunene, o total de danos e perdas nos subsectores da agricultura e pecuária é de quase 562 milhões de USD (93 mil milhões de AKZ), tal como ilustrado na Fig. 22.

Aproximadamente 63% deste total (59 mil milhões de AKZ) correspondem a danos e perdas no subsector da pecuária, devido às mortes de animais e à quebra na produção de leite e carne. Calcula-se que as perdas na produção de cereais atinjam os 13,7 mil milhões de AKZ e as perdas nas outras culturas (como o feijão) cheguem quase aos 20 mil milhões de AKZ.

Fig. 22: Total de danos e perdas na pecuária nas três províncias



Tabela 4: Total de danos e perdas, por província e subsector

TOTAL DE DANOS E PERDAS									
	milhões de AKZ								
	NAMIBE		Huíla		CUNENE		TOTAL		
	DANOS	PERDAS	DANOS	PERDAS	DANOS	PERDAS	DANOS	PERDAS	TOTAL
CEREAIS		423.227,7		1.336.399		11.980.064		13.739.690,7	13.739.690,7
OUTRAS CULTURAS		2.719.465,4		13.405.190		3.827.414		19.952.069,4	19.952.069,4
PECUÁRIA	8.803.000	4.374.105	12.004.000	5.400.000	19.650.000	8.825.735	40.457.000	18.599.840	59.056.840
PESCAS	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
TOTAL AKZ	8.803.000	7.516.798	12.004.000	20.141.589	19.650.000	24.633.213	40.457.000	52.291.600	92.748.600
TOTAL EM milhões USD	53	45,5	73	122,07	118,7	149,2	244,7	316,9	561,6

Necessidades de recuperação

Calcula-se que as necessidades de recuperação para a agricultura, pecuária e pescas totalizem 189 milhões de USD (30,75 mil milhões de AKZ), como descrito ao pormenor na secção relativa à recuperação. Em seguida, é apresentado um resumo das necessidades de recuperação a curto, médio e longo-prazo:

Recuperação a curto-prazo (6 meses a 1 ano):

No subsector da pecuária, os esforços de recuperação mais imediatos devem centrar-se no repovoamento da população de aves e pequenos animais e, se possível, também no repovoamento da população de animais de grande porte, como o gado bovino; no estabelecimento de pontos de água para animais; na regeneração e introdução de pastos de qualidade; bem como na vacinação dos animais e na prestação de cuidados veterinários. No subsector da agricultura, os esforços devem concentrar-se, primeiramente, na reabilitação da produção agrícola. Para tal, são necessárias sementes e outros factores de produção agrícola, em especial para produtos-chave (como os cereais e as leguminosas), mas também para apoiar a horticultura dando seguimento aos pólos de desenvolvimento agrícolas que foram eficazes durante a resposta à seca recente.

Recuperação a médio-prazo (1 a 2 anos):

No subsector da agricultura, devem ser envidados esforços para promover a diversificação das culturas, mediante a aposta em variedades mais resistentes à seca e a promoção de outras culturas que podem ser cultivadas de forma sustentável a nível local. Além disso, devem ser implementados pequenos planos de irrigação, onde a disponibilidade de água o permite ou onde as fontes de água podem ser reabilitadas. No subsector da pecuária, devem ser envidados esforços para repovoar a população de animais grandes como o gado bovino e para promover a diversificação da pecuária e a gestão de rebanhos animais. Em geral, os esforços devem ser articulados com o sector de água, saneamento básico e higiene, de modo a garantir a disponibilidade de água para os sectores da pecuária e agricultura.

Recuperação a longo-prazo (2 a 4 anos):

Numa perspectiva a longo-prazo, a recuperação deve centrar-se na promoção de práticas sustentáveis que reforçam a resiliência, tais como: agricultura inteligente em termos climáticos através da introdução de práticas, tecnologias e variedades agrícolas mais sustentáveis a nível local; a reabilitação das infra-estruturas hídricas para apoiar a irrigação e a expansão das infra-estruturas de irrigação; a melhoria dos sistemas de informação para a segurança alimentar e o controlo da saúde animal; a introdução de sistemas adequados para a gestão dos pastos; reservas estratégicas de cereais; infra-estruturas e gestão; a promoção de actividades de diversificação de rendimentos e da agro-indústria; estudos sobre práticas agrícolas sustentáveis, entre outras medidas descritas na secção sobre a análise das necessidades e as necessidades de recuperação.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Análise contextual: zona de subsistência

Conforme descrito anteriormente, as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe integram a zona de *subsistência de criação de gado, massango e massambala, no sul de Angola*, que se caracteriza por ser uma zona agro-ecológica árida e semiárida. A região é sobretudo agro-pastoril e a pecuária é um importante meio de sustento, sobretudo gado, mas também cabras, ovelhas, porcos e aves. Tendo em conta a variabilidade das chuvas na região, a transumância ou a migração sazonal do gado entre as planícies e as montanhas adjacentes serem práticas comuns. A produção comercial e tradicional de leite são duas realidades existentes, e o leite é consumido ao longo do ano e comercializado em mercados locais pelas populações mais abastadas. A venda de gado, quando necessária, é a mais importante fonte de rendimento, apesar de haver outras, como a venda de cabras e porcos, carvão e lenha. As populações mais abastadas obtêm rendimentos com a venda de leite e produtos lácteos. O gado raramente é vendido, a menos que as famílias se encontrem sob pressão ou que os animais estejam em péssimas condições³³.

Conforme mencionado, os principais produtos alimentares cultivados são os pequenos grãos (massango e massambala), muito embora os rendimentos sejam baixos. Também existe alguma produção de milho e hortícolas para consumo próprio, em especial ao longo dos principais rios e vales. Por norma, a produção local de massango e massambala e sorgo garante alimentos para consumo até metade do ano, sendo que na segunda metade as necessidades de consumo são supridas através da compra de alimentos no mercado. Uma vez que algumas zonas das províncias do Namibe, Cunene e Cuando Cubango têm falta de milho e feijão, os mercados são abastecidos pela província vizinha da Huíla (milho e feijão) e pela província do Namibe (milho).



³³ FewNet, 2013, Descrições e zonas de subsistência em Angola.

Mapa 3: Sistemas agrícolas em Angola

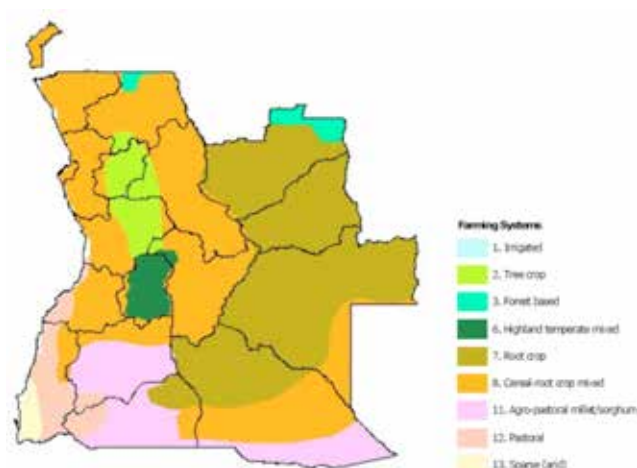


Fig. nº 55 - Sistemas agrícolas (Fonte: FAO - website, 2006)

Os meios de sustento assentam-se na combinação entre produção de gado, alguma produção de cereais, comercialização de produtos alimentares, pesca sazonal (zonas costeiras e ribeirinhas), horticultura, e mercados de trabalho impulsionados pelo comércio e pela indústria. Todas as famílias dependem da aquisição de produtos alimentares essenciais durante os meses de Dezembro a Maio, produtos esses complementados com leite e carne, sobretudo durante a estação das chuvas.³⁴

Ao longo da costa do Namibe, a pesca marítima de grande escala, comercial e semi-industrial, conjuntamente com as actividades piscatórias de pequeno porte, constitui a principal actividade económica. As famílias dependem da venda de peixe para obterem rendimentos, muito embora as famílias mais pobres dependam também da venda de hortícolas, madeira, carvão vegetal e lenha, do pequeno comércio, do trabalho ocasional em fabricas de processamento de peixe e em outros sectores de serviços. A produção de tomate abastece o mercado nacional e gera emprego e receita para os trabalhadores agrícolas locais³⁵.

Impacto da seca na segurança alimentar e na nutrição

Quatro anos de seca deterioraram os meios de sustento das comunidades agro-pecuárias das províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe. Após a pouca precipitação da campanha agrícola de 2011/12, o acesso à água para consumo humano e para gado reduziu significativamente, tanto no que diz respeito a fontes de água superficiais como subterrâneas. Como resultado da escassez de água e das fracas condições de pastagem em todas as zonas afectadas pela seca, o início da transumância ou a migração de longo prazo do gado para norte tem decorrido entre um a seis meses mais cedo do que é habitual, consoante a zona e a gravidade da seca, e tem implicado distâncias maiores. Um estudo apurou que, já em 2013, o gado percorria cerca de 80 km entre as pastagens e a água a cada dois dias, por oposição aos 30 km percorridos num ano típico para a mesma estação³⁶.

A falta de pastagens adequadas e a escassa disponibilidade de água agravaram as condições físicas do gado e minou a capacidade de produção de leite dos pecuaristas locais, um bem essencial entre os produtores agro-pecuários. Também há testemunhos que indicam que a falta de água e de pastagens está inclusivamente a afectar a reprodução do gado, havendo registos de abortos de vitelos e de falta de produção de leite.

³⁴ FewNet, 2013, Descrições e zonas de subsistência em Angola.

³⁵ Manuel Nzinga, Moraima Suris, 2016, Caracterización de fincas productoras de tomate (*Solanum lycopersicum* L.) en la provincia Namibe como base para el manejo de plagas.

³⁶ FEWSNet, 31 de Outubro de 2013, Relatório Especial de Avaliação da Seca em Angola.

Como referido anteriormente na secção da agricultura, ao deslocar-se mais cedo e para mais longe, a maioria do gado bovino falhou as campanhas de vacinação em 2012 e 2013, e as condições pioraram para o gado com o surto de Febre Aftosa (FA) em 2015. Entre 2015 e 2016, foram registadas mais de 500.000 mortes de animais, sobretudo cabeças de gado.

Em 2015, foram estimadas perdas nas receitas na ordem dos 75% e perdas na produção na ordem dos 52 milhões de toneladas, nas 3 províncias. A estas perdas nas colheitas somam-se 3 a 4 anos de perdas de produção na região, o que limita a capacidade dos produtores produzirem cereais e manterem os seus meios de sustento.

Uma vez que muitas famílias cultivam para consumo próprio, as famílias viram-se obrigadas a recorrer aos mercados para a compra de cereais, troca directa e venda de gado, vários meses antes do habitual. Muito embora a província da Huíla abasteça habitualmente zonas com défice de produtos alimentares nas províncias do Namibe e do Cunene, a seca e a baixa produção de culturas na Huíla teve um impacto negativo no volume dos produtos alimentares essenciais enviados para essas duas províncias.

O acesso a alimentos em 2015 e 2016 tem sido condicionado pela inflação, exacerbando a insegurança alimentar entre as populações afectadas. O aumento do custo dos combustíveis no final de 2014, resultante do corte nos subsídios aos combustíveis em Dezembro de 2014, com os preços da gasolina e do gasóleo a aumentarem cerca de 20% (na sequência de um anterior aumento de 25% em Setembro de 2014), exerceu uma pressão ascendente nos preços dos alimentos, tendo por consequente um impacto negativo no acesso aos alimentos em zonas de produção deficitárias³⁷.

No Cunene e no Namibe, as reservas de moeda estrangeira nos mercados locais atingiram, alegadamente, um mínimo em 2015, o que, conjuntamente com a desvalorização gradual do Kwanzas, veio complicar ainda mais o processo de importação de mercadorias durante o período de escassez³⁸. Estas condições, aliadas ao cenário macroeconómico do país, têm conduzido à subida de preços em quase todo o país, restringindo o acesso aos alimentos às famílias mais pobres³⁹.

Os preços dos alimentos dispararam 800% ao longo do último ano. 1 kg de farinha de milho passou de 50 AKZ, em Janeiro de 2015, para 400 AKZ, em Janeiro de 2016.⁴⁰ Os preços dos produtos alimentares essenciais e do gado subiram nos mercados locais (mais 100% comparativamente aos preços anteriores à crise), conforme se pode verificar abaixo, na tabela 5.

Tabela 5: Preços de bens alimentares essenciais e produtos básicos em 2015 e 2016

Produtos	Preço 2015 (Kwanzas)	Preço 2016 (Kwanzas)
Farinha de milho	150 Kwanzas/Kg	200 Kwanzas/Kg
Peixe	25 Kwanzas/Tabua	100 Kwanzas/Tabua
Sal	50 Kwanzas/Kg	150 Kwanzas/Kg
Sabão	250 Kwanzas/bar	900 Kwanzas/bar

Para lidar com esta situação, as famílias mais pobres voltaram-se para fontes de alimentos e rendimentos alternativas, tais como a produção e a venda de carvão vegetal, a colheita de alimentos silvestres para consumo e venda, ou a pesca e a comercialização de outros produtos florestais para obterem rendimentos que lhes permitam comprar alimentos. Em-

³⁷ FAO, 118 Maio de 2015, GIEWS Country Brief Angola

³⁸ FEWSNet, Fev. 2015, Ponto da Situação da Monitorização Remota em Angola

³⁹ FAO/GIEWS Country Brief Fev. 2015 e Country Brief Maio 2015

⁴⁰ UNRCO, 13 de Abril de 2016, Angola Drought: Office of the Resident Coordinator Situation Report No. 1

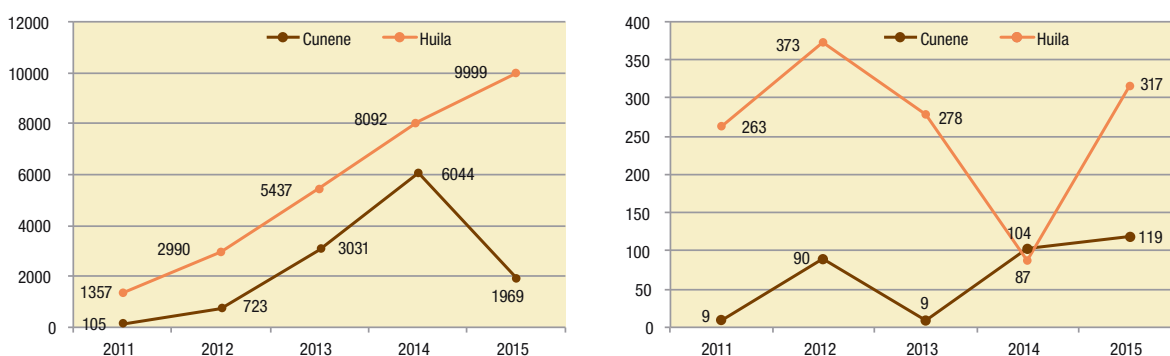
bora estas estratégias sejam comuns durante o período de escassez, o facto é que se têm vindo a intensificar e estão a ser praticadas também fora desse período. De um modo geral, os agregados familiares têm sido minimamente capazes de satisfazer as suas necessidades alimentares e os seus meios de sustento e segurança alimentar têm vindo a diminuir. O consumo de alimentos desceu tanto em termos de quantidade como em termos de diversidade alimentar. Prevê-se que a colheita, cresça mas de pequenas proporções, da passada campanha agrícola dure até Setembro/Outubro de 2016, altura em que se espera que a situação da segurança alimentar se agrave ainda mais.

A seca prolongada foi fragilizando progressivamente as comunidades agro-pecuárias, já que estas enfrentam dificuldades cíclicas e a degradação ambiental. O lençol freático está em constante declínio e as chuvas irregulares e de curta duração não foram suficientes para o recarregar. A quantidade e a qualidade da água continuam a diminuir, as pastagens e os pastos não têm suficiente capacidade de regeneração, as condições de saúde do gado estão a piorar e as taxas de mortalidade animal continuam a aumentar, além de que se perdeu a capacidade de cultivo, devido à falta de sementes e à crescente degradação dos solos.

O nível de insegurança alimentar pode ser constatado pelo considerável número de casos de subnutrição. Conforme ilustrado na figura 23, verifica-se um claro aumento nos casos de internamento por subnutrição nas províncias do Cunene e da Huíla entre os anos de 2012 e 2015, quando comparados com 2011, o ano anterior à seca. Os dados reflectem casos de internamento, tanto em Unidades Especiais de Nutrição (UEN), que são centros hospitalares, como em programas terapêuticos para pacientes em ambulatório (PTPA). No Cunene, o Ministério da Saúde informou que a queda nos casos de internamento em 2015 não é sinónimo de melhoria de condições, sendo alias o reflexo do encerramento de alguns centros, devido à falta de produtos para o tratamento de malnutrição.

Os casos de mortalidade por subnutrição oscilam entre os anos de 2012 e 2015 em ambas as províncias. De acordo com o Governo, tal deve-se, em grande parte, a interrupções no abastecimento de suplementos nutricionais e o conseqüente encerramento de centros hospitalares e ambulatórios (UEN e PTPA). Por conseguinte, o mais provável é que os registos de mortalidade não estejam completos, estimando-se que a taxa de mortalidade por subnutrição seja maior do que a indicada pelos dados apurados.

Fig. 23: **Subnutrição: casos de internamento e mortalidade nas províncias do Cunene e da Huíla**

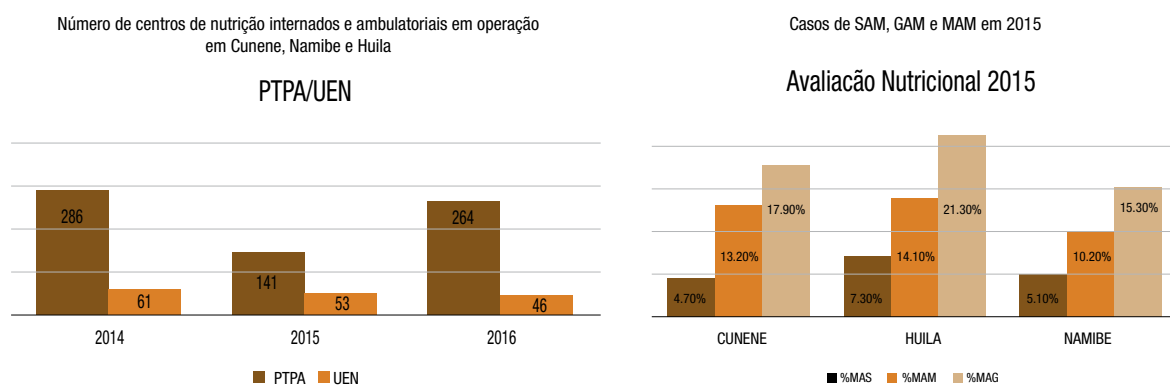


Fonte: Governo de Angola, Ministério da Saúde

A figura 24 indica o número de unidades ambulatoriais (PTPA) e centros hospitalares (UEN) existentes entre 2014 e 2016, revelando uma clara tendência decrescente no que diz respeito a instalações públicas com capacidade para tratar o crescente número de casos de subnutrição nas três províncias. A isto acrescenta-se a capacidade limitada do sistema de saúde rural do País, decorrente da falta de infra-estruturas e profissionais de saúde.

De um modo geral, a redução do número de instalações e equipamentos é sintomática a crise económica vivida no país e que levou o Governo a efectuar cortes na despesa pública. Esta situação amplia o nível de vulnerabilidade da população afectada pela seca, sendo a situação da segurança alimentar e da nutrição merecedora de estreito acompanhamento e apoio adicional. As últimas estimativas apontam para 44.511 casos de subnutrição aguda severa (SAS) registados nas três províncias desde Maio de 2016⁴¹. A figura 24 sintetiza bem os casos de subnutrição aguda global (SAG) e subnutrição aguda moderada (SAM) ⁴²

Fig. 24: Número de centros de nutrição em funcionamento nas 3 províncias; e casos de SAS, SAG e SAM em 2015.



Fonte: Governo de Angola, Ministério da Saúde

Perdas e danos

À semelhança do que acontece com a maioria dos sectores, a seca não causou danos no sector da segurança alimentar e da nutrição. As perdas foram estimadas com base no montante total gasto ou executado pelo Governo neste sector. As segundas maiores perdas, imediatamente a seguir à agricultura, verificaram-se no âmbito da segurança alimentar, com 82 milhões de USD (13,3 mil milhões de AKZ), o que representa 18% de todas as perdas. No sector da nutrição também se verificaram perdas significativas no valor de 32,8 milhões de USD (5,4 mil milhões de AKZ). Estas perdas reflectem os custos adicionais suportados pelo Governo e pela comunidade internacional, a fim de reduzir a insegurança alimentar e a subnutrição entre a população afectada pela seca nas três províncias.⁴³

⁴¹ UNICEF, Maio 2016, Relatório da Situação Humanitária em Angola

⁴² A OMS descreve a Subnutrição Aguda Moderada (SAM) como um SAG entre 79% e 70%, e a Subnutrição Aguda Severa (SAS) como um SAG abaixo de 70%

⁴³ Perdas estimadas com base em dados fornecidos pelo GdA e pela ONU, não desagregados por sector. Fonte: Relatório de balanço da implementação do plano de contingência sobre os efeitos da seca, Abril 2015.

ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Análise do contexto

Nas três províncias, o acesso aos serviços de água potável e saneamento básico já era baixo antes da seca, embora com diferenças entre as províncias. Na Huíla, 35,5% dos agregados familiares tem acesso a água potável, enquanto no Namibe esta percentagem sobe para 48%. No Cunene, apenas 23% dos agregados familiares tem acesso a água e só 12% das famílias utilizam casas de banho. Os poços são os principais meios de abastecimento de água nas zonas rurais, mas os rios constituem também uma importante fonte de água, em especial para o gado. Em muitas áreas, não há infra-estruturas de saneamento básico adequadas e o defecar a céu aberto é uma prática comum.

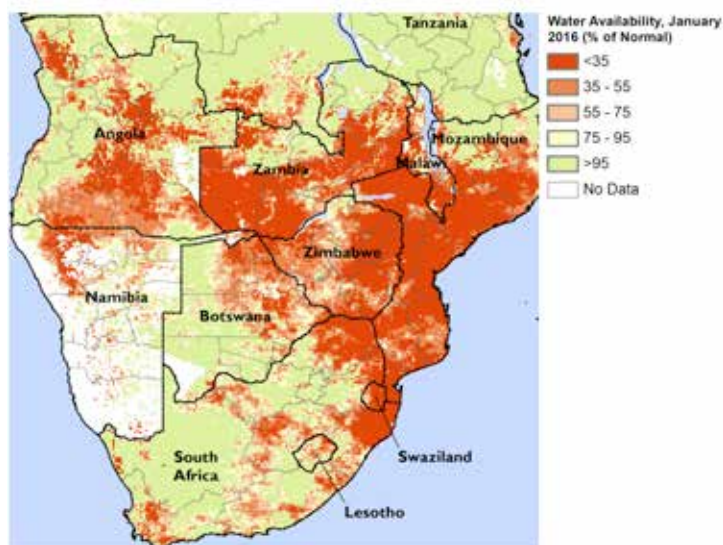
Já em 2012, algumas avaliações chamaram a atenção para o decréscimo da disponibilidade de água potável, uma vez que os rios estavam a secar e o lençol freático começava a baixar. Em algumas das áreas afectadas pela seca, o consumo médio de água era de 3 a 7 litros por dia, por pessoa, em vez dos 20 recomendados.

As avaliações mais recentes (2016) a respeito do panorama hídrico no sul de Angola informam que a disponibilidade de água tem diminuído ainda mais, visto que os reservatórios secaram devido à reduzida e estável diminuição do lençol freático após quatro anos consecutivos de seca. Em algumas zonas da província do Cunene, a água potável está a 250 m de profundidade e é salina. De acordo com relatórios governamentais, o rio Cuvelai no Cunene, que serve de barómetro para avaliar os níveis de água e a severidade da seca na província, secou.

Estas avaliações são compatíveis com modelos sobre o ponto da situação das águas superficiais. O mapa abaixo ilustra os resultados de um modelo de disponibilidade de águas superficiais executado pela NASA como parte do Sistema de Assimilação de Dados da FEWS NET. O modelo incorpora dados relativos à precipitação, humidade, ventos, tipo de solo e temperatura, a fim de calcular a disponibilidade das águas superficiais e compará-la com o registo histórico dos anos 1982-2015. Os dados sugerem graves lacunas ao nível das águas superficiais em Angola, sobretudo nas zonas central e sul, embora com menor gravidade nas constatadas em alguns dos países vizinhos na África Austral, como Zâmbia, Zimbabwe e Moçambique.



Mapa 4: Disponibilidade das águas superficiais per capita (anomalias)
Janeiro de 2016 (percentagem média entre 1982-2015)



Fonte: FewNet - Relatório Especial da África Austral, Março de 2016

As chuvas irregulares e de curta duração em 2015/16 não foram suficientes para recarregar o lençol freático. Estima-se que 80% dos poços existentes não estão operacionais e que menos de 20% das comunidades têm acesso a água potável. Muitos poços não estão a funcionar devido à falta de peças sobressalentes ou de combustível para as bombas. Outros não estão operacionais por força da inacessibilidade aos actuais níveis dos aquíferos. Os que estão a funcionar, não têm a capacidade necessária para satisfazer a procura da população e do gado.

As reparações e a aquisição de peças sobressalentes para os poços têm sido condicionadas pela elevada inflação. Além disso, as obras de construção dos novos poços e projectos hídricos, que integram os planos de contingência do Governo para fazer face à seca, não se concretizaram na totalidade devido à falta de recursos financeiros.

Em 2014, o Ministério da Energia e da Água deu início à construção e reabilitação de pontos de água para melhorar o sistema de abastecimento de água nas províncias do sul. Em 2016, o Governo informou que construiu 20 poços no Namibe, mas todos permanecem inoperantes, já que ficaram por instalar infra-estruturas fundamentais (como reservatórios e bombas) devido à falta de pagamento aos empreiteiros. Também na Huíla foi projectada a construção de 30 poços. Apenas 5 projectos tiveram início, mas nenhum dos quais foi concluído pela mesma razão. Na província do Cunene, os projectos hídricos parecem ter progredido melhor, mas o acesso à água continua a constituir um problema.⁴⁴

Mulheres e crianças percorrem longas distâncias em busca de água potável (2 a 40 km). A escassez de água e a deterioração dos pastos também influenciaram a transumância do gado, que agora se inicia mais cedo e cobre distâncias maiores. As pessoas continuam a usar água imprópria para consumo e são obrigadas a partilhar água estagnada e não tratada com os animais (bovinos e caprinos), o que resulta em casos de diarreia e outras doenças transmitidas pelo consumo de água não apropriada. Os casos de malária aumentaram 76% desde 2015. Em muitas áreas, as condições sanitárias são más, devido à prática generalizada de defecar a céu aberto, escassez de água e más práticas de higiene, o que conduz, provavelmente, ao aumento da prevalência da diarreia, malária, sarampo e doenças do sistema respiratório.

⁴⁴ Relatório de Missão Técnica Multissetorial às Províncias de Benguela, Cuando Cubango, Cuanza Sul, Cunene, Huíla e Namibe. Agosto 2015; Relatório de Avaliação, Plano de Contingência sobre os Efeitos da Seca, Dez. 2014.

Os poucos pontos de água que ainda existem, na sua maioria furos abertos por máquinas ou manualmente (chimpacas) que recolhem as águas pluviais, são agora partilhados pelas pessoas e pelos animais para vários fins. Devido à falta de alternativas, a população local vê-se forçada a beber água directamente dos furos de água sem nenhum tratamento. A qualidade da água é um problema crescente e uma fonte potencial de doenças transmitidas pela água não tratada. A má qualidade da água, a falta de saneamento básico e higiene deram origem a 3.747 casos diagnosticados de cólera apenas na província do Cunene⁴⁵.

Danos

Para efeitos da presente análise, os danos no sector de água, saneamento básico e higiene referem-se às infra-estruturas de água e saneamento que não estavam a funcionar nas três províncias devido à falta de água, incluindo sistemas de captação e abastecimento de água, poços e as chimpacas, chafarizes e cacimbas tradicionais. Vários relatórios realçaram que mais de 80% dos poços existentes (num total de 3.000) não estão em funcionamento e, portanto não fornecem água potável. Os cálculos dos danos baseiam-se nos 2.400 poços (80% do total) que necessitam de algum tipo de reparação ou têm de ser substituídos na íntegra. Deste total, 75% precisam de algum tipo de reparação e os restantes têm de ser substituídos na íntegra. Conforme ilustrado na tabela 6, calcula-se que o total de danos atinja os 52,5 milhões de USD.

Tabela 6: Danos na água e saneamento básico (milhões de USD)

ITEM	Público (Governo)		Total Milhões USD
	Custo Unitário USD	Número	
Poços que necessitam de reparação	2,500	1800	4.5
Poços que necessitam de substituição	80,000	600	48.0
Total			52.5

Perdas

As perdas na metodologia do PDNA dizem respeito às despesas adicionais suportadas pelo sector público ou privado para garantir o fornecimento dos bens e serviços, bem como o acesso aos mesmos. As perdas no sector de água, saneamento básico e higiene devido à seca prolongada são contabilizadas tendo em conta os custos suportados pelo Governo e seus parceiros na reparação dos sistemas de água e saneamento entre os anos de 2012 e 2016. Além disso, este sector investiu recursos adicionais no tratamento e controlo de qualidade da água. Os custos relativos às campanhas de comunicação para promover a utilização de água potável e outras práticas sanitárias adequadas também estão incluídos nas perdas deste sector.

Devido à falta de informações, esta análise não inclui outros custos associados à perda de receitas por sector. Contudo, os custos incorridos para melhorar a qualidade e os sistemas de abastecimento da água e as infra-estruturas de saneamento foram contabilizados como perdas para o sector de água, saneamento básico e higiene.

Segundo os relatórios do Governo de Angola e das agências da ONU, calcula-se que o Governo de Angola canalizou um total de 192,5 milhões de USD (18,78 mil milhões de AKZ) para auxiliar as populações nas três províncias mais afectadas. A tabela 7 sintetiza os itens fornecidos no âmbito da assistência, incluindo apoio de água, saneamento básico

⁴⁵ PDNA Angola Report Final MT, 30 de Setembro de 2016

e higiene nos bens não alimentares. Além disso, os relatórios do Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF) da ONU indicam que os parceiros humanitários mobilizaram 20 milhões de USD em 2012 e 2013, com recurso a fundos do CERF, doadores bilaterais e outros parceiros.

Tabela 7. **Bens alimentares e não alimentares fornecidos às populações afectadas**

Bens alimentares	Arroz, farinha de milho, feijão, óleo, conservas de carne e peixe, de conserva, sal iodado, peixe seco, milho, massango, leite condensado
Bens não alimentares	Depósitos de água (5000 e 10.000 litros), baldes, taças, kits de sobrevivência, bombas de água, cobertores, sabão
Factores de produção e sementes	Horticulturas, feijões, milho, massambala, adubo (NPK 12-24-12), sulfato de amónio, charruas, produtos veterinários, estações agrometeorológicas, pluviómetros automáticos e odómetros.
Transporte e outro equipamento	Tractores, reboques basculantes com 5 toneladas de capacidade, veículos Unimog 4x4, camiões-cisterna, veículos Land Cruiser (diesel, 4x4)

No total, calcula-se que foram gastos aproximadamente 5,3 milhões de USD (0,9 mil milhões de AKZ) no sector de água, saneamento básico e higiene, conforme indicado na tabela 8 ⁴⁶.

Necessidades de recuperação

Segundo a metodologia do PDNA, as necessidades de recuperação são calculadas para cada um dos sectores em análise tendo em conta o seguinte: a) a reparação e reconstrução dos activos físicos; b) o restabelecimento da produção dos serviços e do acesso aos bens e serviços; c) a restauração dos processos do Governo e a tomada de decisões; e d) a redução das vulnerabilidades e riscos existentes.

Os conceitos de Reconstruir Melhor (BBB) e maior resiliência são fundamentais e estão incluídos nesta análise, de modo a assegurar um processo de recuperação robusto e a evitar o ressurgimento das vulnerabilidades que conduziram em primeiro lugar ao desastre em causa. Além disso, seria importante estabelecer, tanto quanto possível, uma ordem de prioridade para as necessidades identificadas.

Com base numa análise documental de uma série de documentos e relatórios sobre o efeito e impacto das secas em Angola e com base nas visitas de campo as três províncias mais afectadas, durante as quais foi possível falar com as autoridades provinciais e municipais, bem como com base nas visitas de campo e contactos com as autoridades tradicionais (sobas) e com a comunidade, é evidente que as **necessidades a curto-prazo (6 meses) mais prementes** estão relacionadas com as prioridades seguintes:

1. Fornecimento de água potável às pessoas e animais para satisfazer as necessidades diárias mínimas (15l/dia).
2. Promoção do saneamento total liderado pela comunidade (CLTS) e prevenção das doenças transmitidas pela água, sob iniciativa do Governo de Angola e com o apoio da UNICEF.

⁴⁶ Perdas estimadas com base em dados fornecidos pelo GdA e pela ONU, não desagregados por sector. Fonte: Relatório de balanço da implementação do plano de contingência sobre os efeitos da seca, Abril 2015.

3. Promoção de práticas de higiene pública e pessoal, a fim de evitar a disseminação de doenças diarreicas, como cólera, disenteria, amebíase e outras, sobretudo em crianças com menos de cinco anos através do CLTS e do HHWTSS.
4. Reforço das sinergias entre as autoridades provinciais, com vista a aumentar a eficiência dos programas nacionais e provinciais, por exemplo fornecendo água potável aos centros de saúde, escolas e mercados.
5. Desenvolvimento mais acentuado da ferramenta MODEGA para promover a participação das comunidades na gestão e reabilitação dos pontos de água e, assim, fomentar a apropriação dos projectos por parte da comunidade.

A médio-prazo (1 a 2 anos) e a longo-prazo (2 a 4 anos) é necessário aprofundar o debate a nível técnico e político, para compreender melhor as alterações climáticas e as respectivas consequências no sul de Angola. Tal irá ajudar a tomar decisões de investimento bem informadas para aumentar significativamente o acesso à água tanto para consumo como para produção agrícola ou, em alternativa, para definir soluções mais estruturais, caso haja um problema estrutural de disponibilidade de água na região sul.

De acordo com o Apelo Humanitário Regional da SADC de Junho de 2016, a construção ou reabilitação de sistemas de captação e abastecimento de água para pessoas e animais, juntamente com a construção de barragens e o desvio dos rios constituem uma prioridade e são uma necessidade a médio e longo-prazo. Também se deve explorar outras alternativas nas áreas afectadas, como as barragens subterrâneas usadas no início do século XX pelos portugueses.

Numa perspectiva a longo-prazo, considera-se relevante o estudo de formas de desviar o fluxo dos rios para áreas com défices hídricos e a construção de sistemas de irrigação adaptados às condições e necessidades locais específicas. Além disso, é necessário realizar estudos científicos aprofundados para aferir a existência de suficientes fontes de água subterrânea – própria para consumo humano ou utilização agrícola – bem como os volumes previstos e as formas sustentáveis de exploração dessas mesmas fontes.

Tabela 8: Resumo dos danos, perdas e necessidades de recuperação no sector de água, saneamento básico e higiene
(Milhões de USD)

Sector	Danos	Perdas	Necessidades de Recuperação
Água, saneamento básico e higiene	52.5	5.3	72.5

EDUCAÇÃO

Análise do contexto

Tal como a maioria dos outros sectores, o sector da educação em Angola foi afectado de forma significativa pela guerra civil que destruiu as infra-estruturas escolares e causou perdas nos domínios financeiro e dos recursos humanos. A Reforma da Educação que começou em 2004 tem, no entanto, como meta a melhoria da qualidade da educação e neste domínio muito evoluiu. Em 2010 a Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa (CAARE) levou a cabo uma avaliação que revelou três grandes problemas que continuam a afectar o sector da educação:

1. Falta de recursos humanos em quantidade e qualidade, em especial no ensino básico
2. Escassez de salas e absentismo dos alunos nas zonas rurais
3. Salas sobrelotadas nas zonas urbanas

Além disso, o censo de 2014 revelou que a taxa de literacia a nível nacional era de 65,6%, sendo porém o dobro nas zonas urbanas em relação as zonas rurais ou seja 79,4% em relação a 41,1% respetivamente. De igual maneira, é possível constatar na Tabela 9 abaixo que no Cunene quase 29% das crianças e jovens entre os 6 e os 17 anos de idade nunca frequentaram a escola, ao passo que na Huíla e no Namibe esta percentagem é de 20% a 21%. No Cunene cerca de 25% da população entre os 15 e os 24 anos de idade não sabe ler nem escrever, enquanto que na Huíla e no Namibe esta percentagem aumenta para 35% e 36% respetivamente.



Tabela 9: Educação no Cunene, na Huíla e no Namibe

Província	População Total	População Rural	Proporção da população com idades entre os 6 e os 17 anos que nunca frequentaram a escola	Proporção da população com idades entre os 15 e os 24 anos que sabe ler e escrever	Proporção da população com 15 ou mais anos de idade em zonas rurais que sabe ler e escrever	Proporção das mulheres com 15 ou mais anos de idade em zonas rurais que sabe ler e escrever
Cunene	990,087	782,931	28.7%	75.2%	45.9%	22.8%
Huíla	2,497,422	1,680,383	20.3%	64.8%	36.3%	13.3%
Namibe	495,326	179,670	21.2%	63.6%	29.1%	10.1%

Fonte: Recenseamento Nacional 2014

O Governo de Angola iniciou um programa de literacia de grande espectro em 2009 no sentido de eliminar a iliteracia no país entre a população adulta até 2017. O Governo lançou ainda um Programa de Merenda Escolar (PME), a nível multisectorial que conta com a participação dos Ministérios da Educação, e do Comércio e Indústria, cujo objectivo é incentivar as inscrições nas escolas, a redução do absentismo devido à fome, o aumento dos bons resultados dos alunos e a melhoria dos cuidados de saúde e nutricionais das crianças.

Outro desafio com que se depara o sector da educação é a falta de instalações sanitárias e de água potável adequadas nas escolas. Um inquérito realizado pelo Ministério da Educação com o apoio da UNICEF em 2016, revela que cerca de 70% das escolas no país não têm ligações a abastecimento de água e as que estão ligadas à rede não são abastecidas em 78% dos casos.

Apenas 35% das escolas dispõe de água potável e 76% afirma não fazer tratamento das águas e que os alunos tiveram problemas de saúde. Nas zonas rurais, o acesso à água é ainda mais difícil, pois a água provém em geral de poços ou rios distantes. No Cunene, por exemplo, apenas 7% das escolas dispõe de água, 86% no Namibe e 45% na Huíla. A percentagem de acesso à água no Namibe é mais elevada devido ao facto de as escolas estarem situadas em zonas urbanas e, por conseguinte, ligadas à rede de abastecimento de água. As escolas, em particular nas zonas rurais, foram concebidas e construídas sem ter em conta o sistema de abastecimento de água e saneamento.

As instalações de saneamento e de água potável nas escolas têm um impacto positivo forte na questão da redução do abandono escolar, no aumento das inscrições das raparigas e no aumento das taxas de retenção e de conclusão da escolaridade.

O impacto da seca na educação

A avaliação realizada nas três províncias indica que a seca está a afectar o sector da educação essencialmente de cinco maneiras, tal como descrito a seguir:

1. A transumância adiada e mais longa das migrações do gado contribuiu para aumentar as taxas de absentismo e de abandono escolar

Tal como já foi explicado nos capítulos anteriores, a maior parte das comunidades afectadas pela seca é sobretudo agro-pastoril, vivendo da criação de gado e da agricultura para subsistência. As crianças e os jovens são responsáveis pelo gado, mas a transumância e as migrações de gado adiadas pela seca na busca de pastagens e água em locais mais

distantes levaram ao aumento do absentismo e do abandono escolar. Em alguns casos, todos os membros da família são forçados a seguir este movimento de migração, forçando as crianças a deixarem a escola.

Os rapazes são os que acompanham tradicionalmente o gado, e o abandono escolar destes deve-se à transumância. Os rapazes não são integrados nas escolas nos pontos de chegada, o que significa que a maioria das crianças que segue a transumância interrompe o ano lectivo até ao regresso às suas comunidades de origem.

2. Maiores distâncias para chegar até à água para consumo humano forçaram algumas crianças a abandonar a escola

Além do facto de ter impacto sobre a transumância, a seca contribuiu ainda para aumentar a distância percorrida pelas famílias rurais para alcançar pontos de água para consumo humano, exigindo portanto muito mais tempo e esforço sobretudo por parte das mulheres e das crianças que têm esta actividade como responsabilidade doméstica. Ainda, o aumento das responsabilidades forçou algumas crianças a abandonar a escola, quer seja para ir procurar água a grandes distâncias ou para cuidar dos irmãos mais novos, quando são as mulheres que devem deslocar-se para buscar água, aumentando assim ainda mais as suas responsabilidades dentro das tarefas familiares.

3. A crescente insegurança alimentar e o consumo alimentar mais baixo conduziram algumas crianças a abandonar a escola e afectaram o desempenho dos alunos

Tal como indicado nos capítulos anteriores, as famílias afectadas pela seca viram-se forçadas a reduzir o seu consumo de alimentos como resultado das perdas nas colheitas e na produção de gado e do acesso limitado às compras no mercado devido à inflação elevada e outras pressões económicas que o país enfrenta. Tanto a quantidade como a qualidade do consumo de alimentos diminuíram e, tal como ficou destacado no capítulo sobre a segurança alimentar e nutrição, os casos de malnutrição aumentaram nas três províncias. As famílias que são incapazes de alimentar os seus filhos de manhã ou que têm filhos malnutridos, em especial crianças mais novas, preferem mantê-las em casa. Relativamente às crianças que ainda frequentam a escola, constata-se que diminuíram a capacidade concentração e aprendizagem e os resultados são em geral baixos.

4. Aumento das tarefas domésticas para as crianças, fez aumentar as irregularidades na frequência escolar

Durante as visitas de campo, as Direcções Provinciais de Educação (DPE) declararam que o desempenho escolar nas três províncias tinha diminuído devido ao aumento das tarefas domésticas levadas a cabo pelas crianças durante o dia e à redução do consumo de alimentos. A seca aumentou as tarefas domésticas, em especial realizadas pelas raparigas que são as primeiras a abandonarem a escola para prestarem assistência à família. As raparigas não vão à escola todos os dias porque se dedicam aos trabalhos domésticos, designadamente ir buscar água e preparar as refeições na ausência das mães.

5. Migração à procura de emprego

A seca forçou algumas famílias ou membros da família, incluindo crianças e jovens, a emigrar em busca de um emprego e de uma fonte de rendimento alternativos. Na província da Huíla constata-se um aumento no número de criança em idade escolar a mudar para a província do Namibe à procura de trabalho em explorações agrícolas ou nas zonas urbanas em pequenas actividades informais (tráfico). O impacto nesta província no período entre 2012-2015 foi mais patente nos municípios de Gambos, Humpata, Chibia e Quipungo.

Na província do Cunene, as relações de proximidade com a vizinha Namíbia e a facilidade da língua devido sobretudo aos laços étnicos entre a população nas zonas da fronteira, facilita os fluxos de migração em busca de emprego, alimentos e serviços básicos (saúde, educação e água).

Em conclusão

As perdas no sector da educação são estimadas em geral com base no cálculo do custo do abandono escolar dos alunos, absentismo dos professores e dos directores de escola e os custos adicionais incorridos pelo Estado no sentido de gerir o impacto da seca na educação. No entanto, não foi possível obter as informações necessárias da parte das autoridades provinciais e municipais que permitissem fazer uma estimativa das perdas, designadamente devido à capacidade limitada para acompanhar os movimentos migratórios e de transumância das populações agro-pastoris locais.

Apesar de tudo, a avaliação concluiu que a seca prolongada no sul de Angola contribuiu para agravar as debilidades estruturais do sistema de ensino no país, e piorar o acesso à educação das criança e jovens. Como resultado da seca, registou-se um aumento do absentismo e do abandono escolar, bem como uma redução do desempenho escolar. Estima-se, por exemplo, que na província do Namibe os alunos faltem uma média de 60 dias por ano lectivo em consequência da seca. Além disso, nove escolas nos municípios de Curoca e Cahama fecharam em consequência do abandono escolar e absentismo dos alunos e dos professores.

A crise económica em Angola, causada pela diminuição das receitas no seguimento da queda do preço do barril de petróleo a nível mundial, também foi agravada pela situação nas áreas afectadas pela seca, em especial desde 2015, já que o Governo de Angola foi forçado a reduzir as despesas públicas. Menores transferências por parte do Governo central contribuíram para limitar ainda mais a capacidade das autoridades locais para prestar serviços públicos básicos, incluindo nas escolas. Há relatórios que aferem que o Programa de Merenda Escolar não está a funcionar em diversos municípios.



O AMBIENTE

Análise do contexto

Estima-se que 23,3% das áreas florestais se encontram em zonas de pasto, com um total de 290.481 km², e que estão localizadas no interior da região mais afectada pela seca, no sul de Angola (PANCOD 2014; FAO-WFP 2004). Esta região está em geral sujeita a secas e a cheias.

As zonas rurais dependem inteiramente do consumo de lenha e de carvão. Em Angola, aproximadamente 32% dos agregados familiares tem acesso a electricidade, e estima-se que o consumo de carvão represente 57% da energia total consumida a nível nacional (PNUD 2014).

Tal como já foi afirmado, esta é uma zona típica de sistemas de transumância para a pastorícia em que as comunidades pastoris de zonas mais áridas migram sazonalmente em busca de pastagens e água. Em geral, os municípios de onde provêm as migrações são caracterizados por um clima mais seco, comparado com as áreas para onde se dirigem que se dedicam na sua grande maioria à agricultura.

A produção de carvão é permitida em áreas restritas, e para esse efeito são atribuídas licenças. As licenças são válidas por um período de seis meses, entre Maio e Dezembro, seguindo-se um período de moratória de Janeiro a Março cuja finalidade é permitir que os produtores vendam o carvão armazenado. Entre Janeiro e Maio é proibido o abate de árvores. O montante pago pela licença atribuída é de 4.966 AKZ e a produção permitida é de cerca de 1.730 kg por licença. Contudo, as províncias não dispõem de inspectores suficientes para controlar o abate de árvores e a produção de carvão ilegais.



Relativamente à produção de madeira em áreas plantadas, Angola em 2012 tinha 148.000 ha de plantações a Eucalipto, Cupressus e Pinus. A produção é substancial na província da Huíla, sendo que na província do Cunene, as áreas com potencial madeireiro (em áreas naturais e não plantadas) são os municípios de Cuvelai e de Namacunde.

A recolha e a produção de produtos florestais não lenhosos (PFNL) contribui significativamente para a segurança alimentar das comunidades rurais. Alguns dos principais PFNL são a carne de animais silvestres, o mel, cogumelos comestíveis e medicinais, bagas, insetos, forragem para gado, plantas e raízes medicinais peixe de água doce do interior, erva e fibras para a construção de casas e matérias-primas para o artesanato, resinas, taninos, latex, casca, etc. (IDF 2006). Alguns dos produtos PFNL possuem um valor comercial mais elevado, tal como o mel, as plantas medicinais e o óleo de mumpeke.

Outro produto tradicional é a colheita anual de maungo, a lagarta *Imbrasia belina* que cresce nas folhas de mopane (*C. mopane*), que representa uma fonte importante de proteínas para as comunidades de toda a região sul do país. A produção de mel é comum entre os grupos étnicos que praticam alguma agricultura e vivem em zonas com um índice de pluviosidade ligeiramente mais elevado comparado com as zonas de pastorícia.

O impacto da seca no ambiente

A seca teve vários impactos nos recursos naturais da região sul:

1. Diminuição das pastagens naturais e da forragem, devido à seca e migração intensiva de gado;
2. Diminuição dos recursos hídricos que são fundamentais para o ecossistema, para fauna e para as populações locais;
3. Aumento da produção de carvão que conduziu a uma desflorestação muito rápida e à perda de biodiversidade;
4. Animais silvestres nos parques nacionais.

O efeito da transumância nas zonas de origem e de destino

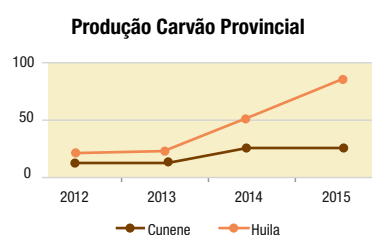
Tal como já foi referido, os sistemas de transumância típicos desta região incluem a migração sazonal de gado de zonas com um clima mais arido em busca de pastagens e água. O mapa 5 a seguir indica as rotas de transumância na região sul de Angola.

Registou-se uma redução das áreas com pastagens em resultado da seca cíclica. As manadas de gado tendem a concentrar-se em certas áreas, criando pressão sobre a água, solos e recursos florestais nas mesmas. Estas condições contribuíram para a diminuição e desaparecimento de certas gramíneas forrageiras e arbustos e o consumo de espécies menos saborosas. A savana, que anteriormente era abundante em termos de variedade de ervas, está agora sujeita a incêndios, e a uma maior destruição já que a terra para a agricultura, pastagens e caça se expandiu (PANCOD 2014).

A produção de carvão nas províncias da Huíla e de Cunene (e, segundo parece, também no Namibe) aumentou de forma significativa desde 2012, e até 2014 tinha aumentado 270 e 200% respectivamente. A nível nacional, os dados disponíveis revelam igualmente que houve aumentos. A Imagem 25 que se segue mostra as quantidades de produção de carvão registadas para efeitos fiscais na província da Huíla e do Cunene. É importante notar que estas estimativas não são representativas da produção actual, mostrando apenas as tendências de produção no decorrer dos anos.

Fig. 25: Produção de carvão

Produção Carvão registrada (ton)	2012	2013	2014	2015
Cunene	9,7	11	22,4	22,8
Huíla	19,6	19,8	53,6	86,6
Namibe				
Produção Nacional estimada (FAOSTAT 2015)	314.056	314.056	336.058	
Produção áreas pastoris e agro-pastoris (23%)	72.232	75.410	77.293	
Valor da produção de carvão em USD	253.103,6 ton/ano 265 M USD		6M m ³ /y 510M USD	
Taxa de desflorestação	0,2		0,4	



Como já mencionado, os grupos étnicos pastoris não possuem qualquer tradição de produção de carvão, mas apesar disso estão cada vez mais a apostar nesta actividade como fonte alternativa de rendimento. No Cunene, onde os grupos étnicos são pastoris, a produção de carvão duplicou desde 2013, facto que alarmou as autoridades que revelaram que “o abate ilegal indiscriminado de árvores tinha ganho terreno em proporções alarmantes na região sul na fronteira com a Namíbia e nos municípios de Cuanhama e de Ombadja” (relatório anual 2014 DPA), devido ao comércio ilegal de carvão com a vizinha Namíbia onde o abate para carvão é igualmente ilegal. A situação fez aumentar significativamente a pressão sobre as autoridades locais no sentido de reforçarem as medidas de controle, em especial na província do Namibe onde não foram atribuídas licenças em 2015. Embora esta medida contribua para conter a desflorestação, não deixa de ignorar a realidade das populações locais afectadas pela seca em busca de fontes alternativas de rendimento para sobreviver. No Cunene não existem medidas de controle e, tudo leva a crer, que a desflorestação venha a aumentar.

A intensificação da produção de carvão como estratégia de sobrevivência da população afectada pela seca conduziu ao aumento da taxa da desflorestação e reduziu a capacidade dos solos de reter humidade, o que por sua vez acelera a degradação dos solos e reduz a capacidade das florestas nestes locais de fixar o dióxido de carbono.

Os efeitos dos recursos hídricos

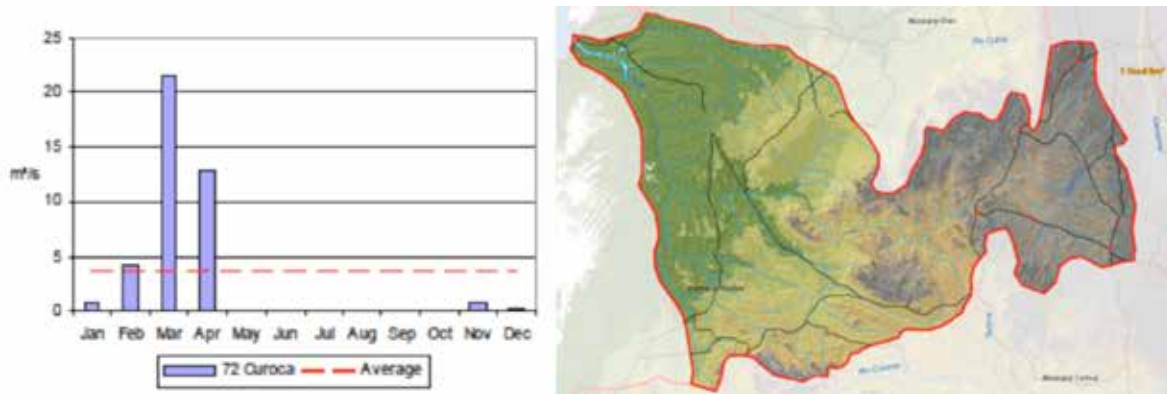
A região conta com três bacias fluviais principais, a bacia do rio Cunene, a bacia do rio Cuvelai e a bacia dos rios Curoca, Giraul e Lucira, para além de inúmeros outros rios e cursos de água. Os grandes estuários, como o rio Cunene, constituem a base de uma rede rica e ramificada de espécies que servem de pilar do sustento das populações locais graças ao abastecimento de alimentos essenciais (ODM 2010).

Como explicado no capítulo sobre a água, a seca arrasou as reservas hídricas dos lençóis freáticos e contribuiu para secar os rios, o que levou à diminuição dos caudais de água para as bacias aquíferas. No decorrer dos três últimos anos, mais especificamente desde

2013, houve uma progressiva secagem de dois oásis férteis ricos em recursos biológicos e ecossistemas. Por exemplo, o município de Tômbwa na província do Namibe capta água do rio Curoca, que é um afluente do Rio Cunene. Em termos ecológicos, a zona de Tômbwa é um deserto com 6.000 km² de dunas de areia e o rio forma um oásis fértil, em especial na pequena cidade de Curoca (PANCOD 2014).

Estes oásis são importantes para as aves migratórias, tal como flamingos e pelicanos, e também para o sustento das aldeias situadas nesta zona. O impacto da seca representa uma perda não quantificada em termos de biodiversidade e da condição socio-económica das comunidades locais.

Fig. 26: **Bacia do rio Curoca, Namibe**

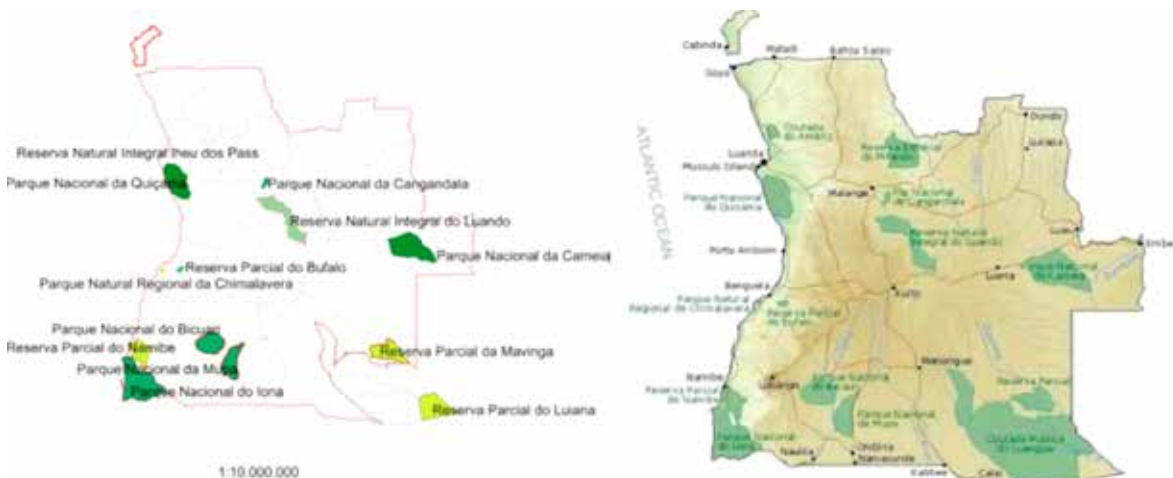


Fonte: Relatório 2015 Direcção Nacional das Águas

Parques nacionais e animais

Existem três parques naturais e uma reserva parcial na região sul (três províncias), perfazendo um total de 35.100 km², o que representa 21,6% do território do país com parques nacionais.

Mapa 6: **Reservas nacionais em 2010 e em 2015, após a ampliação das áreas de conservação.**



Fonte: PNUD

Os parques de Mupa e de Bikuar estão situados no corredor ecológico entre Ocavango e o parque Bikuar e fazem parte de um corredor migratório para animais de grande e de pequeno porte. As autoridades no Cunene dão notícia de um aumento de mortes registadas de animais de grande porte, incluindo elefantes. Cabe sublinhar que as comunidades não têm por hábito denunciar os casos às autoridades, um comportamento que está a mudar gradualmente. A multiplicação de casos de morte de animais, especialmente no parque de Mupa situado no norte do Cunene é um indicador da necessidade de os animais puderem chegar junto ao rio Cunene em busca de água e alimentos.

Redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas

O impacto da seca prolongada no ambiente, em geral nas províncias afectadas, está a acelerar rapidamente a desflorestação, a degradação dos solos e a esgotar os recursos hídricos vitais, especialmente no Namibe e no Cunene. Por sua vez, estas condições contribuem para elevar o nível de riscos futuros, designadamente a desertificação e o aumento potencial das cheias devido à erosão dos solos, aumentando assim o nível de vulnerabilidade das populações locais. Consequentemente, a estratégia de combate à seca terá que inverter os mecanismos de resposta que contribuem para a degradação ambiental, apoiando por sua vez opções de renda alternativas mais sustentáveis, promovendo a gestão dos recursos naturais sustentáveis e as práticas agrícolas, e ainda adoptando alternativas que contribuam para a redução dos riscos de desastres futuros. Será importante intensificar as estratégias de adaptação às mudanças climáticas, pois há que pensar que nesta região é esperado que as secas sejam não só mais frequentes, como também mais graves.



IMPACTO SOCIAL

Análise do contexto

Os impactos sociais da seca em Angola representam os resultados acumulados dos efeitos nos vários sectores, vividos no quotidiano pelas populações afectadas. A experiência das consequências da seca não é uniforme. Os sub-grupos populacionais estão expostos de maneira diferente aos riscos da seca, dispõem de capacidades distintas para fazer face à mesma, e vivem os impactos de maneiras diferentes. Os impactos sociais englobam os impactos directos da seca e os impactos indirectos dos comportamentos humanos em resposta à seca. A compreensão adequada dos impactos sociais requer uma análise das formas como a seca afecta os meios de subsistência, as formas como as pessoas respondem à mesma, e as consequências destas respostas.

A Tabela 10 a seguir refere os indicadores-chave mais relevantes para o estudo dos impactos da seca e a capacidade das famílias para dar resposta. O acesso à água potável baseia-se num ano de taxa de pluviosidade normal e é uma questão prioritária contínua. Um pouco menos de metade de todos os agregados têm acesso à água potável num ano normal. Os indicadores de educação são baixos nas três províncias. A taxa de frequência do pré-escolar é limitada e a literacia continua baixa. A prevalência de trabalho infantil é alta, mesmo nos anos com um índice de pluviosidade normal. Estes problemas estruturais agravam-se durante os anos de seca sempre que são adoptadas estratégias de resposta negativas que contribuem para piorar a situação.

Tabela 10: Indicadores de bem-estar das três províncias⁴⁷

Província	População Total	População Rural	Proporção da população com idades entre os 6 e os 17 anos que nunca frequentaram a escola	Proporção dos agregados com acesso à água potável	Proporção de agregados familiares com acesso a infra-estruturas de saneamento básico adequadas	Proporção dos agregados com acesso a electricidade
Cunene	990,087	782,931	28,7	23,3		11,7
Huíla	2,497,422	1,680,383	20,3	35,5	26,4	16,0
Namibe	495,326	179,670	21,2	48,1	41,0	48,6

Fonte: GdA, Recenseamento Nacional 2014

As adaptações dos modos de vida tradicionais não foram capazes de proteger suficientemente as populações locais dos efeitos do período de seca de quatro anos. Em resultado disso, as estratégias de resposta passaram de adaptações tradicionais para estratégia de sobrevivência. Por definição, estas estratégias são respostas post-hoc à seca, que minam frequentemente a capacidade de resposta futura, diminuindo o número de opções e dirigindo potencialmente as populações para trajectórias de menor bem-estar. A Tabela 11 que se segue apresenta um resumo do tipo de estratégias de sobrevivência encontradas e os seus impactos imediatos e a longo prazo para as populações afectadas pela seca. Neste caso referimo-nos à relação de efeito, resposta e consequências como impactos em cascata. Os impactos em cascata da seca têm implicações para o presente e para o futuro imediato e a longo prazo.

⁴⁷ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Angola - INE; Acedido em 28-08-2016

Tabela 11: Tipologia de estratégias de sobrevivência e impactos em cascata

Efeito da seca	Estratégia de sobrevivência	Impactos imediatos	Consequências futuras
Menor produção agrícola e de gado	Redução dos número de refeições	Subnutrição; baixa frequência escolar; conflitos domésticos; colheitas e reservas alimentares menores; escassez de reservas de sementes;	Baixo desempenho escolar; exclusão social; consequências a longo prazo para a saúde; incapacidade para plantar área suficiente;
	Quantidade reduzida de comida		
	Diversidade reduzida de alimentos		
	Colheita antecipada		
	Partilha de comida		
	Consumo de alimentos silvestres		
Acesso reduzido a água potável	Escavação manual de poços	Negligenciar de outras responsabilidades; crianças sem cuidados; aumento do trabalho infantil; baixa frequência escolar; aumento das doenças; venda de bens produtivos	Baixo desempenho escolar; exclusão social; consequências a longo prazo para a saúde; aumento dos riscos sociais
	Consumo de água de baixa qualidade		
	Busca de água em zonas distantes		
	Compra de água		
Acesso reduzido a água e forragem para os animais	Vendas de animais	Abandono escolar; conflitos sociais; escassez de tracção animal; empobrecimento; mudanças na composição das manadas	Incapacidade para plantar área suficiente; ruptura da coesão social; fechados num círculo vicioso de pobreza; incapacidade para reconstituir as manadas;
	Transumância (antecipada)		
Impactos económicos secundários	Migração de adultos	Ruptura da estrutura familiar; menor disponibilidade de mão-de-obra em casa; crianças não acompanhadas; abandono escolar; empobrecimento; exploração infantil; delinquência; crime	Aumento dos riscos sociais; ruptura da organização social; desintegração da estrutura familiar

Análise do impacto

Estratégias de resposta à diminuição da produção agrícola e de gado: as perdas na agricultura e na produção de gado tiveram um impacto negativo sobre o consumo de alimentos dos agregados, devido às perdas directas de alimentos em geral consumidos pelas famílias afectadas e à perda de rendimentos. Muitos agregados declararam não dispor de alimentos para se alimentar durante um ou dois dias em 2015. A maioria dos inquiridos nos grupos alvo declararam comer apenas uma ou duas refeições por dia, principalmente compostas por um funge ou quissangua. Além disso, a seca contribuiu para a redução da produção de leite e para o início antecipado das migrações de transumância, limitando ainda mais o consumo de leite e a diversidade do regime alimentar. Constata-se ainda um aumento do consumo de alimentos silvestres nas três províncias, muitos dos quais são consumidos apenas para saciar, não fornecendo as calorías e os nutrientes necessários.

A maioria dos agregados declarou ter tido uma colheita melhor em 2016 do que em 2015, mas apesar disso prevê-se que as reservas alimentares sejam suficientes para durar apenas até Novembro ou Dezembro. Uma maioria dos agregados declarou ainda fazer a colheita do massango e massambala antes de estarem amadurecidos. Esta prática conduz à diminuição dos rendimentos, proporciona valores nutricionais mais baixos e reforça o ciclo de reserva de sementes insuficiente para o plantio. O preço das sementes aumentou de 50 AKZ em 2012 para mais de 225 AKZ, limitando a capacidade dos agregados para comprar as sementes nas quantidades necessárias para satisfazer as suas necessidades.

Mães, professores e administradores públicos referiram todos a fome como causa directa da delinquência nas escolas e do abandono escolar. Mesmo quando as crianças frequentam a escola, frequentemente sem terem tomado o pequeno-almoço, o seu desempenho é fraco devido à incapacidade para se concentrarem. Não existem dados quantificados disponíveis, mas há indícios de que muitas escolas no Cunene estejam fechadas devido à seca.

Caixa 1

A quantidade de alimentos e o número de refeições diminuiu substancialmente em resultado da seca. Em 2015, muitas famílias declararam não se alimentar durante 1-2 dias. As colheitas de 2016 contribuíram para melhorar ligeiramente a situação, mas o consumo está ainda muito abaixo do normal e os efeitos na saúde e na situação nutricional continuam a fazer sentir-se.



Uma mulher no Cunene, cuja história é idêntica a muitas outras que registámos, declarou que a família come uma a duas refeições por dia. Disse-nos ainda que o alimento mais comum em casa era uma funge ou quissangua, feita a partir de água da *tchimpaca*, situado a 4 Km de distância e poluída com detritos animais. A mulher revelou-nos ainda que sacrifica a sua própria comida para se assegurar que os três filhos tenham com que se alimentar, mas que ainda assim estes estão frequentemente doentes devido ao consumo da água poluída e à diversidade limitada de alimentos.

As opções desta mulher para aceder a mais alimentos são limitadas e a mesma expressou grande preocupação com o facto das reservas limitadas de alimentos de que dispõe, mesmo que muito racionadas, não serem suficientes para além de meados de Outubro.

Estratégias de resposta ao acesso reduzido à água potável: os programas governamentais apostaram na escavação de poços na região, no sentido de aliviar algum stress hídrico durante os anos normais. Contudo, tal como já referido em capítulos anteriores, muitas das bombas funcionam a gasolina e o corte nos subsídios ao combustível torna-a demasiado cara para muitas pessoas. Mesmo com estes investimentos, o acesso à água nestes últimos quatro anos tem sido um dos maiores constrangimentos para quase todas as famílias. Durante a seca muitos poços secaram, e outros tornaram-se impróprios devido à salinização em resultado da escassez de água. Com o desaparecimento das fontes de água, aquela que está disponível fica poluída. Mais animais e mais pessoas são forçadas a usar a mesma fonte de água. Este ano, muitos poços já secaram completamente. Para muitas pessoas, a única opção é ir à procura de água a locais mais distantes.

Mulheres e crianças são responsáveis pela água para as famílias e para os animais. Muitas vezes a busca por água demora muitas horas, quer porque são obrigadas a caminhar longas distâncias, ou porque a quantidade de água produzida nos poços mais próximos é tão baixa que chega a demorar um dia inteiro para encher os reservatórios de água. Algumas famílias optam por consumir água de muito fraca qualidade em vez de investir tempo e trabalho para percorrer longas distâncias. O tempo extenso de procura da água tem impactos profundos sobre a capacidade das mulheres e das crianças de realizar outras tarefas e responsabilidades. As crianças mais velhas que percorrem distância mais longas para ir buscar água, fazem-no em detrimento da frequência da escola, o que resulta em consequências de longo prazo no desempenho escolar e na exclusão social.

Caixa 2

No sul do Namibe, quatro irmãos (12, 13, 16, e 17 anos de idade) são responsáveis pelo gado da família. O pai vive na cidade, a cerca de 35 Km de distância. Só um dos rapazes frequenta a escola.



O acesso à água é uma preocupação constante para as raparigas. Vivem a cerca de 2 Km de um tanque de água recentemente instalado, que é enchido a partir de um camião cisterna do Estado. No entanto, o camião não passa com regularidade e o tanque fica frequentemente sem água. Como resultado, as raparigas acabam por ter que percorrer 5 Km até ao poço mais próximo. O poço contém água salobra, mais indicada para os animais. Na ausência de melhores alternativas esta é a fonte de água para as raparigas.

Estratégias de resposta à diminuição da quantidade de água e forragem para o gado:

tal como já foi referido, a transumância começou mais cedo nestes últimos quatro anos como resultado da escassez de água. Este ano, os inquiridos no Cunene e na Huíla declararam que irão começar este processo dois meses mais cedo do que o habitual. De acordo com os criadores e donos de gado, a escassez de água e de forragem nestes últimos quatro anos contribuíram para uma mortalidade elevada dos animais. O gado é vendido ou trocado por acesso a cereais ou outros alimentos necessários e produtos não-alimentares. A venda dos preços dos animais aumentou em resultado da seca. Para a população, que ganha estatuto significativo graças ao facto de possuir gado, a venda dos animais para sobrevivência representa um passo significativo e indica um stress muito elevado.

A combinação de uma maior oferta de gado devido às vendas forçadas acompanhadas por uma moeda fraca, contribuíram para a depreciação dos preços do gado, em especial durante o ano de 2015. Ao mesmo tempo que os preços diminuíram em toda a região, os difíceis acessos rodoviários a estas comunidades contribuiu para o aumento dos custos de transporte, ou para o aumento dos preços pagos aos negociantes que visitam estas comunidades.

A gestão do gado e a transumância são tradicionalmente da responsabilidade dos jovens e dos rapazes mais novos. Apesar dos donos do gado acompanharem o processo inicial da transumância, são os jovens os responsáveis pela manutenção das manadas nas novas regiões, transferindo-as de umas para as outras consoante a disponibilidade de forragem e de recursos hídricos. Este movimento, que resulta na ausência da escola e no abandono escolar em anos regulares, é agravado durante os anos de seca já que os jovens chegam a passar 9 meses fora das suas aldeias.

Estratégias de resposta aos efeitos económicos da seca: os efeitos económicos da seca derivam da perda de rendimento devido à menor produção agrícola e de gado e à necessidade de comprar alimentos em geral produzidos pelo agregado. No sentido de poder compensar estas carências, os agregados optam por toda uma série de alternativas, designadamente migração de adultos e de crianças, venda de bens produtivos, trabalho informal, outras estratégias de produção de rendimento como a produção de carvão, e o abandono da família ou das crianças. A incidência da migração, desde há muito uma estratégia de adaptação nesta região, aumentou em resultado da seca. A migração foi uma estratégia referida por quase todos os grupos-alvo e nas entrevistas realizadas a informadores chave. O aumento da migração tem impactos sobre as comunidades destinatárias e emissoras. A migração interna nas comunidades receptoras causa um stress significativo para os agregados receptores, tendo este encargo adicional feito aumentar os pedidos de assistência alimentar.

Caixa 3



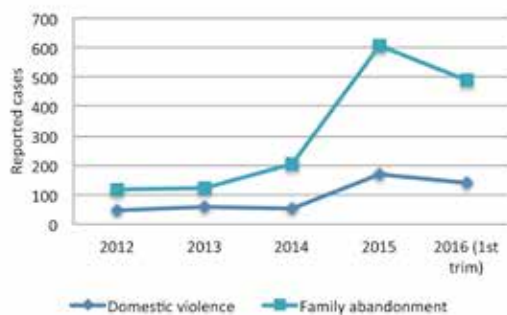
Este Verão, três menores foram colocados num autocarro na Huíla e enviados para Namibe para viverem com a família extensa. Mas a família extensa era fictícia. As crianças, abandonadas pela própria família, chegaram ao Namibe, sem identificação, à procura dos parentes que não existiam.

O abandono de crianças e a migração aumentou em sequência do stress económico dos agregados causado pela seca. Estas crianças, muitas com apenas 8 anos de idade, enfrentam riscos significativos – sociais, físicos e mentais – ao tentarem sobreviver como podem. São exploradas para trabalho e para sexo e estão em risco de se tornar toxicod dependentes e até de recorrer ao crime para poderem viver.

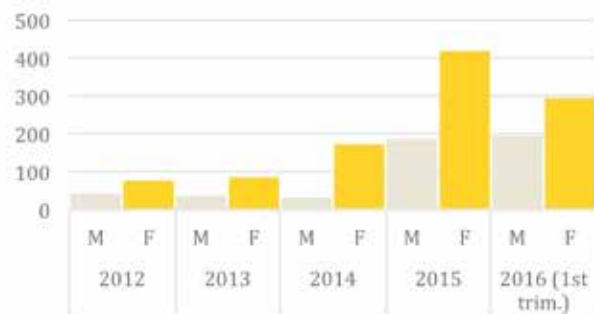
As autoridades governamentais estão a trabalhar no sentido de enviarem de volta os menores para junto das suas famílias, mas o desafio é grande. Algumas famílias repudiam os seus filhos quando confrontados com a situação e outras crianças acabam simplesmente por partir depois de terem sido reunidas com a família.

O stress económico sobre os agregados conduziu ainda ao aumento do abandono de famílias e idosos, tanto homens como mulheres, e ao abandono ou repúdio das crianças. As mulheres declararam que os homens partiram para as cidades em busca de trabalho e acabaram por constituir novas famílias, abandonando as que ficaram nas suas localidades-natais. Noutros casos, estas pessoas simplesmente partem por causa das lutas e do stress relacionados com a escassez de recursos. Quando um homem perde todo o seu gado, há fortes hipóteses de este vir a abandonar a sua própria família já que dispõe de opções muito limitadas para apoiar a família. Os grupos-alvo declararam ainda que as mulheres também abandonam os agregados sempre que ocorre uma perda do gado, regressando para casa da sua própria família. Figura 27 abaixo mostra a tendência crescente do abandono familiar na província da Huíla e a ventilação por género.

Fig. 27: **Relatórios sobre violência doméstica e abandono familiar na Huíla**



Domestic violence and family abandonment total in Huila



Family abandonment by year and gender in Huila

Análise com base no género: Tal como referido acima, a necessidade de encontrar água durante os períodos de seca aumenta a pressão e a carga de trabalho das mulheres e crianças e o stress económico e social total resultante da seca contribui para aumentar a incidência da violência doméstica. Além disso, são as mulheres e as crianças quem mais sentem as consequências das mudanças dos hábitos alimentares. Além de uma dieta alimentar limitada, as mulheres são ainda quem mais participam nas atividades domésticas, incluindo recolha de água e a escassez de calorias adequadas contribuem para um peso físico adicional. As normas culturais obrigam a que sejam os homens os primeiros a serem alimentados. Quando não há comida suficiente para toda a família, as mães dão prioridade aos filhos, ficando frequentemente com muito pouca ou nenhuma comida para elas. Os regimes alimentares das mães de recém-nascidos têm consequências nutricionais para os filhos, já que o leite materno diminui em quantidade e qualidade.

A seca agrava o peso do trabalho doméstico e de pastorícia realizado pelas mulheres e crianças e expõe-nos a riscos sociais adicionais. O encargo de tempo adicional deve-se sobretudo à escassez de água e pastagens, que exigem ter que percorrer longas distâncias e ter que fazer longas esperas na fila para aceder à água.

As vendas de gado representam uma adaptação do modo de subsistência à variabilidade dos recursos. Contudo, no caso da seca de longa duração, as vendas em combinação com a morte dos animais levam a que muitas famílias fiquem completamente despojadas do gado que possuíam. A reconstituição dos activos é sobretudo difícil para as mulheres que, tradicionalmente, não possuem a propriedade de facto dos activos de produção.

Muitas das entrevistas realizadas com os informadores-chave e os grupos-alvo com mulheres, revelam e destacam a relação entre o stress ligado à seca e o aumento da violência

doméstica. Os dados relativos à província da Huíla do Ministério da Família (MINFAM) mostram uma tendência crescente nos casos de violência doméstica denunciados entre 2012 e 2016, tal como se pode verificar na figura 27 anterior. Apesar deste aumento não poder ser atribuído directamente à seca, poderá dar credibilidade às observações dos inquiridos.

Caixa 4

“Ester” é uma mulher do Cunene que perdeu o marido há um ano. No seguimento da morte do marido, os parentes deste reivindicaram todos os haveres de Ester, incluindo o gado e outros recursos produtivos, bem como bens domésticos, tal como vestuário e utensílios de cozinha. Como resultado desta situação, Ester e os três filhos foram forçados a mudar de casa e a ir viver com a família alargada para poder sobreviver. A filha mais velha tem 19 anos. Está grávida, mas não está com o pai do bebé e continua a viver em casa com a mãe e a família da mãe. Estão todos dependentes do trabalho informal e da generosidade dos parentes de Ester.



Este não é um caso isolado. São muitas as histórias idênticas contadas em DGF e nas entrevistas das famílias. No seguimento da morte ou abandono dos maridos, as mulheres e seus dependentes passam a estar numa situação de extrema vulnerabilidade à seca e aos outros riscos sociais e económicos.

Necessidades de recuperação

As prioridades de intervenção no quadro da recuperação devem acudir aos efeitos da seca e às estratégias de sobrevivência que tenham os impactos imediatos mais significativos e em cascata para a população. As prioridades de resiliência devem centrar-se na redução da exposição aos efeitos da seca e à construção de uma capacidade adaptativa. O custo da recuperação precisa de orientar-se para a resolução da maior parte dos problemas levantados neste capítulo, que por sua vez foram incluídos no sector específico da intervenção.

Necessidades de recuperação a curto prazo:

- O aprovisionamento de água é uma necessidade crucial e de resiliência. O acesso fácil à água irá reduzir a carga de trabalho das mulheres e das crianças, diminuir a necessidade de ter que deixar as crianças sem acompanhamento e irá contribuir para reduzir a taxa de abandono escolar.
- Serão necessárias rações alimentares já em Outubro. Depois dessa altura, muitas famílias terão esgotado as suas reservas alimentares. O valor reduzido do gado comparativamente ao dos cereais significa que muitas famílias irão ter dificuldades em comprar alimentos e sem ajuda serão forçadas a ter que reduzir ainda mais os níveis de consumo que já estão estrangulados.
- Serão necessárias reservas de sementes antes da próxima campanha agrícola. Se as chuvas em 2016-2017 forem boas, irá ser interrompido o ciclo de colheitas antecipadas e a escassez de sementes.
- O repatriamento das crianças irá eliminar os riscos imediatos e de longo prazo com que se deparam as crianças migrantes. Já existem programas de reforço dos recursos necessários no sentido de assegurar que as crianças permaneçam com as suas famílias.
- Restabelecimento do programa alimentar nas escolas nas zonas mais afectadas pela seca. As escolas que fornecem água e refeições estão a encorajar a frequência escolar, a reduzir as taxas de abandono escolar e de risco de exclusão social futuro

Necessidades de recuperação a médio prazo:

- Diversificação do modo de vida. Atualmente, todos os modos de vida estão expostos ao mesmo risco climático. Há uma necessidade urgente de diversificação dos modos de vida e de levar as pessoas a optarem por outras actividades que não sejam sensíveis ao clima. A diversificação irá reduzir a necessidade de estratégias de sobrevivência mais extremas, tal como a emigração, contribuindo para manter a estrutura da família e comunitária.
- Programas de alcance comunitário que demonstrem o valor das contribuições das mulheres para a economia familiar. Em termos culturais, a contribuição económica das mulheres para a economia familiar está subvalorizada, obrigando a uma diversificação económica do agregado. Os programas que trabalham com homens no sentido de alterar esta perspectiva irão contribuir para modos de vida mais diversificados e resilientes.
- Investimento nas actividades de subsistência realizadas pelas mulheres. Além do alcance, o investimento nas actividades, tais como a criação de cabras e de frangos, frequentemente da responsabilidade das mulheres, irá contribuir para diversificar a economia familiar e gerar mais receita em dinheiro.
- Programas de alcance comunitário concebidos para reduzir a emigração infantil. Além dos esforços de repatriamento, são necessários programas que visem as comunidades emissoras ajudando-as a manter os seus filhos em casa.
- Melhorar o programa de alimentação escolar no sentido de incluir as escolas em todas as áreas vulneráveis, permitindo reduzir as debilidades futuras das crianças e dos jovens derivadas do abandono escolar e dos sucessos académicos limitados.

Necessidades de recuperação de longo prazo:

- Infra-estrutura de transporte. Muitas comunidades estão situadas duas ou mais horas, de carro, do pequeno mercado mais próximo ou dos serviços públicos. A enorme dispersão da população, combinada com a dificuldade de acesso devido às redes viárias em muito mau estado, contribuem para as dificuldades na preparação, resposta e recuperação de eventos relacionados com a seca. Uma infra-estrutura de transportes com acessos mais fáceis aos serviços de saúde e de educação, irá facilitar o acesso à água e aumentar os preços à saída da exploração, diminuindo os custos comparativos de compra de cereais.

Metodologia

A equipa de campo visitou as três províncias e passou em média 4 dias em cada província. Foram recolhidos dados a nível provincial, (3), municipal (9), comunal (15) e de aldeia (20). A nível local, as pessoas para recolha dos dados foram identificados pela Protecção Civil. À chegada foram realizadas entrevistas a informadores-chave (IC) com representantes do sector e funcionários da Protecção Civil da província. Durante os dias subsequentes, a equipa visitou as comunidades locais. Foram realizadas entrevistas a informadores-chave, a administradores municipais e comunais. Nas aldeias, foram recolhidos dados graças a uma combinação de entrevistas individuais e a discussões em grupos focais (DGF). Sempre que possível, os participantes aos DGF foram divididos em quatro grupos diferentes. Estes últimos incluíram mulheres, homens, autoridades locais (Sobas e Secúlos), e jovens. O objectivo da composição diferente dos grupos era conseguir perspectivas distintas sobre a situação e fazer a triangulação dos dados. A recolha de dados concentrou-se na forma como a seca dos últimos quatro anos teve um impacto directo nas vidas e nos modos de vida e as maneiras com que as pessoas estão a enfrentar a situação. Os dados recolhidos incluíram mudanças no domínio da agricultura e na criação de gado, acesso à água, saúde, nutrição, segurança alimentar, coesão social, capital social, género e protecção social.



REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E RESILIÊNCIA

Análise do contexto

Riscos

Angola é muito frequentemente afectada por desastres associados à variabilidade e às alterações climáticas, designadamente secas e cheias. Outros riscos biológicos devido a doenças infecciosas ou devido à má gestão sanitária ou da água têm também um impacto para o país, acompanhados por enormes custos económicos e humanos.

As cheias são recorrentes e afectam as províncias do Cunene, Luanda, Moxico, Bengo, Cuanza-Sul Benguela, Bié, Huambo, Huíla, Namibe, Cabinda e a região oeste de Cuando Cubango. As secas também são frequentes e afectam em geral Cunene, Huíla e Namibe, apesar de outras províncias na região Central, Oeste e Sudoeste do país também puderem ser afectadas. Desabamentos, actividade sísmica, erosão pela água também afectam o país, mas com menos frequência. As doenças transmissíveis e outras doenças tal como a malária, doenças diarreicas e doenças respiratórias agudas, tifoide, cólera e tuberculose têm grande probabilidade de ocorrência em todas as províncias, algumas delas agravadas pela débil existência de inadequadas infra-estruturas de saneamento.

No período entre 1981 e 2016, o país assistiu a seis episódios de seca, 12 cheias e um surto epidémico devido ao vírus Marburg em 2005, tendo afectado no total quase 7 milhões de pessoas. A Tabela 12 apresenta 19 episódios mais graves nos últimos 35 anos, incluindo o número de pessoas afectadas por cada episódio.

Tabela 12. Episódios de desastres (1981-2016)

N.º	Tipo de episódio	Ano	População afectada	N.º	Tipo de episódio	Ano	População afectada
1	Seca	1981	80.000	11	Cheias	2010	192.061
2	Seca	1989	1.900.000	12	Cheias	2011	16.670
3	Cheias	1989	100.000	13	Cheias	2012	28.567
4	Seca	1997	105.000	14	Seca	2012	932.927
5	Cheias	2004	331.700	15	Cheias	2013	120.352
6	Marburg	2004-2005	357	16	Cheias	2014	96.209
7	Seca	2005	500.000	17	Seca	2014	1.317.172
8	Cheias	2007	94.972	18	Cheias	2015	73.559
9	Cheias	2008	52.346	19	Cheias	2016	427.668
10	Cheias	2009	213.502				

Nos últimos 35 anos registaram-se 19 desastres, tendo sido afectadas um total de 6.583.062 de pessoas.

Fonte EM-DAT e NCPC

Vulnerabilidades

Angola alcançou a independência apenas em 1975 e está ainda a recuperar de um longo período de guerra civil e em consequência disso, o nível de vulnerabilidade é elevado em termos de desenvolvimento socio-económico, mas também em termos de capacidade institucional e infra-estrutura física.

Tal como referido anteriormente neste relatório, grande parte da população ainda vivem em pobreza e sem o acesso adequado aos serviços básicos. 32% dos agregados familiares tem acesso à electricidade e somente 44% dos agregados⁴⁸ tem acesso às fontes apropriadas de água potável (22.4% nas zonas rurais)⁴⁹. Estima-se que 60% dos agregados a nível nacional utiliza locais apropriados para defecar, apesar de nas zonas rurais ser 26%. Actualmente, apenas cerca de 30% dos agregados familiares tem acesso às instalações de saúde do Estado e a malnutrição afecta gravemente 30% das crianças com menos de 5 anos de idade que sofrem de atraso de crescimento⁵⁰.

Angola ocupa um dos últimos lugares em termos de índice de desenvolvimento humano. O IDH de Angola em 2014 era 0,532— o que coloca o país na posição 149 dos 188 países e territórios. A taxa de pobreza rural atinge quase 58%, em contraste com a taxa de pobreza urbana que não atinge 30%⁵¹.

As regiões sul e sudoeste de Angola que incluem as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe se estende para sul de Benguela representam um espaço ecológico frágil com populações que praticam predominantemente uma agricultura agro-pastoril de subsistência e a pastorícia. Trata-se de uma região marginalizada com níveis de desenvolvimento socio-económicos mais baixos do que outras províncias.

Em muitas zonas, não existem instalações de saneamento adequadas e as defecações a céu aberto são uma prática comum. Na Huíla, 35,5% dos agregados familiares tem acesso a água potável, ao passo que no Namibe a taxa é de 48%. No Cunene apenas 23% dos agregados familiares tem acesso a água e menos de 12% dos agregados tem acesso a instalações de saneamento. No Cunene apenas 11,7% dos agregados familiares tem electricidade, ao passo que na Huíla são 16%, muito abaixo da média nacional.

O elevado nível de vulnerabilidade física, social, económica e institucional, explica-se pelos longos anos de guerra e instabilidade no país, conjugados com a pouca capacidade para fazer face ao impacto negativo das desastres, resultando em elevados níveis de risco.

Mecanismos institucionais de resposta e RRD

O Sistema Nacional de Protecção Civil de Angola foi criado em 2003, e tem como missão facilitar a coordenação inter-sectorial e as sinergias no âmbito da prevenção, redução, prontidão, resposta de emergência e recuperação transversal a todos os sectores, nos diferentes níveis do Estado. O sistema é composto por:

Conselho Nacional de Protecção Civil - um órgão inter-ministerial de consulta presidido pelo Presidente da República e integrado pelos ministros dos Departamentos ministeriais. A coordenação da resposta aos desastres é feita pelo Presidente.

⁴⁸ Um agregado médio em Angola é composto por 4,6 membros.

⁴⁹ Fontes adequadas de água potável ligadas à rede pública, fonte pública, bomba de bombagem, cacimba ou nascentes protegidas.

⁵⁰ Banco Africano de Desenvolvimento, 2011, Angola 2011-2015 Plano Estratégico Nacional.

⁵¹ PNUD, 2015, relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2015.

Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) - um órgão especializado responsável pela assistência técnica e pela coordenação das operações. Esta Comissão está sob a alçada do Ministro do Interior e é composta por representantes dos ministérios e de todas as instituições especializadas. As medidas de resposta são coordenadas pelo Ministro do Interior.

A Comissão Nacional de Protecção Civil é tecnicamente apoiada pelo Secretariado Executivo da Comissão Nacional de Protecção Civil, órgão multi-sectorial permanente coordenado pelo Comandante Nacional da Protecção Civil e Bombeiros.

Esta estrutura nacional está reproduzida a nível provincial e municipal através dos Comissões Provinciais e Municipais da Protecção Civil (CPPC e CMPC), que são coordenadas pelos Governadores Provinciais e Administradores Municipais.

A coordenação entre o sistema nacional e as Nações Unidas e seus parceiros é feita através da a coordenação entre o sistema nacional e as Nações Unidas e seus parceiros é feita pela CNPC, mas também através de grupos técnicos que podem contar com o apoio e participação de todos os parceiros. Numa situação de crise, os grupos técnicos estão organizados de acordo com os sectores de resposta.

Em 2013, o Governo de Angola criou uma Comissão Inter-ministerial que iria coordenar todos os esforços sectoriais de apoio à população afectada no país, dirigida pelo Ministro do Planeamento e composta pelos titulares de MINAGRI, MINEA, MINARS, MAT, e MININT.

Nos anos mais recentes, a CNPC alcançou várias metas, tanto em termos de estrutura de governação e de iniciativas de Redução de Risco de Desastres, cabendo destacar entre elas:

- 2007: Sistema de Alerta Rápida de Cheias na província de Benguela
- 2008: Integração da gestão de riscos de desastres nos programas escolares.
- 2010: Adopção do Plano Nacional de Prevenção de Desastres, Contingência, Resposta e Recuperação. Este plano introduziu pela primeira vez no país o conceito de recuperação.
- 2010: O Centro Nacional de Coordenação Operacional (CNCO) criado pelo Decreto Presidencial 229/10.
- 2011: Plano Estratégico de Gestão dos Riscos com enfoque na redução da pobreza e adaptação às mudanças climáticas 2009/2014 que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável através da redução das vulnerabilidades e dos efeitos dos desastres, com prioridade geográfica nas zonas geográficas com maiores níveis de pobreza e degradação ambiental.
- 2015: Foi aprovado o Plano Nacional de Prevenção de Desastres, Contingência, Resposta e Recuperação, PNPCRD 2015-2017. O Capítulo A deste plano prevê a elaboração de um Quadro Nacional de Recuperação até 2016, sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Protecção Civil com a participação do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial.
- 2015: Aprovação do Plano Estratégico para a Prevenção de Desastres e Redução dos Riscos. O plano é considerado como uma contribuição para o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento (2013-2017), e a estrutura de acordo com Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres n 2015- 2030.
- 2015: Elaboração de Planos Provinciais de Prevenção de Desastres, Contingência, Resposta e Recuperação para Cunene, Huíla e Namibe.

- 2015: Sistema de Alerta Rápida na província de Cunene (Rio Cunene) em funcionamento.

Perdas e danos

A seca não causou qualquer dano à infra-estrutura ou ao equipamento relacionado com a RRD. Em termos de perdas, as estimativas relativas a este sector baseiam-se no montante total gasto ou executado pelo Governo em resposta à crise suscitada pela seca, começando pelo fornecimento de transporte e de apoio logístico da Protecção Civil (CNPC) no sentido de facilitar a resposta ao problema da seca. Estima-se que as perdas no âmbito da redução do risco de desastres se elevem a US\$ 8,1 milhões ou AKZ 1,3 mil milhões, o que representa aproximadamente 4% das despesas totais do Estado, USD 192,5 milhões, no âmbito da resposta ao problema a seca (AKZ 18,78 mil milhões)⁵².

Necessidades de recuperação

Durante o PDNA, e ao serem definidas as necessidades de recuperação no âmbito da redução do risco de desastre, foram identificados os seguintes constrangimentos:

- A capacidade de resposta do Estado é limitada, devido às limitações institucionais, tal como recursos humanos, infra-estrutura de logística e equipamento, e conhecimentos técnicos. Esta realidade abrange todos os Ministérios, mas também a Protecção Civil.
- A capacidade do Estado para dar resposta também é limitada devido à despesa pública reduzida e às transferências para as províncias do nível central, como consequência das receitas em queda e à crise económica que assola o país.
- O processo de planeamento da prevenção e redução dos riscos é afectado pela emergência da resposta aos desastres. Neste sentido, as prioridades das províncias estão ainda concentradas na resposta à seca.
- O planeamento e a execução da recuperação ainda não são processos que se encontrem integrados e institucionalizados pelo Governo, para além de ser necessário desenvolver mais competências para reforçar o processo de recuperação hoje e no futuro.

Para resolver os desafios referidos anteriormente e, no sentido de garantir uma recuperação resiliente no âmbito da seca, foram identificadas medidas chave na estratégia de recuperação na RRD que devem ser executadas de forma faseada, tal como descrito mais abaixo:

A curto prazo (6 meses - 1 ano):

- a) Apoio logístico e equipamento adicional no sentido de permitir dar resposta aos efeitos da seca e à continuação da recuperação, em especial no que diz respeito ao reforço da capacidade da Protecção Civil que desempenha um papel vital no processo.
- b) Elaboração do Quadro de Recuperação com base nos resultados do PDNA, tal como estabelecido no PNPCRD, sob a coordenação da Comissão Nacional da Protecção Civil.

A médio prazo (1-2 anos):

⁵² Trata-se de perdas estimadas, com base em dados fornecidos pelo GdA e pelas NU e que não foram desagregadas por sector. Fonte: Relatório de balanço da implementação do plano de contingência sobre os efeitos da seca, Abril de 2015.

- a) Execução dos programas/projectos sectoriais integrados para uma recuperação resiliente.

No âmbito do Planos de Desenvolvimento Nacionais e Provinciais serão elaborados e executados programas sectoriais específicos com o objectivo de aumentar a resiliência das comunidades à seca.

- b) Reforço das capacidades técnicas dos Membros do pessoal da Protecção Civil nas três províncias afectadas, através de uma formação relativa à capacitação a nível nacional e internacional para um grupo nuclear, que irá em seguida reproduzir a formação a outros colegas.

A longo prazo (2-4 anos):

- a) Estabelecimento de Centros de Contingência nas províncias para melhor gestão dos inventários.

Serão criados centros de contingência para armazenar produtos de base através de mecanismos de gestão locais, no sentido de melhorar a adequação e a eficácia das repostas.

- b) Operacionalização dos Centros Operacionais da Coordenação Regional da Prevenção e Redução de Riscos.

As necessidades estão resumidas nas quatro linhas que se seguem sobre a intervenção, orientada para o reforço do Sistema Nacional de Protecção, coordenação inter-sectorial e a sua capacidade para dar apoio às comunidades locais na distribuição de produtos de base, tal como água, alimentos e instalações sanitárias.

- Reforço da capacidade da Protecção Civil para apoiar o programa de recuperação resiliente à seca
- Reforço dos sistemas de alerta precoce da seca e sistemas de acompanhamento em matéria de segurança alimentar na região
- Reforço da governação em matéria de RRD a nível local, provincial e nacional (coordenação, apoio técnico)
- Reforço da capacidade logística da Protecção Civil a nível provincial e local.

Estima-se que as necessidades sejam na ordem dos USD 12 milhões, estando os detalhes apresentados na secção sobre a análise das necessidades e da recuperação.

Redução do risco de desastre e adaptação às mudanças climáticas

De acordo com a Comunicação Inicial de Angola à Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas⁵³, há uma compreensão limitada dos factores que contribuem para as variações climáticas no país e sobre o impacto potencial das mudanças climáticas. Os modelos climáticos África austral não incluem Angola, nem a República Democrática do Congo, devido à falta de dados sobre estes dois países. É por esta razão que o país precisa de ter em consideração o impacto esperado das mudanças climáticas em outros países vizinhos. Os modelos de clima regionais indicam que o tempo na Namíbia será mais seco no futuro, tal como também será o caso em outros países a sul de Angola, daí que haja probabilidades de que esta tendência venha a ser semelhante na região sul de Angola. Em contrapartida, há determinados factos apurados a partir dos modelos dos países vizinhos que indicam que nas regiões este e nordeste de Angola poderá vir a observar-se uma pre-

⁵³ GdA, Comunicação Inicial de Angola à Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

precipitação mais forte no futuro, bem como uma maior incidência de pluviosidades extremas.

O aumento das temperaturas terá um impacto negativo na produção agrícola devido ao aumento da evaporação e transpiração. As mudanças na precipitação e na hidrologia afectam os cultivos molhados e secos. Os impactos irão depender da zona do país, dos sistemas agrícolas usados em cada área e das vulnerabilidades actuais. Por exemplo, na planície central, nos anos com períodos de seca prolongados durante a estação das chuvas, as colheitas são mais reduzidas. Mais a sul, há sinais de redução do nível de precipitação e aumento da variabilidade da precipitação. O acesso às sementes adaptado às condições locais e à variabilidade climática é difícil e contribuem para uma ainda maior vulnerabilidade.

Os aumentos da temperatura também podem ter um impacto no sector de criação de gado, devido às mudanças na distribuição geográfica de doenças (tal como a doença do sono) ou à disponibilidade de água nas regiões de pastorícia do sul de Angola.

Um estudo do Governo sobre a capacidade dos ministérios, instituições públicas, administrações locais e universidades revela que na maior parte destas instituições não existe consciência suficiente sobre as mudanças climáticas ou até uma compreensão do seu impacto para os diferentes sectores ou actividades de cada instituição. A grande maioria (90%) dos inquiridos no âmbito deste estudo fez saber que havia uma necessidade de reforço institucional para resolver os desafios colocados pelas mudanças climáticas.

Dado o impacto esperado das mudanças climáticas na região sul de Angola, tendo como base os modelos para a Namíbia, a estratégia de recuperação dos efeitos da seca devia ter em consideração o aumento provável da frequência e escala das secas futuras nas três províncias afectadas. Recomenda-se que os esforços a nível nacional e provincial de adaptação às mudanças climáticas sejam apoiados neste esforço de recuperação em questão.

A avaliação das necessidades pós desastre no âmbito da RRD conclui que em regiões, como as províncias do sul de Angola onde os meios de subsistência assentam-se sobretudo na agro-pastorícia e estão altamente dependentes das chuvas, é imperativo realizar uma actuação conjunta no sentido de atender às necessidades da redução do risco de desastre e à adaptação às alterações climáticas e, dessa forma, aumentar a resiliência e melhorar as capacidades de resposta das comunidades locais. Este seria um elemento chave na formulação de uma estratégia de recuperação resiliente bem-sucedida.



COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Os efeitos sobre o comércio e a indústria têm uma importância mínima em termos de número de estabelecimentos e postos de trabalho criados. Relativamente ao volume e ao valor das actividades industriais por subsector e município, foram obtidos por parte do Ministério da Industria. A impressão geral é que a seca não afectou o sector do comércio já que a maior parte das perdas no sector agrícola não se verificam na economia de mercado, mas sim no mercado informal, nas actividades de auto-subsistência e pequenas comunidades isoladas.

A taxa de crescimento do comércio e da indústria nas três províncias não mostra um padrão de mudança relacionado com a seca, nem da taxa de emprego nestes sectores. As pequenas compras do Estado no sentido de prestar a assistência podem até ter tido um efeito positivo e os homens e jovens do campo que se dedicam à pastorícia poderão ter ido viver para as zonas urbanas ou emigrado para a vizinha Namíbia.

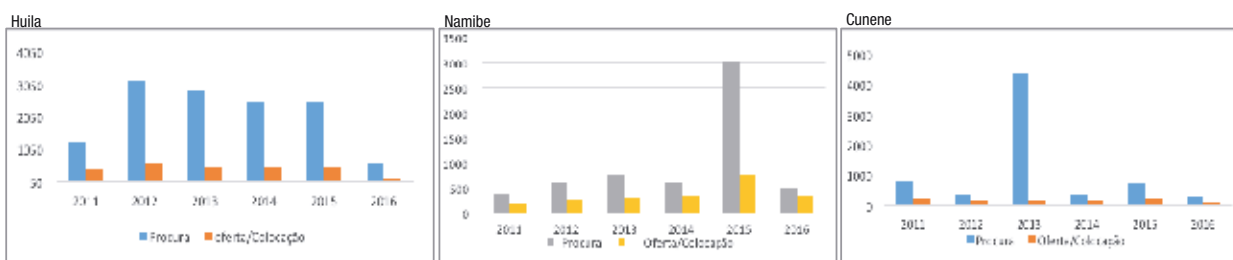
Emprego, actividades comerciais e industriais

O impacto nos sectores do comércio e indústria foi fornecido através dos dados do Ministério da Industria a nível nacional e provincial mostram que as actividades das empresas de comércio variaram sem que haja uma tendência definida.

Tal como consta na Figura 28 abaixo, o número de candidatos a emprego aumentou, provavelmente porque os homens procuram trabalho no sentido de compensar a sua perda de meios de subsistência. Na Huíla, o número de candidatos a emprego foi significativamente elevado entre 2012 e 2015, ao passo que Namibe atingiu um pico em 2015 e Cunene em 2013. Em termos de divisão por género, a informação obtida indica que são os homens quem tende a mudar-se para ir à procura de emprego, apesar de no caso do Cunene e do Namibe em 2012 e em 2015 terem sido mais as mulheres à procura de emprego.

Fig. 28: Candidatos a emprego vs. Oferta no sector do comércio; e candidatos a emprego por género.

Pessoas à procura de emprego vs. oferta de emprego no sector comercial



Pessoas à procura de emprego segmentados por sexo



IMPACTOS MACROECONÓMICOS E ORÇAMENTAIS

De um modo geral, apesar da sua gravidade, a seca não afetou o comércio e a indústria, nem teve um impacto no nível macroeconómico, levando a uma queda nominal estimada do PIB de apenas 0,08% no período 2012-2016, relativamente à situação pré-seca. Importa sublinhar que as dificuldades na recolha de dados e a consequente escassez de informações detalhadas limitam muito a análise e as conclusões da avaliação macroeconómica. O sector económico mais atingido foi a agricultura, mas dada a sua reduzida dimensão relativamente à economia do petróleo, o evento não teve efeitos relevantes sobre a inflação, a balança comercial ou as receitas do governo. No plano orçamental, a principal preocupação é que, num contexto de diminuição das receitas (devido à queda dos preços do petróleo), os recursos orçamentais para a resposta, mitigação e prevenção da seca sejam muito limitados.

1.1 Contexto económico pré-seca

Em Angola, uma economia fortemente dependente do petróleo, a queda dos preços do crude desde meados de 2014 teve um impacto económico significativo, incluindo uma forte desvalorização do kwanza, uma descida das taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do sector petrolífero e uma redução drástica do orçamento nacional dada a ainda muito elevada dependência do petróleo para as receitas nacionais. Desde 2015, a economia angolana tem vindo a abrandar como se vê na Fig. 29. O crescimento do PIB desacelerou para 3% em 2015 e deverá ficar próximo de zero em 2016.

Fig. 29: Evolução comparativa do PIB petrolífero e não-petrolífero



Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017

Em termos orçamentais, a queda do preço do petróleo levou à queda das receitas do Estado. As receitas apresentaram um declínio acentuado de 11 pontos percentuais (p.p.) do PIB em 2015. As receitas não petrolíferas registaram um pequeno aumento, mas não compensam a redução das receitas petrolíferas. O governo aumentou recentemente o imposto sobre o consumo de vários produtos – principalmente nos bens de luxo, mas também aplicou o mesmo imposto aos combustíveis para ajudar a impulsionar as receitas em 2016.

O governo também respondeu com cortes nas despesas e, recentemente, reviu o orçamento de 2016 de modo a reflectir a maior deterioração do ambiente macro. Com perspectivas de crescimento inferiores ao inicialmente esperado (1,1% contra 3,3% no orçamento inicial), o preço médio do crude de US\$ 37,5/barril no primeiro semestre, a desvalorização de 23% do kwanza e a inflação acima dos 30%, o governo procedeu a uma revisão orçamental. Esta revisão teve um impacto negativo nas despesas do sector social, que foram reduzidas em cerca de 8%.

As exportações de Angola são dominadas pelo petróleo, sendo o preço do crude o determinante mais importante no valor global das exportações do país. As exportações totais de Angola atingiram os 59,2 mil milhões de dólares em 2014, comparativamente a 68,2 mil milhões de dólares em 2013. Nos últimos 10 anos, as exportações de petróleo representaram uma média anual de 97% das exportações de Angola. Em 2014 e 2015, a participação do petróleo nas exportações totais manteve-se em torno do mesmo nível. Um efeito directo da queda dos preços do petróleo tem sido a redução das exportações dessa matéria-prima, acompanhada de uma redução das entradas de moeda estrangeira (Angola é fortemente dependente das exportações de petróleo para gerar divisas). O aumento das exportações de petróleo em termos de volume em 2015 não conseguiu compensar os seus preços mais baixos.

A inflação anual atingiu 38,2% em Agosto e continua a aumentar, refletindo a desvalorização de 69% do kwanza relativamente ao dólar desde Setembro de 2014, e condições monetárias frouxas. O principal motor da inflação foi a desvalorização cambial (oficial e paralela), os aumentos das taxas de imposto, a escassez de bens devido a importações restritas e a redução de subsídios para combustíveis e serviços públicos.

1.2 Impacto geral no PIB

Apesar da severidade das secas de 2012-2014, estes eventos tiveram um impacto limitado na economia angolana, uma vez que a agricultura, o sector mais afectado, tem um peso relativamente pequeno em comparação com a economia petrolífera: de 2003 a 2013, a quota-parte da agricultura no valor acrescentado total foi, em média, de 5,5%, enquanto a quota-parte do sector do petróleo e gás foi, em média, de 44%.

O impacto incremental das secas no PIB no período 2012-2016 está estimado em -0,08% (Tabela 13). Em termos nominais, de 2012 a 2016, estima-se que o PIB seja inferior em cerca de 53,4 mil milhões de kwanzas, relativamente às projecções anteriores às secas.

Tabela 13: Impacto no PIB (preços correntes, em milhões de kwanzas)

Sector	Coef. VA	2012-2016 (milhões de kwanzas)				Variação (%)
		Perda	Impacto no PIB	PIB Esperado	PIB Revisto	
Agricultura	0.73	70,700	51,459	6,815,644	6,764,185	-0.755
Água e Energia	0.54	900	482	125,253	124,771	-0.385
Outros sectores	0.62	2,500	1,544	55,214,385.42	55,212,842	-0.003
Total		74,100	53,485	62,155,282	62,101,797	-0.086

Fonte: Relatórios sectoriais do PDNA, INE - Departamento de Contas Nacionais e Coordenação Estatística, e estimativas dos técnicos do Banco Mundial.

O maior impacto sobre o PIB vem de perdas na agricultura, que levaram a uma queda o PIB na ordem dos 51.4 mil milhões de kwanzas entre 2012-2014. As perdas nominais no sector da agricultura representam um declínio de 0,7% em relação às projecções de referência do PIB agrícola. Importa notar, porém, que após o declínio da produção agrícola em 2012, foram tomadas medidas para impulsionar a actividade no sector. Portanto, o impacto cumulativo global de 2012 a 2016 reflecte os esforços de mitigação em vigor desde as primeiras fases do evento.

1.3 Impacto orçamental

Como o Estado depende principalmente das receitas do petróleo, as perdas no sector agrícola não afectaram significativamente as receitas fiscais e, num contexto de queda das receitas do petróleo, registaram-se transferências limitadas do nível central para as províncias.

Em Angola, as receitas fiscais a nível provincial são transferidas para o Tesouro Geral e os recursos efectivamente disponíveis para as províncias dependem das afectações previstas no orçamento geral. Nalgumas províncias, a sua contribuição para o Tesouro Geral excede as afectações previstas. Os funcionários locais destacaram uma grande incerteza quanto à disponibilidade de recursos e, nalguns casos, disseram ter recebido menos do que as verbas originalmente orçamentadas.

Embora as transferências para as três províncias mais afectadas tenham aumentado desde 2010, constata-se que a taxa de crescimento das transferências do governo central para as províncias afectadas pela seca tem diminuído. De facto, desde 2013, a resposta nacional à seca, através do seu plano de contingência para a seca, deparou-se com a dificuldade de recursos orçamentais limitados.

Tabela 14: Evolução das dotações orçamentais para as províncias afectadas pela seca.

Milhões de Kwanzas	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências para as 6 províncias afectadas pela seca	109,026	174,116	212,055	247,649	274,067
Transferências para as 3 províncias mais afectadas	58,719	81,584	100,566	124,867	136,870
Transferências para as 6 províncias afectadas pela seca em % do total	3.4%	4.0%	4.7%	4.0%	4.0%
Transferências para as 3 províncias mais afectadas em % do total	1.8%	1.9%	2.2%	2.0%	2.0%
Taxa de crescimento (para as 3 províncias mais afectadas)		39%	23%	24%	10%
Taxa de crescimento das transferências		60%	22%	17%	11%

Fonte: República de Angola, Ministério das finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

De um modo mais geral, no sector da agricultura, a despesa pública tem vindo a diminuir também. A participação da agricultura no orçamento nacional em 2013 foi de 702 milhões de dólares; em 2014, de 597 milhões de dólares; e em 2015, de 544 milhões de dólares. Este declínio reflecte a redução geral da despesa pública associada à crise do petróleo no país e ilustra que, numa perspectiva orçamental, o principal problema relativo à seca de 2012-2016 é a falta de espaço para acomodar no orçamento a resposta à seca, incluindo a mitigação e prevenção de secas a mais longo prazo.

1.4 Impactos sobre a Inflação e o Sector Externo

No que respeita ao sector externo, a seca prolongada não teve grande impacto sobre a balança comercial, como se pode constatar na tabela 15, pois as exportações comerciais não foram afectadas, apesar do aumento da distribuição de alimentos para a população afectada e consequente aumento de importação de alimentos.

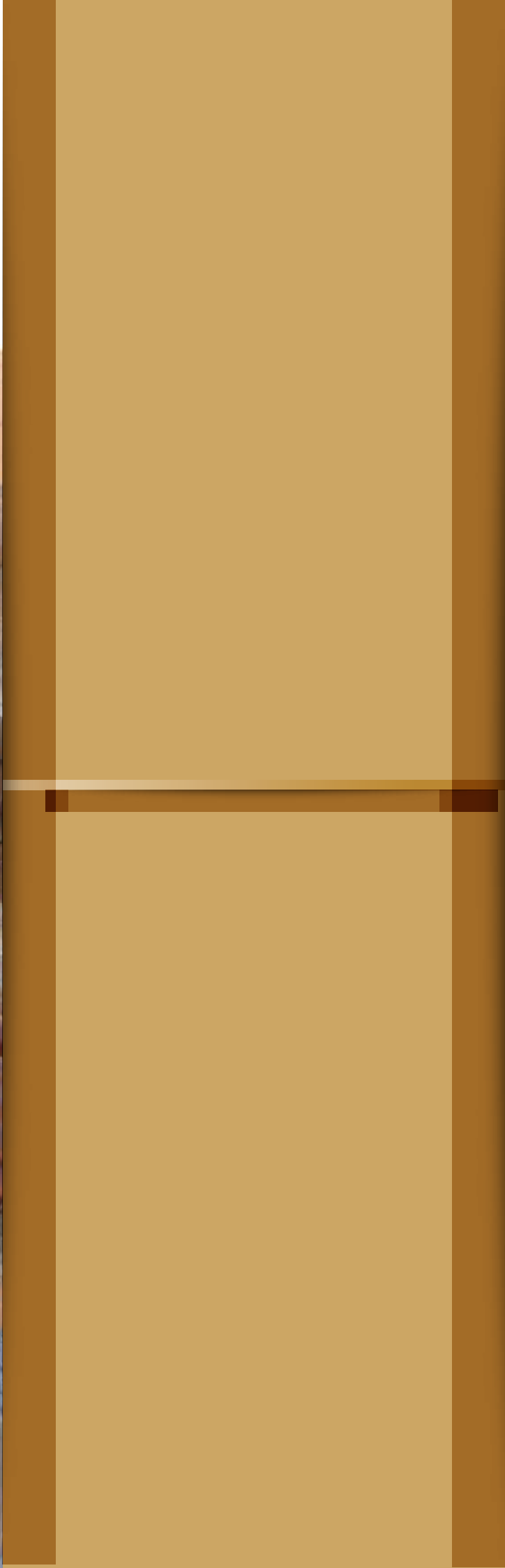
Tabela 15. Balança comercial externa

	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações totais	4,852,940	6,243,818	6,777,367	6,543,972	5,761,440
Exportações agrícolas	2,645	2,397	4,254	4,814	4,940
Sector petrolífero	4,751,404	6,132,211	6,666,927	6,433,497	5,637,526
Importações totais	1,672,813	1,955,950	2,766,106	2,680,598	2,818,495
Importações agrícolas	161,305	225,569	334,675	297,880	259,312
Importações de alimentos	94,614	141,270	216,493	188,614	173,886
Outros	1,416,894	1,589,111	2,214,938	2,194,104	2,385,297
Total da balança comercial	3,180,127	4,287,868	4,011,261	3,863,374	2,942,945
Saldo Agrícola	-158,660	-223,172	-330,421	-293,066	-254,372

Fonte: Angola, 40 anos de estatística, 1975-2015

As variações de preços causadas por perturbações na produção agrícola devido à seca foram menores em comparação com as principais determinantes das flutuações de preços em Angola no período 2012-2016. De 2012 a meados de 2014, o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) apresentou uma tendência decrescente. Desde meados de Junho de 2014, a inflação em Angola tem aumentado de forma constante, após um mínimo recorde de 6,89% em Junho de 2014, e quase duplicou (14,3%) em 2015. Os preços no produtor seguiram um padrão semelhante: de 6,05% no final de 2014 a 11,3% em Novembro 2015. Actualmente, o principal factor de inflação foi a desvalorização cambial (oficial e paralela), aumentos de impostos e redução de subsídios para combustíveis e serviços públicos.





RESPOSTA À SECA E COORDENAÇÃO

Desde 2012 que o Governo e a comunidade internacional têm prestado ajuda humanitária em auxílio às populações afectadas pela seca, principalmente nas províncias do sul. Em 2012, a Equipa das Nações Unidas em Angola (UNCT) lançou uma resposta conjunta à seca em colaboração com o Governo de Angola e com apoio do CERF, Fundo Central de Resposta à Emergência. O CERF foi aplicado em resposta à seca durante o calendário agrícola 2011-12, marcado por um défice de precipitação superior a 60% face aos anos normais. O Ministério da Agricultura, (MINAGRI), concluiu uma análise da segurança alimentar em 11 províncias, cujas conclusões indicam que a produção agrícola em geral e a produção de cereais em particular sofreram uma queda de 30%, em média, estimando-se que tenha afectado 1,8 milhões de pessoas, especialmente nas províncias do Bengo, Cuanza-Sul, Benguela, Huíla, Namibe, Cunene, Moxico, Bié, Huambo e Zai⁵⁴.

Em 2012 a comunidade internacional mobilizou 6,5 milhões de USD⁵⁵. Deste montante, o mecanismo de resposta rápida do CERF mobilizou 5,1 milhões de USD para projectos humanitários, destinados a: a) prestar ajuda alimentar e cuidados vitais de emergência a crianças com menos de 5 anos de idade que sofrem de subnutrição global aguda de modo a reduzir para menos de 5% a taxa de mortalidade de crianças em estado de subnutrição aguda moderada (SAM) internadas e tratadas em centros terapêuticos de reabilitação; b) aliviar 16.550 famílias afectadas pela seca em três províncias; e c) permitir às famílias afectadas pela seca melhor ultrapassar situações semelhantes no futuro. Os projectos foram implementados em colaboração com o MINAGRI, com o Ministério da Saúde (MINSa) e com o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS)⁵⁶.

Em 2013 a comunidade internacional aumentou as contribuições de modo significativo, as quais alcançaram um valor total de 13,4 milhões de USD e foram distribuídas principalmente por três áreas chave de apoio: alimentação (91,3%), segurança alimentar (7,9%) e redução do risco de desastre (0,7%)⁵⁷.

Em 2013 o Governo de Angola criou um plano de resposta multisectorial, o qual consistia na distribuição de alimentos e de produtos não alimentares, a construção de furos e a distribuição de água através de autotanques, de factores de produção agrícola, da construção e reabilitação de barragens e de apoio em matéria de saúde e alimentação. Este plano de resposta, dispondo de um orçamento de cerca de 234 milhões de USD ou 38 mil milhões de AKZ, tinha como alvo a população mais vulnerável nas províncias afectadas pela seca de Benguela, Cuanza Sul, Huíla, Cunene, Namibe e Cuando Cubango. Ao mesmo tempo, o Governo de Angola criou uma Comissão Interministerial que tinha por missão coordenar todas as respostas humanitárias sectoriais, liderada pelo Ministro do Planeamento e abrangendo o MINAGRI, o MINARS e outros ministérios.

Em 2015-16 a época agrícola foi novamente afectada por seca associado ao El Niño, seca essa que afectou uma grande parte da África Austral. Em Outubro de 2015, o Governo de Angola criou uma comissão interagências para avaliar a situação e apresentar recomendações de resposta. Em Novembro de 2015 a FAO efectuou uma avaliação rápida da alimentação e dos géneros alimentícios em colaboração com as Direcções Provinciais de Saúde (DPS) e da Agricultura (DPA) nas províncias afectadas do Cunene, do Cuando Cubango, da Huíla e do Namibe. Com base nas avaliações realizadas, a Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) preparou o programa Presidencial de Ajuda destinado a apoiar as populações afectadas.

Em Janeiro de 2016, uma equipa das Nações Unidas visitou a província do Cunene e avaliou a situação dramática, confirmando a necessidade de ajuda humanitária em apo-

⁵⁴ CERF, 2013, Relatório do Coordenador Interino/Humanitário de 2012 sobre a Utilização de Fundos do CERF.

⁵⁵ Revisão dos mecanismos de coordenação e resposta à seca no Sul de Angola, Março 2014, relatório ONU

⁵⁶ CERF, 2013, Relatório do Coordenador Interino/Humanitário de 2012 sobre a Utilização de Fundos do CERF.

⁵⁷ Revisão dos mecanismos de coordenação e resposta à seca no Sul de Angola, Março 2014, relatório ONU

io aos esforços do Governo de Angola. A ajuda de emergência da ONU deu resposta às necessidades de 585.000 pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo prestado ajuda nos domínios da Saúde, Alimentação, Água, Saneamento e Higiene (WASH), Segurança Alimentar e Agricultura, nas três províncias-alvo do Cunene, da Huíla e do Namibe.

No âmbito da Comissão Regional Permanente Interagências (RIASCO), Angola desenvolveu um plano de acção em conjunto com outros países da África Austral afectados pela seca, destinado a prestar assistência nas províncias mais afectadas do sul, nomeadamente Benguela, Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Cuanza-Sul e Namibe. Os fundos necessários para responder às necessidades eram de 69 milhões de USD, dos quais foram recebidos 8 milhões de USD.

Com vista a reforçar a coordenação, a ONU estabeleceu uma Equipa de Gestão de Emergência com um funcionário de campo para a área humanitária baseado em Ondjiva, Cunene, para coordenar esforços, criar sinergias e manter a ONU e o Governo actualizados sobre as respostas em curso.

Todavia, o Governo reconheceu a necessidade de desenvolver um programa de médio a longo prazo para reforçar a resiliência das comunidades afectadas pela seca naquelas províncias e para romper o ciclo recorrente de secas, com base nos resultados da Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA).

RESUMO DOS DANOS E PERDAS

A Tabela 16 abaixo apresenta um resumo dos danos e perdas estimados para as províncias do Cunene, Huíla e Namibe relativos a cada sector. Os danos totais em todos os sectores foram estimados em pouco mais de 297 milhões de USD ou 48,5 mil milhões de AKZ, enquanto as perdas totais foram estimadas em 452 milhões de USD ou 74 mil milhões de AKZ. As perdas globais são muito superiores aos danos, dado que as secas tipicamente não provocam destruições físicas, contrariamente a outros tipos de desastres.

Tabela 16: Danos e perdas totais no Cunene, na Huíla e no Namibe

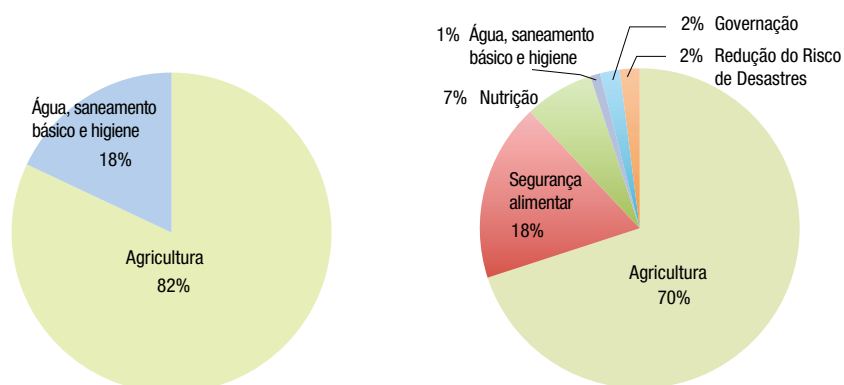
Sector	Dano milhões de USD	Perdas USD Milhões	Dano AKZ mil milhões	Perdas AKZ mil milhões
Agricultura	244,7	316,9	40,0	52,0
Segurança alimentar		82,0		13,3
Nutrição		32,8		5,4
Água, saneamento básico e higiene	52,5	5,3	8,5	0,9
Educação				
Ambiente				
Redução do Risco de Desastres		8,1		1,3
Governança		7,3		1,2
Total	297,2	452,4	48,5	74,1

Conforme mostra a Fig. 32 abaixo, o sector agrícola é claramente o mais afectado. Os danos totais do sector foram estimados em 244,7 milhões de USD (40 mil milhões de AKZ), o que representa aproximadamente 82% dos danos totais, enquanto as perdas do sector foram estimadas em 317 milhões de USD (52 mil milhões de AKZ), equivalente a 70% das perdas totais.

Relativamente ao sector da água, saneamento e higiene (WASH), os danos totais foram estimados em 52,5 milhões de USD ou 8,5 mil milhões de AKZ, enquanto as perdas foram na ordem dos 5,3 milhões de USD ou 0,86 mil milhões de AKZ.

A seguir à agricultura, as segundas maiores perdas registaram-se no campo da segurança alimentar, com 82 milhões de USD ou 13,3 mil milhões de AKZ, representando 18% das perdas totais. O sector da alimentação também sofreu perdas significativas avaliadas em 32,8 milhões de USD ou 5,4 mil milhões de AKZ.

Fig. 30: Distribuição dos danos e perdas



Necessidades de recuperação e orçamento

SECTOR	ACTIVIDADE	NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO					TOTAL AKZ
		Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	TOTAL USD (milhões)	TOTAL AKZ (mil milhões)	
AGRICULTURA							
Curto prazo	Reabilitação da produção de culturas (insumos Agric), variedades resistentes	34			34	5.50	5,531,173,414
	Aumentar a diversificação das culturas						
	Estabelecer pontos de rega para animais						
	Regeneração de pastagens						
	Vacinação animal e cuidados veterinários para animais afectados						
Médio prazo	Promoção da Agricultura Climática Inteligente para promover a resiliência e adaptação		152		152	24.70	24,727,598,792
	Reabilitação da infra-estrutura hídrica comunitária para apoio à irrigação						
	Melhorar os mecanismos de gestão multissetorial da informação e segurança alimentar e de nutrição, incluindo sistema de informação e vigilância da saúde animal						
	Promover atividades de diversificação de rendimento e agroindústria						
	Governança comunitária e abordagem de género						
	Infra-estruturas pecuária						
	Promoção da diversificação e repovoamento da pecuária						
Estudos de apoio sobre tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis em áreas propensas à seca							

Avaliação das Necessidades Pós-Desastre

Longo prazo	Reservas estratégicas de cereais, infra-estruturas e gestão						
	Apoiar a cadeia de valor do gado e a agroindústria para reforçar os subsectores			3	3	0.49	488,044,713
	Governação (capacitação, apoio técnico, coordenação e gestão da informação)						
Total Necessidades Agricultura		34	152	3	189	30.70	30,746,816,919
SEGURANÇA ALIMENTAR							
Curto prazo	Programas de redes de segurança e vales de dinheiro para as famílias mais vulneráveis;						
	Campanhas de comunicação	10			10	1.63	1,626,815,710
	Governação (capacitação, apoio técnico, coordenação e gestão da informação)						
Total Necessidades Segurança Alimentar		10			10	1.63	1,626,815,710
NUTRIÇÃO							
Curto prazo	Aquisição de Suplementos nutricionais						
	Revitalização e Criação de Unidades Especiais de Nutrição e PTPA						
	Reactivação das equipas municipais de Emergência						
	Reforço da Vigilância Epidemiológica						
	Busca activa das doenças resultantes da seca						
	Administração de Vitamina A às crianças menores de 5 anos	35				5.70	5,693,854,985
	Asseguramento regular em meios médico-medicamentosos						
	Supervisão periódica das intervenções do nível local						
	Capacitação de Técnicos de Saúde na Gestão Integrada da Malnutrição						
	Capacitação de Agentes comunitários						
	Reprodução de material para recolha de dados						
Médio prazo	Estabelecimento de uma Estratégia Comunitária						
	Melhoria do Sistema Logístico						
	Revitalização dos Postos Sentinela de Vigilância Nutricional		8			1.30	1,301,452,568
	Criação de Grupos de Apoio Comunitários						
	Criação de cozinhas Comunitárias						
	Revisão e padronização dos instrumentos de recolha de dados						
Longo prazo	Realização de Avaliações para acompanhamento da Implementação do Programa de Gestão de Malnutrição/ Estudos para conhecer a situação nutricional nas províncias afectadas pela Seca			5		0.81	813,407,855
	Governação (capacitação, apoio técnico, coordenação e gestão da informação)						
Total Necessidades Nutrição		35	8	5	48	7.81	7,808,715,408

ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE							
Curto prazo	Fornecimento de água potável para que as pessoas e os seus animais satisfaçam os requisitos mínimos	52.5				8.54	8,540,782,478
	Promoção do saneamento total liderado pela comunidade, CLTS e prevenção de doenças transmitidas pela água.						
	Promoção de práticas de higiene pública e pessoal para prevenir a propagação de doenças						
	Reforçar sinergias entre as direcções provinciais para melhorar a eficiência dos programas nacionais/provinciais						
	Promover processos participativos para a gestão da reabilitação dos pontos de água						
Médio prazo	Reabilitação de poços/furos (bombas de água, reparações, outras peças)	30				4.88	4,880,447,130
	Construção de furos						
	Captação de água para melhorar o acesso à água e a gestão sustentável da água						
Longo prazo	Estudo do sector da água, para identificar alternativas sustentáveis face à seca recorrente e às alterações climáticas			14		2.30	2,277,541,994
	Governança (capacitação, apoio técnico, coordenação e gestão da informação)						
Total Necessidades água, saneamento básico e higiene		52.5	30	14	97	15.78	15,780,112,387
EDUCAÇÃO							
Curto prazo	Reactivar e adaptar o programa de alimentação escolar (Programa de Merendimento Escolar (PME))	35				5.69	5,693,854,985
	Sensibilização e consciencialização para incentivar o regresso dos alunos às escolas						
	Prestação de serviços de água e saneamento às escolas locais para incentivar o regresso às escolas						
Médio prazo	Adaptação do calendário escolar à realidade das comunidades locais e à transumância	20				3.25	3,253,631,420
	Conceber programa curricular para alunos que fazem parte das comunidades pastorais						
	Capacitação de professores e desenvolvimento de material escolar para escolas móveis nas comunidades pastorais de transumância						
	Promover a horticultura nas escolas para crianças						
	Governança (capacitação, apoio técnico, coordenação e gestão da informação)						
Total Necessidades Educação		35	20		55	8.95	8,947,486,405

AMBIENTE							
Curto prazo	Promover a rotação do pasto e a gestão da manada, a cadeia de valor do gado	15				2.44	2,440,223,565
	Criação de viveiros florestais para a produção de mudas						
	Implementar o sistema de captação de água em áreas propensas à seca (abaixo do água, saneamento básico e higiene)						
Médio prazo	Subprograma de realçamento da fileira de PFM: Fomento da produção de PFM	23				3.74	3,741,676,133
	Estabelecimento de plantações florestais de proteção comunitária e de investigação						
	Controle da erosão do solo através de métodos orgânicos						
	Detenção da degradação da terra, promoção de técnicas SLM e pastagens rotativas						
	Melhorar a cadeia de valor da pecuária (SOB AGRIC)						
Longo prazo	Mapa de áreas de risco de erosão	10				1.63	1,626,815,710
	Combate à desertificação no Litoral e Cunene						
	Sistema de monitorização e gestão de dados do clima						
	Estudo do impacto da mudança climática na região sul						
Total Necessidades Ambiente		15	23	10	48	7.81	7,808,715,408
IMPACTO SOCIAL							
Curto prazo	Reinstituir o programa de alimentação escolar, garantir água e saneamento nas escolas para incentivar o regresso às escolas e prevenir o abandono escolar	Sector					
	Abastecimento de água, para reduzir a carga de trabalho das mulheres e crianças e para diminuir as taxas de abandono escolar						
Médio prazo	Reforçar os programas existentes para incentivar o repatriamento infantil (reduzir a migração de crianças)	Sector					
	Diversificar os meios de subsistência para reduzir o risco e a vulnerabilidade às secas recorrentes e adaptar-se melhor às alterações climáticas						
	Actividades económicas de subsistência e de rendimento para as mulheres e programas de sensibilização sobre o género						
REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES							
Curto prazo	Reforçar a capacidade da Proteção Civil para apoiar o programa de recuperação da seca	12				12	1.95
	Reforçar os sistemas de alerta precoce e a monitorização da segurança alimentar na região						
	Reforçar a governação da RRD a nível local, provincial e nacional (coordenação, apoio técnico)						
GOVERNAÇÃO							
	Reforçar a capacidade institucional de recuperação da seca para a coordenação e implementação conhecimentos técnicos, pessoal, equipamento)	2	2	2	6	0.98	976,089,426
TOTAL		195.5	235	34	464.5	75.60	75,565,589,730

ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO

As necessidades de recuperação foram estimadas com base nos resultados do PDNA relativos aos efeitos do desastre e dos impactos do desastre, determinadas para os quatro componentes seguintes:

- Reconstrução de activos físicos;
- Retoma da produção, da prestação de serviços e do acesso a bens e serviços;
- Restauração da governação e de processos de tomada de decisão;
- Redução das vulnerabilidades e dos riscos.

As necessidades de recuperação a curto e médio prazo referem-se a medidas necessárias para lidar com a actual crise causada pela seca, assim como a reabilitação das culturas e da produção pecuária, fontes de água para melhorar a disponibilidade de água para consumo humano e para produção pecuária, apoio a centros de nutrição para o tratamento da subnutrição, incluindo abastecimentos e pessoal qualificado, apoio à reinstalação de programas de alimentação nas escolas, de modo a incentivar o regresso às escolas e travar o abandono escolar, actividades alternativas geradoras de rendimentos, assim como para reduzir a produção de carvão vegetal, a deflorestação, a degradação do solo e das terras, entre outras medidas de recuperação.

As necessidades de recuperação de longo prazo incluem medidas destinadas a reduzir o risco associado à seca e o possível impacto na região sul de Angola, por exemplo através de uma melhor gestão dos recursos naturais, como seja a reflorestação, a introdução de técnicas de captação de água, sistemas de irrigação comunitários em apoio à produção de culturas, a introdução de técnicas de apoio à produção de culturas, a introdução de tecnologias e de práticas agrícolas mais sustentáveis (por exemplo variedades de culturas resistentes à seca), estratégias alternativas de subsistência e de actividades geradoras de rendimentos, entre outras medidas destinadas a reduzir o risco e a vulnerabilidade e a apoiar a adaptação, particularmente tendo em conta o provável aumento da frequência e da gravidade das secas naquela região devido às alterações climáticas.



As necessidades propostas tomam igualmente em consideração questões de governação, particularmente as medidas necessárias para reforçar a capacidade das autoridades locais em todos os sectores, de modo a implementar e gerir o programa de recuperação, através de competências complementares e de recursos humanos, de equipamento e sistemas de gestão da informação visando facilitar a monitorização e a coordenação interinstitucional.

As necessidades identificadas incluem medidas para reduzir o risco de desastre com vista a construir resiliência e reduzir o impacto de futuras secas na região sul. As intervenções RRD propostas estão integradas em cada um dos sectores como parte das medidas sectoriais de longo prazo propostas e estão reflectidas como tal na matriz abaixo que descreve as necessidades de recuperação e o orçamento.

A Tabela 16 apresenta o orçamento de recuperação proposto, totalizando 464,5 milhões de USD ou 75,6 mil milhões de AKZ. As principais necessidades verificam-se nos sectores da agricultura e da água, que necessitam de 189 milhões de USD e 97 milhões de USD, respectivamente. As necessidades de recuperação incluem as medidas requeridas de curto prazo (6 meses a 1 ano), de médio prazo (1 a 2 anos) e de longo prazo (2 a 4 anos).

Tabela 17: Necessidades de recuperação no Cunene, na Huíla e no Namibe, por sector (USD e AKZ)

Sector	Milhões de USD em curto prazo	Médio prazo USD milhões	Milhões de USD a longo prazo	Total de milhões de USD	Total de mil milhões de AKZ
Agricultura	34	152	3	189	30,75
Segurança Alimentar	10			10	1,63
Nutrição	35	8	5	48	7,81
Água, saneamento básico e higiene	52,5	30	14	97	15,7
Educação	35	20		55	9
Ambiente	15	23	10	48	7,81
Redução de risco de desastre	12			12	1,95
Governação	2	2	2	6	0,98
Total	195,5	235	34	464,5	75,63

Nota: curto prazo (6 meses a 1 ano), de médio prazo (1 a 2 anos) e de longo prazo (2 a 4 anos)

VISÃO E RESULTADOS ESPERADOS

A estratégia de recuperação está centrada em ajudar 1.139.064 pessoas afectadas pela seca nas províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe através da implementação das iniciativas identificadas e orçamentadas na avaliação das necessidades de recuperação, num montante total de 464,5 milhões de USD ou 75,6 mil milhões de AKZ, conforme resumido na tabela 16 acima.

Foram propostas quatro linhas-chave de intervenção para a estratégia de recuperação:

1. Dar resposta às necessidades mais imediatas das populações mais afectadas.

O processo de planeamento deverá considerar as necessidades de recuperação mais imediatas da população afectada pela seca, devendo ainda descrever as medidas mais apropriadas para assegurar um processo de recuperação sustentável a longo prazo, tendo em conta as alterações climáticas e futuros riscos de seca. Devem ser identificadas as medidas a implementar, bem como os mecanismos de coordenação, as competências técnicas requeridas, as medidas de capacitação e a criação de sinergias entre a estratégia de recuperação e os planos de desenvolvimento provinciais, transversais a todos os sectores.

As estratégias de recuperação de curto prazo propostas estão centradas em medidas tais como apoio aos centros de alimentação para tratamento da subnutrição, incluindo fornecimentos e pessoal qualificado, fornecimento de factores de produção agrícola para repor as culturas e a pecuária, equipamentos e outros fornecimentos destinados a reparar e/ou a construir furos de água e melhorar a disponibilidade de água para a população e para a pecuária, apoio à reintrodução de programas de alimentação nas escolas de modo a incentivar o regresso à escola e travar o abandono escolar, fornecimento de estratégias alternativas de subsistência geradoras de rendimentos e diversificação de fontes de subsistência, redução da produção de carvão vegetal e, conseqüentemente, da deflorestação, entre outras medidas. As estratégias de recuperação de longo prazo estão centradas na construção de resiliência, conforme descrito abaixo.

2. Alinhamento da Estratégia de Recuperação da Seca com os Planos de Desenvolvimento Nacionais e Provinciais de Angola para o período 2013-2017.

A estratégia e o plano de recuperação dos efeitos da seca também devem estar alinhados com o Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola (PDN) para o período 2013-2017. O enfoque do PDN é na “Estabilidade, Crescimento e Emprego”, destinado a promover o crescimento da economia angolana com base na diversificação da estrutura económica nacional. A recuperação dos efeitos da seca poderão assentar em e apoiar a estratégia do PDN em clusters prioritários: Alimentação e Agro-indústria, Energia e Água, Habitação e Transportes e Logística.

Particularmente relevante é o plano de desenvolvimento agrícola, que procura promover o desenvolvimento integrado e sustentável do sector agrícola de modo a garantir a segurança alimentar e a oferta interna de produtos alimentares. Igualmente relevante é o plano do Governo para o desenvolvimento rural que promove o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais e camponesas bem como a erradicação da pobreza.

A figura 31 abaixo contém um resumo dos planos nacionais de desenvolvimento para as províncias do Cunene, do Namibe e da Huíla, podendo servir como referência ao desenvolvimento do Quadro de Recuperação dos Efeitos de Desastre de modo a permitir obter sinergias e complementaridades, tendo especialmente em consideração que possuem uma base comum com algumas das estratégias de recuperação propostas, tais como a diversificação de sustento e o desenvolvimento agrícola sustentável.

CUNENE: A província orientará o seu desenvolvimento no sentido de:

- Promover o desenvolvimento rural e pecuário, em particular: a agricultura de sequeiro, nomeadamente de cereais, as culturas de regadio, em particular a partir do aproveitamento da rede hidrográfica do rio Cuvelai (com base em estudo a efectuar) e do aproveitamento da margem direita do rio Cuvango; o efectivo pecuário, com melhoria do estudo sanitário dos efectivos, a tecnologia e utensílios agrícolas de baixo custo, bem como a introdução de alternativas de combustíveis que combatam a desflorestação;
- Estudar a possibilidade de criar uma Zona Económica Especial na região de fronteira;
- Promover algum sedentarismo/aglomeração das populações e/ou encontrar alternativas adequadas para garantir serviços essenciais (educação e saúde);
- Promover uma maior orientação das produções para o mercado e o surgimento de indústrias de abate e de transformação de carnes;
- Criar um pólo especializado na fileira agro-industrial no Xangongo;
- Desenvolver pólos urbanos para reequilibrar as relações transfronteiriças;
- Explorar as potencialidades de entreposto fronteiriço de Ondjiva para o desenvolvimento de actividades comerciais, logísticas e industriais;
- Desenvolver um nicho turístico de qualidade, respeitador do ambiente e dos valores culturais;
- Promover uma maior integração com o resto do País através da reabilitação e construção de ligações ferroviárias e rodoviárias intra e inter provinciais;
- Promover a exploração e gestão responsável dos recursos naturais.

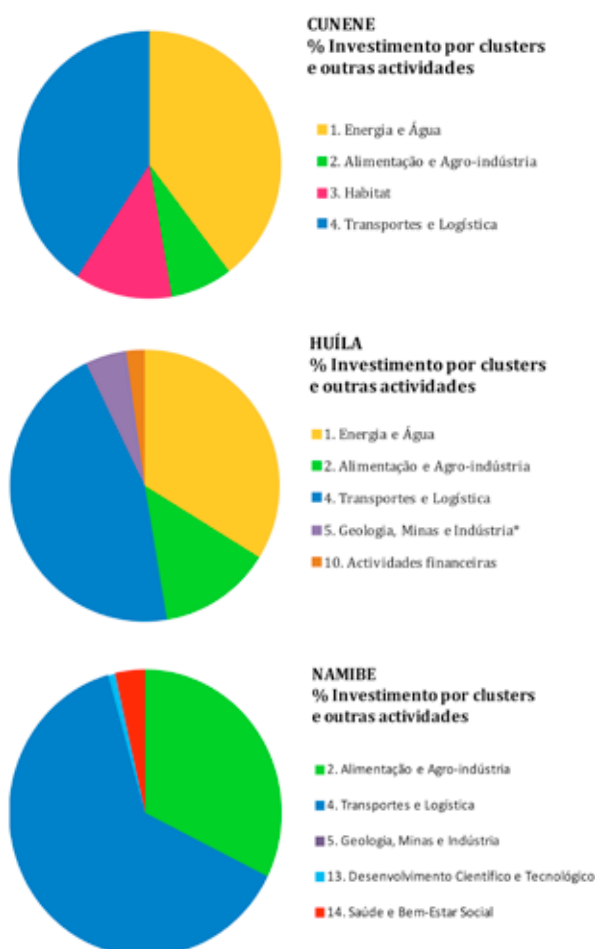
Huíla: A província caminhará no sentido de:

- Em matéria de especialização produtiva: assumir-se como Província produtora de excedentes agrícolas (nomeadamente, de cereais) e pecuários, valorizando os regadios e a agricultura tradicional; desenvolver uma base industrial de transformação de produtos agro-pecuários e de abastecimento dos mercados das províncias do sul, em particular equipamento e utensílios agrícolas, com base num Pólo Industrial a desenvolver no Lubango, articulado com uma rede de zonas industriais a nível municipal;
- Desenvolver uma plataforma Logística, suportada por um terminal multi-modal no Lubango, explorando, nomeadamente, as ligações ferroviárias ao porto do Namibe e por uma rede de entrepostos de armazenamento e comercialização;
- Desenvolver lugares turísticos e de actividades terciárias de nível superior;
- Desenvolver um Pólo Científico e Tecnológico em articulação com o Pólo Industrial.

NAMIBE: A província orientará o seu desenvolvimento no sentido de:

- Em matéria de especialização produtiva: desenvolver as funções portuárias do Namibe para o sul de Angola e norte da Namíbia; desenvolver uma forte indústria piscatória e de transformação do pescado (Tômbwa); desenvolver a indústria de mármore e gesso; desenvolver as culturas agrícolas de características mediterrânicas e subtropicais; valorizar a pecuária;
- Desenvolver um Pólo de Desenvolvimento Industrial, abrangendo indústrias como as de processamento de produtos do mar, rochas ornamentais e produtos siderúrgicos;
- Explorar as enormes potencialidades turísticas;
- Aumentar a capacidade energética e volume de água da Província;
- Desenvolver um programa de combate à desertificação.

Fig. 31: Plano do Governo para o Desenvolvimento do Cunene, da Huíla e do Namibe



3. Combinar as agendas de redução do risco de desastres e de adaptação às alterações climáticas.

As estratégias de recuperação de longo prazo incluem medidas para reduzir o risco de desastres, com vista a construir resiliência e reduzir o impacto de futuras secas na região sul. As intervenções RRD propostas estão integradas em cada um dos sectores como parte das medidas sectoriais de longo prazo e reflectidas como tal na matriz abaixo que descreve as necessidades de recuperação e o orçamento.

Exemplos das estratégias propostas com vista à redução de riscos incluem medidas destinadas a promover a melhoria da gestão dos recursos naturais, tais como a reflorestação, a introdução de técnicas de captação de água, de sistemas comunitários de irrigação em apoio à produção de culturas, a introdução de tecnologias e práticas agrícolas mais sustentáveis (por exemplo variedades de culturas resistentes às secas) estratégias de subsistência e actividades geradoras de rendimentos alternativas, entre outras, medidas destinadas a reduzir o risco e a vulnerabilidade, particularmente tendo em conta o provável aumento da frequência e gravidade das secas naquela região devido às alterações climáticas.

Uma rubrica separada no valor de 12 milhões de USD foi também contemplada na estratégia de recuperação para a redução do risco de desastre, em apoio a acções recomendadas na secção relativa ao RRD, tais como reforço da capacidade técnica e logística da Protecção Civil.

A estratégia de longo prazo deveria ter por base o Plano Estratégico de Angola para a Prevenção e a Redução do Risco de Desastres (PNRRD), bem como o Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e de Recuperação (PNPCR), os quais orientam a Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) na integração do RRD nos sectores e no reforço da capacidade do governo para dar resposta de contingência e na recuperação de desastres, em linha com o Quadro Sendai para a Redução de Riscos de Desastre (RRD) 2015-2030.

De modo semelhante, a recuperação dos efeitos da seca deverão assentar no Plano de Acção Nacional de Adaptação (PANA), o qual tem por objectivo reduzir a vulnerabilidade do país às alterações climáticas e criar condições de adaptação de acordo com as medidas urgentes e prioridades sectoriais identificadas.

4. Melhorar a governação e a gestão da informação

Os programas de recuperação propostos tomam em consideração a governação, particularmente as medidas necessárias ao reforço da capacidade das autoridades locais em todos os sectores para a implementação e gestão do programa de recuperação, através de competências complementares e de recursos humanos, equipamentos e outras medidas destinadas a reforçar a gestão e a coordenação. Este aspecto inclui apoio às autoridades provinciais e municipais para facilitar a gestão descentralizada e o processo de implementação.

Dado os desafios enfrentados relativamente à recolha, processamento e gestão de dados, a estratégia de recuperação dos efeitos da seca integra medidas sob governação destinadas a reforçar a capacidade dos ministérios de linha e das autoridades locais para se dotarem dos sistemas de gestão da informação necessários, incluindo medidas destinadas a facilitar a monitorização.

A afectação orçamental para a governação também toma em consideração acções destinadas a garantir uma forte coordenação do processo de recuperação. O processo de recuperação exige uma abordagem multissectorial e interinstitucional, dadas as múltiplas ligações entre os sectores, as muitas instituições nacionais e locais e actores internacionais, o que implica processos e mecanismos apropriados para facilitar a colaboração.

MEDIDAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A recuperação tem uma natureza multissectorial. Inclui a reconstrução de activos físicos, restauração dos meios de subsistência e restabelecimento de serviços sociais e comunitários. Este trabalho implica um esforço colectivo de todos os ministérios governamentais, actores do sector privado, sociedade civil e organizações nacionais e internacionais.

Enquanto é reconhecido que a recuperação deverá ser implantada sob a forte liderança do governo nacional, outros parceiros poderão aportar competências técnicas e experiência que melhore a qualidade da recuperação. O Governo de Angola deverá considerar o estabelecimento de mecanismos de coordenação apropriados que permitam reunir a leque de competências técnicas necessárias à recuperação, de modo a facultar assistência técnica sustentada às famílias, tendo em vista a durabilidade do processo de recuperação.

A estratégia de recuperação deverá ser inclusiva e participativa, englobando autoridades nacionais e locais, as comunidades afectadas, organizações comunitárias, grupos de mulheres, autoridades tradicionais e outros actores locais relevantes.

QUADRO DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

O PDNA e a estratégia de recuperação proposta deverão ser utilizadas como guias de referência para a formulação do Quadro de Recuperação de Desastres (QRD) a implementar nas três províncias mais afectadas, nomeadamente Cunene, Huíla e Namibe.

Preparado sob a liderança do Governo de Angola em consulta com os stakeholders chave, o QRD poderá fornecer um quadro sistemático, estruturado e priorizado para a implementação da recuperação e reconstrução. Espera-se que o QRD constitua um quadro comum destinado a servir todo o governo bem como os parceiros nacionais e internacionais e outras partes interessadas na recuperação, incluindo a população afectada. O QRD ajudará o Governo de Angola a abordar as decisões políticas, disposições institucionais, estratégias de financiamento e de gestão financeira de uma forma integrada, bem como a implementação e monitorização de sistemas para o planeamento e a gestão de recuperação de secas.

Deverá ser realizado um exercício de planeamento detalhado de recuperação como seguimento imediato ao PDNA enquanto processo inclusivo, com a participação de autoridades governamentais nacionais e locais, incluindo os ministérios dos sectores de linha, a sociedade civil e as organizações a nível comunitário. Os parceiros do PDNA, a UE, a ONU e o Banco Mundial, continuam comprometidos no apoio ao Governo de Angola para que empreenda este exercício de planeamento, o qual poderá incluir outros parceiros relevantes/interessados.

A METODOLOGIA DO PDNA

Ao PDNA segue uma metodologia desenvolvida em conjunto pela União Europeia, o Banco Mundial e o PNUD e integra um conjunto de métodos analíticos, ferramentas e técnicas desenvolvidas para a avaliação pós-desastre e para o planeamento da recuperação, assegurando uma comparabilidade sector a sector na definição dos seguintes elementos:

1. Contexto pré-desastre e identificação da linha de base
2. A avaliação dos efeitos de desastres em quatro dimensões:
 - Danos em infra-estruturas e em activos físicos
 - Interrupção do acesso a bens e a serviços
 - Restauração da governação e dos processos de tomada de decisão;
 - Maiores riscos e vulnerabilidades
3. Estimativa do valor económico dos efeitos do desastre:
 - Os danos dizem respeito à destruição total ou parcial de activos físicos. Ocorrem

durante o fenómeno natural que esteve na origem do desastre. Os danos são medidos em unidades físicas e o valor monetário é expresso em termos de custo de substituição;

- As perdas referem-se a alterações nos fluxos de produção de bens e de serviços causados pelo desastre. Surgem após o fenómeno natural ou num espaço de tempo diferente. As perdas são expressas em valores monetários correntes;

4. A avaliação dos impactos do desastre verifica-se em duas áreas principais:

- Impacto económico aos níveis macro e micro.
- Impacto humano/social

5. A Estratégia de Recuperação, determinando as necessidades de recuperação do sector.

Os seguintes sectores e questões transversais foram abordadas pelo PDNA: agricultura, segurança alimentar, alimentação, água, saneamento e higiene, educação, ambiente, impacto social, indústria e comércio, redução do risco de desastre e impacto macroeconómico.

As equipas sectoriais conduziram a avaliação através da: 1) recolha de dados de base pré-desastre a fim de os comparar com as condições pós-desastre; 2) a avaliação dos efeitos e impactos do desastre em cada sector para determinar as necessidades globais de recuperação; e 3) a atribuição de prioridades a estas necessidades de recuperação.

A maioria das equipas sectoriais conduziram visitas de campo às províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe, com vista a avaliar as condições nas áreas afectadas pela seca, através de técnicas de observação participativas, discussão em grupos focais e entrevistas com informadores-chave a agregados familiares afectados e ainda com as autoridades locais.

LIMITAÇÕES

Um dos principais desafios na realização do PDNA consistiu na falta de estatísticas, especialmente dos dados mais recentes, e na inconsistência dos dados recebidos das diferentes fontes. Este aspecto limitou uma análise apropriada de diversos sectores, tendo originado atrasos. A avaliação do sector da agricultura e pecuária e do sector das pescas encontrava-se particularmente afectado pela inconsistência e pela falta de dados, por exemplo sobre a produção de culturas e de pecuária, o que levou a que a equipa de avaliação tivesse de despender tempo considerável para ultrapassar o problema, especialmente em relação à avaliação das três províncias às quais foram atribuídas prioridades pelo PDNA. De modo a colmatar as faltas, foi desenvolvido um grande esforço por parte da equipa na procura de dados alternativos, fontes alternativas de informação, ou métodos alternativos para facilitar a análise dos danos e das perdas.

Um outro desafio consistiu no atraso na recepção da informação necessária para conduzir a análise durante a missão, bem como na preparação do relatório final do PDNA. Alguns dos dados necessário e os capítulos sectoriais estavam significativamente atrasados. Em alguns casos, foram enviados dois ou três versões de capítulos sectoriais com dados actualizados ou diferentes, exigindo uma ronda adicional de traduções, de revisões e de edição.

Finalmente, para completar o relatório do PDNA tornou-se necessário efectuar pesquisas adicionais não planeadas, assim como análise e desenvolvimento de conteúdos de forma a colmatar algumas das faltas e assegurar que o PDNA final abrangesse o maior número possível de sectores. Foram recebidos alguns capítulos sectoriais em português e outros em inglês, o que implicou a tradução in situ, a fim de preparar o relatório final sem o apoio de serviços de tradução.

Não obstante e apesar das limitações, foi possível colmatar muitos das faltas. Merece destaque que tanto as autoridades governamentais como as equipas de avaliação que participaram no PDNA desenvolveram esforços significativos para ultrapassar todos os desafios e produzir o relatório completo do PDNA.

Para apoiar o Governo de Angola no reforço dos seus sistemas de gestão de informação, a estratégia de recuperação integra medidas destinadas a responder às limitações de dados e de estatísticas com que se deparam as autoridades locais e facilitar a monitorização bem como o processo de recuperação. Contempla ainda recursos destinados ao reforço da governação de modo a assegurar a capacidade necessária para uma implementação bem-sucedida do programa de recuperação, conforme explicado na secção relativa às “Análises das Necessidades e Recuperação”.



